



BMEP

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

N.º 08 | agosto 2019



Gabinete de Estratégia e Estudos
Ministério da Economia

GPEARI

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação
e Relações Internacionais

Ministério das Finanças

Ficha Técnica

Título: Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Data: agosto de 2019

Elaborado com informação disponível até ao dia 30 de agosto.

Editores:

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

Ministério das Finanças

Av. Infante D. Henrique nº. 1 - 1.º

0100 - 278 Lisboa

Telefone: +351 21 8823397

Fax: +351 21 8823399

URL: <http://www.gpeari.gov.pt>

E-Mail: bmep@gpeari.gov.pt

Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia

Rua da Prata, 8

0149-087 Lisboa

Telefone: +351 217 921 372

Fax: +351 217 921 398

URL: <http://www.gee.min-economia.pt>

E-Mail: gee@gee.min-economia.pt

ISSN: 1747-9082



(Esta publicação respeita as regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa)

Índice

Conjuntura	5
Sumário	7
1. Enquadramento Internacional	11
2. Conjuntura Nacional	15
3. Comércio Internacional	27
Artigos	33
Em Análise	35
Effects of National Reform Programme measures on productivity	35
Comércio internacional português no sector “Agroalimentar” (2017-2018)	39
Produtividade do trabalho em Portugal – Empresas Top Performers –	49
Ensaio	59
Productivity and resource allocation of Portuguese firms	59
Iniciativas e Medidas Legislativas	91
Lista de Acrónimos	97

Conjuntura

Sumário

Enquadramento Internacional

- * No segundo trimestre de 2019, a produção industrial mundial desacelerou para 0,9% em termos homólogos (1,5% no trimestre precedente), desaceleração que ocorreu tanto nas economias avançadas, como nos países emergentes e em desenvolvimento. O comércio mundial de mercadorias também abrandou, facto que se encontra associado sobretudo ao declínio das trocas comerciais das economias avançadas.
- * Neste mesmo período, o PIB da OCDE desacelerou para 1,6% em termos homólogos reais (1,7% no primeiro trimestre) devido sobretudo ao abrandamento dos EUA e da economia europeia.
- * Os indicadores disponíveis para os EUA relativos a julho de 2019 indicam um crescimento mais contido da produção industrial; enquanto as vendas a retalho apresentaram um crescimento mais forte, indiciando a manutenção de um consumo privado robusto (2,5% em junho). Na China, assistiu-se a um menor dinamismo da atividade económica, refletindo a persistência das tensões comerciais entre este país e os EUA.
- * No segundo trimestre de 2019, o PIB da União Europeia (UE) e da área do euro (AE) abrandou para 1,3% e 1,1% em termos homólogos reais, respetivamente (1,6% e 1,2%, respetivamente, no período precedente), influenciado pela desaceleração das principais economias (Alemanha, Itália e Reino Unido).
- * Em agosto de 2019 e, até ao dia 26, o preço *spot* do petróleo *Brent* baixou para 59 USD/bbl (53€/bbl), causado pela diminuição da procura global e da perspectiva de abrandamento da economia mundial.
- * As taxas de juro de curto prazo caíram de forma acentuada em agosto de 2019 tanto na área do euro como nos EUA. A Reserva Federal dos EUA decidiu, a 31 de julho, reduzir as taxas de juro federais em 25 p.b., para o intervalo entre 2% e 2,25% (a primeira descida em dez anos).
- * Em agosto de 2019, os índices bolsistas internacionais evoluíram desfavoravelmente, traduzindo a desaceleração global da indústria transformadora e a continuação da tensão comercial entre os EUA e a China (tendo ambos os países, no decurso deste mês, anunciado novas tarifas aduaneiras sobre as importações).
- * No mercado cambial, o euro face ao dólar situou-se em 1,11 a 26 de agosto de 2019, representando uma ligeira depreciação face ao final do mês de julho.

Conjuntura Nacional

- * Segundo as Contas Nacionais Trimestrais do INE, o PIB apresentou um crescimento homólogo real de 1,8% no segundo trimestre deste ano (taxa idêntica à verificada no trimestre precedente).
- * Neste trimestre, o Consumo Privado apresentou um crescimento homólogo real de 1,9%, desacelerando 0,4 p.p. face ao trimestre precedente. Esta evolução reflete uma quebra do consumo de bens duradouros (-0.2%, face a um crescimento de 3,1% no primeiro trimestre) e uma ligeira desaceleração do contributo do consumo de bens não duradouros (2,2%, face a 2,3% no trimestre precedente).
- * Em julho, o Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho registou um crescimento de 4,7% (4,2% no mês anterior). As vendas de veículos ligeiros de passageiros continuam a diminuir, quer em cadeia, quer em termos homólogos.

- * Os indicadores qualitativos de opinião dos agentes económicos apresentaram uma evolução mista no mês de julho; onde se assinala uma melhoria do indicador de confiança dos consumidores e do indicador relativo às vendas no comércio a retalho.
- * No segundo trimestre de 2019, em termos homólogos, a FBCF registou um crescimento de 6,9%, um valor inferior em 4,9 p.p. face ao observado no trimestre anterior, em resultado da desaceleração do investimento em outras máquinas e equipamentos e do investimento em construção.
- * O défice acumulado da balança corrente cifrou-se em 3.249 milhões de euros no segundo trimestre de 2019 (défice de 2.411 milhões de euros em igual período de 2018). Tal resulta, essencialmente, da deterioração no saldo da balança de bens, ainda que compensada, em parte, pela melhoria dos saldos da balança de rendimentos primários e secundários.
- * A taxa de desemprego estimada em julho de 2019 foi de 6,5%, um valor abaixo do registado no mês de junho (6,6%).
- * A variação do IPC em julho foi negativa (-0,3%), enquanto o IPC subjacente caiu 0,1%, uma desaceleração face aos 0,6% registados em junho.
- * Até junho de 2019, a execução orçamental das Administrações Públicas registou um saldo orçamental de -445 milhões de euros, o que representa uma melhoria de 2.239 milhões de euros face ao período homólogo. Comparativamente ao mês passado, o défice diminuiu 91 milhões de euros. Adicionalmente, o saldo primário apresentou uma execução positiva de 4.900 milhões de euros.
- * Por subsectores, a Administração Central apresentou um saldo negativo de -2.495 milhões de euros, a Administração Regional e Local apresentou um excedente de 438 milhões de euros e a Segurança Social obteve um saldo de 1.611 milhões de euros.
- * As Entidades Públicas Reclassificadas apresentaram um excedente de 170 milhões de euros, um aumento homólogo de 1418 milhões de euros, das quais se destaca a PARPÚBLICA com um aumento de 738 milhões de euros.
- * No âmbito do novo Manual do Défice e Dívida, de 2 de agosto, registou-se uma alteração metodológica passando-se a incluir os montantes associados aos juros capitalizados dos certificados de aforro na dívida pública. Nesse sentido verificou-se uma revisão da série da dívida pública com efeitos retroativos.
- * De acordo com o Banco de Portugal, a dívida pública atingiu em junho 251.192 milhões de euros (122,2% do PIB), o que representa um aumento de 2.029 milhões de euros face ao final de 2018, e a uma diminuição mensal de 5.581 milhões de euros. Por outro lado, os depósitos detidos pelas Administrações Públicas diminuíram 5.688 milhões de euros em junho.
- * Em julho, a dívida direta do Estado atingiu 245.399 milhões de euros, menos 1.311 milhões de euros que no final do mês anterior.

Comércio Internacional

- * Os resultados preliminares das estatísticas do comércio internacional recentemente divulgados apontam para um crescimento homólogo das exportações de mercadorias de 2,9% nos primeiros seis meses de 2019. Neste mesmo período, as importações aumentaram 9,3%, o que levou a um agravamento do défice da balança comercial (fob-cif) de 34,3%, correspondendo a -2.621 milhões de euros. A taxa de cobertura das importações pelas exportações foi de 74,7%, menos -4,7 p.p. que em igual período de 2018.

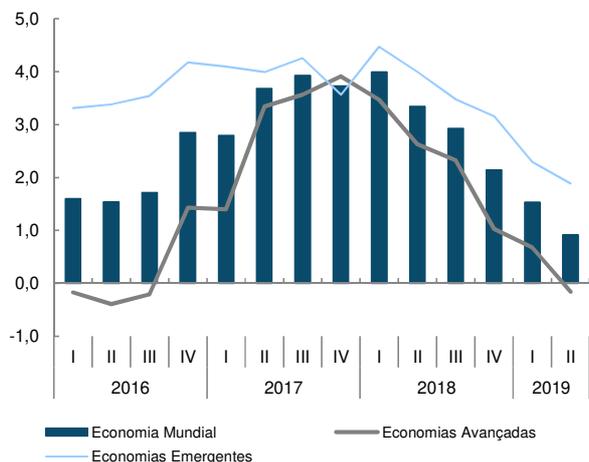
- * Nos primeiros seis meses de 2019, o crescimento homólogo das exportações de mercadorias, excluindo os produtos energéticos, foi superior ao crescimento das exportações totais (4,5%). As importações registaram uma variação homóloga positiva superior ao crescimento das exportações (9,9%), o que levou a um agravamento do saldo negativo da respetiva balança comercial em 37,7%.
- * No último ano a terminar em junho de 2019, as exportações de mercadorias cresceram 3,3% em termos homólogos, sendo que a maioria dos grupos contribuiu positivamente para este comportamento. Destaca-se o contributo do "Material de transporte terrestre e suas partes" (+2,1 p.p.), dos "Químicos" (+1,1 p.p.), dos "Produtos acabados diversos", dos "Agroalimentares" e da "Madeira, cortiça e papel" (todos com +0,5 p.p.). Nos primeiros seis meses de 2019, deve igualmente destacar-se o contributo positivo do "Material de transporte terrestre e suas partes" (+2,1 p.p.), seguido do contributo dos "Químicos" (+1,1 p.p.), dos "Produtos acabados diversos" e das "Aeronaves, embarcações e suas partes" (ambos com +0,5 p.p.).
- * De janeiro a junho de 2019, as exportações para o mercado comunitário cresceram, em termos homólogos, 4% e contribuíram em 3,1 p.p. para o crescimento das exportações totais de mercadorias. As exportações para os países da UE-15 registaram uma taxa de variação homóloga positiva de 3,9 % e as exportações para os países do Alargamento 6,2%, sendo os respetivos contributos para o crescimento do total das exportações de 2,8 p.p. e 0,3 p.p.. As exportações para a Itália, o quinto principal mercado de destino das exportações portuguesas de mercadorias (4,8% do total de janeiro a junho de 2019), registaram o maior contributo Intra UE-15 (+0,9 p.p.) para o crescimento das exportações, seguidas das exportações para a Alemanha e a França (+0,8 p.p. e +0,5 p.p. respetivamente).
- * Nos primeiros seis meses de 2019, as exportações para os Países Terceiros registaram uma taxa de variação homóloga negativa (-1%), passando a representar 22,6 % do total das exportações nacionais (-0,9 p.p. face ao período homólogo). Destaca-se o comportamento positivo das exportações para o Canadá (+78,5%), a Turquia (+34,8%) e a Suíça (+12,9%).
- * De acordo com os dados da Balança de Pagamentos divulgados para o mês de junho de 2019, as Exportações de Bens e Serviços registaram um crescimento homólogo de 3,3% nos primeiros seis meses de 2019. A componente de Serviços registou uma melhor performance relativamente à dos Bens (5,2% e 2,4%, respetivamente) no entanto a componente de Serviços foi a que mais contribuiu para o crescimento do total das exportações (1,7 p.p.).

1. Enquadramento Internacional

Atividade Económica Mundial

No segundo trimestre de 2019, a produção industrial mundial continuou a desacelerar, crescendo 0,9% em termos homólogos (1,5% no primeiro trimestre), desaceleração que se verificou tanto nas economias avançadas, como nos países emergentes e em desenvolvimento.

Figura 1.1. Produção Industrial
(VH, em %)



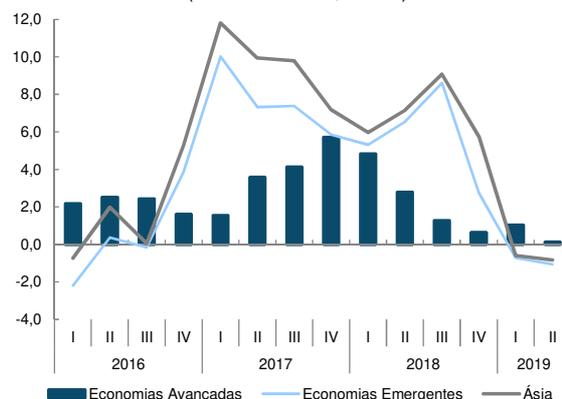
Fonte: CPB.

O comércio mundial de mercadorias também abrandou, devido sobretudo à diminuição das exportações.

De facto, no segundo trimestre de 2019 e, em termos homólogos reais:

- o comércio mundial registou uma quebra de 0,4% (+0,5% no primeiro trimestre);
- as exportações e importações mundiais caíram 0,5% e 0,4%, respetivamente (+0,6% e +0,3%, respetivamente, no trimestre precedente).

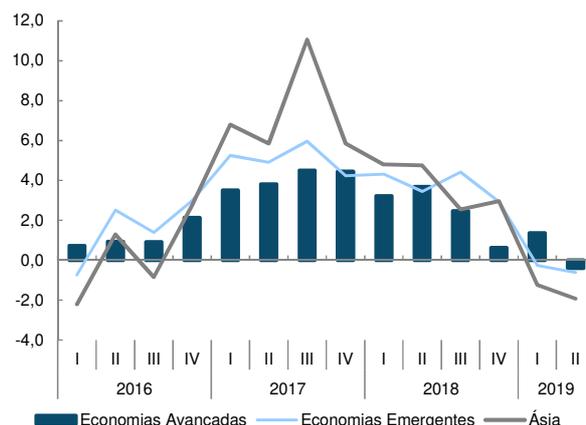
Figura 1.2. Importações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

O declínio do comércio mundial no segundo trimestre de 2019 deveu-se sobretudo à deterioração das trocas comerciais das economias avançadas.

Figura 1.3. Exportações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

Quadro 1.1. Indicadores de Atividade Económica Mundial

Indicador	Unidade	2018	2018			2019		2019			
			2T	3T	4T	1T	2T	mar	abr	mai	jun
Índice de Produção Industrial Mundial	VH	3,1	3,3	2,9	2,1	1,5	0,9	1,9	0,9	1,3	0,6
Economias Avançadas	VH	2,4	2,6	2,3	1,0	0,7	-0,2	0,2	-0,1	0,5	-0,9
Economias Emergentes	VH	3,8	4,0	3,5	3,2	2,3	1,9	3,3	1,8	2,0	1,9
Comércio Mundial de Mercadorias	VH	3,4	3,9	3,8	1,6	0,5	-0,4	1,4	0,1	0,0	-1,4
Importações Mundiais	VH	3,7	4,3	4,2	1,5	0,3	-0,4	0,5	1,0	-0,7	-1,4
Economias Avançadas	VH	2,3	2,8	1,3	0,6	1,0	0,1	1,1	-0,3	0,7	0,0
Economias Emergentes	VH	5,8	6,5	8,6	2,8	-0,7	-1,1	-0,4	2,9	-2,8	-3,3
Exportações Mundiais	VH	3,1	3,6	3,3	1,6	0,6	-0,5	2,3	-0,8	0,7	-1,4
Economias Avançadas	VH	2,5	3,7	2,5	0,6	1,4	-0,4	1,4	-0,6	0,9	-1,5
Economias Emergentes	VH	3,8	3,5	4,4	2,9	-0,3	-0,6	3,5	-1,0	0,4	-1,2

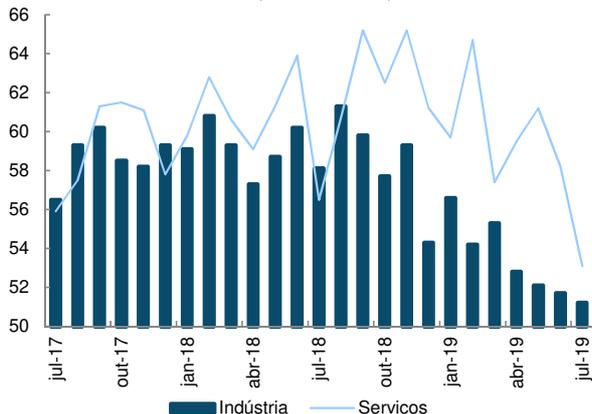
Fonte: CPB

Atividade Económica Extra-UE

No segundo trimestre de 2019, o PIB da OCDE desacelerou para 1,6% (1,7% no primeiro trimestre) associado ao abrandamento da economia dos EUA.

A taxa de inflação homóloga da OCDE aumentou para 2,3% no segundo trimestre de 2019 (2,2% no período precedente) e a taxa de desemprego recuou para 5,2% no conjunto dos meses de abril e maio de 2019 (5.3% no primeiro trimestre).

Figura 1.4. Indicadores de Confiança Empresarial dos EUA (Índice, em %)



Fonte: ISM.

Nos **EUA**, em julho de 2019, e, em termos homólogos nominais:

- a produção industrial desacelerou para 0,5% (1,1% em junho), em linha com a diminuição dos indicadores de confiança dos empresários;
- as vendas a retalho apresentaram um crescimento mais forte, indiciando a continuação de um forte crescimento do consumo privado (2,5% em junho);
- a taxa de desemprego manteve-se em 3,7%;
- a taxa de inflação homóloga subiu para 1,8% (1,6% em junho).

Figura 1.5. Consumo Privado e Vendas a Retalho dos EUA (VH, em %)

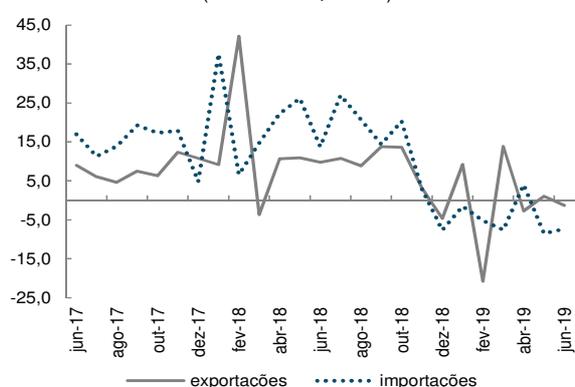


Fonte: Bureau of Economic Analysis.

No segundo trimestre de 2019, o PIB do **Japão** aumentou para 1,1% em termos homólogos reais (1% no primeiro trimestre) devido à melhoria da procura interna.

Os indicadores disponíveis para a **China** indicam um menor dinamismo da atividade económica (produção industrial e vendas a retalho) em julho de 2019. As trocas comerciais registaram uma quebra em junho de 2019, em resultando da introdução de novas tarifas aduaneiras por parte dos EUA em maio último.

Figura 1.6. Comércio Externo de Bens da China (VH nominal, em %)



Fontes: OMC e Instituto de Estatística da China.

Quadro 1.2. Indicadores de Atividade Económica Extra-UE

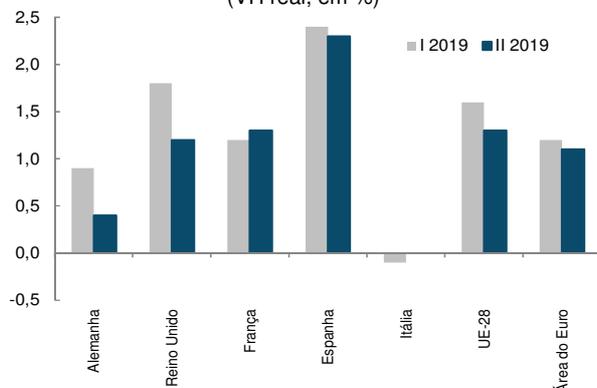
Indicador	Unidade	2018	2018			2019		2019			
			2T	3T	4T	1T	2T	abr	mai	jun	jul
EUA – PIB real	VH	2,9	3,2	3,1	2,5	2,7	2,3	-	-	-	-
Índice de Produção Industrial	VH	4,0	3,3	4,9	4,0	2,9	1,2	0,7	1,7	1,1	0,5
Índice ISM da Indústria Transformadora	%	58,8	58,7	59,7	57,1	55,4	52,2	52,8	52,1	51,7	51,2
Índice ISM dos Serviços	%	61,6	61,4	60,8	63,0	60,6	59,6	59,5	61,2	58,2	53,1
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE	98,4	98,3	98,1	98,1	94,5	98,5	97,2	100,0	98,2	98,4
Taxa de Desemprego	%	3,9	3,9	3,8	3,8	3,9	3,6	3,6	3,6	3,7	3,7
China – PIB real	VH	6,6	6,7	6,5	6,4	6,4	6,2	-	-	-	-
Exportações	VH	9,1	10,5	11,1	4,1	0,8	-10	-2,7	1,1	-13	:
Japão – PIB real	VH	0,8	1,4	0,2	0,3	1,0	1,1	-	-	-	-

Fontes: BEA, BGFERS, ISM, Michigan, BLS, NBSC, OMC e COGJ.

Atividade Económica da UE

No segundo trimestre de 2019, o PIB da União Europeia (UE) e da área do euro (AE) abrandou para 1,3% e 1,1% em termos homólogos reais, respetivamente (1,6% e 1,2%, respetivamente, no primeiro trimestre). O indicador previewal do Banco de Itália para a AE melhorou em julho de 2019.

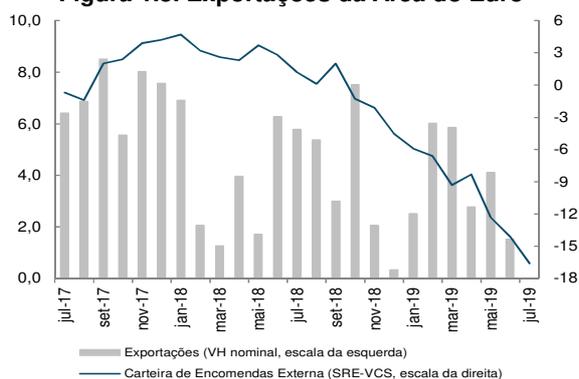
Figura 1.7. PIB da União Europeia
(VH real, em %)



Fonte: Eurostat.

Os indicadores quantitativos para a área do euro no segundo trimestre de 2019 indicam uma deterioração da produção industrial e um abrandamento quer das vendas a retalho, quer das exportações de bens.

Figura 1.8. Exportações da Área do Euro



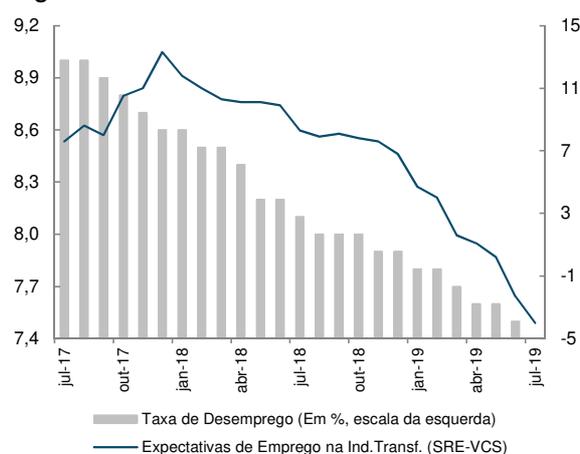
Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

O indicador de sentimento económico desceu em julho de 2019, pelo segundo mês consecutivo, tanto na UE, como na AE, refletindo sobretudo a descida da confiança dos empresários da construção e da indústria.

No segundo trimestre de 2019, a taxa de desemprego recuou quer na UE, quer na AE, para se situar em 6,3% e em 7,6%, respetivamente (6,5% e 7,8%, respetivamente, no trimestre precedente).

Em julho de 2019, as expectativas dos empresários da área do euro quanto à criação de emprego pioraram para os sectores da indústria transformadora e de construção, tendo melhorado nos serviços e comércio a retalho.

Figura 1.9. Mercado de Trabalho da Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Em julho de 2019, a taxa de inflação homóloga da área do euro diminuiu para 1% (1,3% no mês precedente) devido sobretudo à desaceleração dos preços dos serviços e de energia.

Em termos de variação dos últimos 12 meses, a taxa de inflação global da área do euro diminuiu para 1,6% (1,7% em junho de 2019).

Quadro 1.3. Indicadores de Atividade Económica da UE

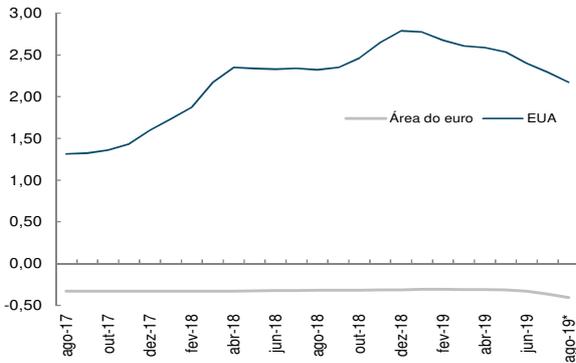
Indicador	Unidade	2018	2018				2019		2019			
			2T	3T	4T	1T	2T	abr	mai	jun	jul	
União Europeia (UE-28) – PIB real	VH	2,0	2,2	1,9	1,5	1,6	1,3	-	-	-	-	
Indicador de Sentimento Económico	Índice	111,2	111,7	111,2	109,0	105,5	103,2	103,6	103,8	102,3	102,0	
Área do Euro (AE-19) – PIB real	VH	1,9	2,2	1,7	1,2	1,2	1,1	-	-	-	-	
Indicador de Sentimento Económico	Índice	111,2	111,8	110,9	108,8	106,0	104,1	103,9	105,2	103,3	102,7	
Índice de Produção Industrial	VH	0,9	2,3	0,5	-2,0	-0,5	-1,3	-0,6	-0,8	-2,4	:	
Índice de Vendas a Retalho	VH real	1,6	1,8	1,2	1,7	2,3	1,9	2,1	1,2	2,3	:	
Taxa de Desemprego	%	8,2	8,3	8,0	7,9	7,8	7,6	7,6	7,6	7,5	:	
IHPC	VH	1,8	1,3	1,7	2,1	1,9	1,4	1,7	1,2	1,3	1,0	

Fontes: Eurostat e CE

Mercados Financeiros e Matérias-Primas

Em agosto de 2019 e, até ao dia 26, as taxas de juro de curto prazo continuaram a cair de forma acentuada tanto na área do euro como nos EUA, para se situarem, em média, em -0,40% e 2,17%, respetivamente (-0,36% e 2,29%, respetivamente, em julho). Entretanto, a Reserva Federal dos EUA decidiu, a 31 de julho, reduzir as taxas de juro federais em 25 p.b., para o intervalo entre 2% e 2,25%.

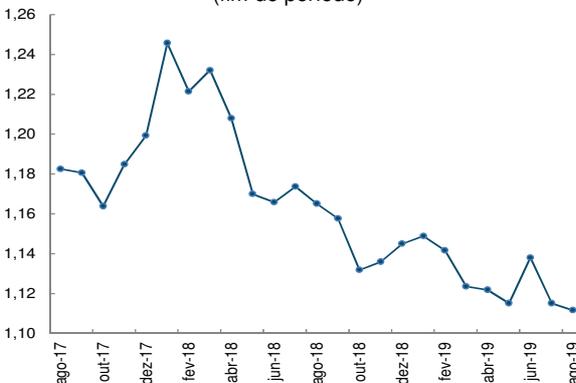
Figura 1.10. Taxa de Juro a 3 meses do mercado monetário (Média mensal, em %)



Fonte: BCE; IGCP. * Média até ao dia 26.

As taxas de juro de longo prazo têm evoluído no sentido descendente nos EUA e na área do euro, facto influenciado pelo receio dos investidores quanto à possibilidade do abrandamento do crescimento económico mundial vir a ser mais acentuado do que o previsto.

Figura 1.11. Taxa de Câmbio do Euro face ao Dólar (fim do período)



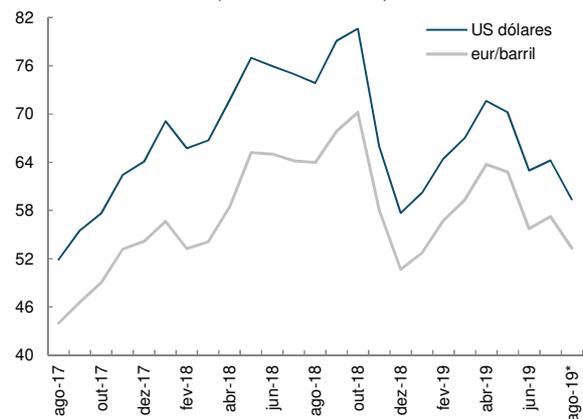
Fonte: Banco de Portugal. Para agosto, o valor é do dia 26.

Em agosto de 2019, assistiu-se a uma depreciação ténue do euro face ao dólar, tendo atingido 1,11 no dia 26 (1,12 no final de julho) refletindo, em parte, o enfraquecimento da economia da área do euro.

Adicionalmente, a generalidade das moedas dos países emergentes desvalorizou-se face ao dólar, fortalecido pela incerteza global.

Em julho de 2019, o índice de preços relativo ao preço do petróleo importado subiu para 51,5 (por memória atingiu o valor 100 durante a crise petrolífera de 1979).

Figura 1.12. Preço médio Spot do Petróleo Brent (Em USD e euros)



Fontes: DGEG, IGCP e BP. * Média dos dias 1 a 26.

Em agosto de 2019 e, até ao dia 26, o preço do petróleo Brent recuou, para se situar em 59 USD/bbl (53€/bbl), comparado com 64 USD/bbl (57€/bbl) em julho, resultando da fraqueza da procura global e da perspetiva de abrandamento da economia mundial.

Quadro 1.4. Indicadores Monetários e Financeiros Internacionais

Indicador	Unidade	2018	2018			2019		2019			
			2T	3T	4T	1T	2T	abr	mai	jun	jul
Taxa Euribor a 3 meses*	%	-0,31	-0,32	-0,32	-0,31	-0,31	-0,35	-0,31	-0,32	-0,35	-0,38
Yield OT 10 anos – EUA**	%	2,91	2,92	2,93	3,04	2,65	2,33	2,53	2,39	2,07	2,06
Yield OT 10 anos – Área do euro**	%	1,27	1,22	1,30	1,39	1,11	0,80	0,95	0,87	0,58	0,36
Taxa de Câmbio*	Eur/USD	1,145	1,166	1,158	1,145	1,124	1,138	1,122	1,115	1,138	1,115
Dow Jones*	VC	-5,6	0,7	9,0	-11,8	11,2	2,6	2,6	-6,7	7,2	1,0
DJ Euro Stoxx50*	VC	-14,3	1,0	0,1	-11,7	11,7	3,6	4,9	-6,7	5,9	-0,2
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	USD/bbl	71,54	74,90	75,98	68,09	63,88	68,26	71,63	70,20	62,95	64,21
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	VH	30,6	47,09	45,60	10,94	-4,90	-8,90	-0,2	-8,8	-17,1	-14,4
Spot do Petróleo Brent em euros/bbl**	VH	24,8	35,7	47,1	14,4	2,94	-3,41	9,0	-3,7	-14,3	-10,8
Preço Relativo do Petróleo em euros***	1979=100	53,3	54,1	56,5	55,0	47,4	54,0	54,6	56,7	50,6	51,5

* Fim de período; ** Valores médios; *** Preço Relativo do Petróleo é o rácio entre o preço de importação de ramos de petróleo bruto em euros e o deflador do PIB em Portugal.

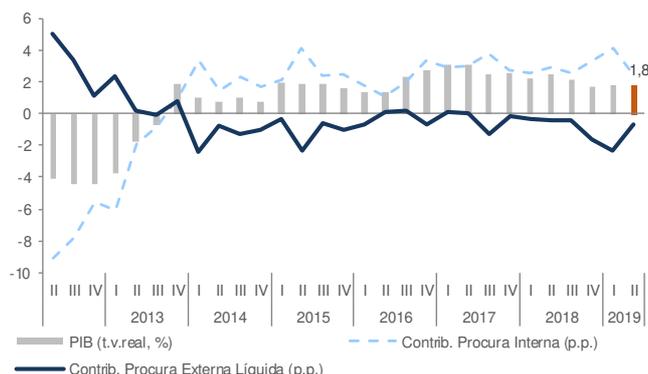
Fontes: BdP, Eurostat, Yahoo, DGEG e GEE

2. Conjuntura Nacional

Atividade Económica e Oferta

As Contas Nacionais Trimestrais do INE para o segundo trimestre de 2019 apontam para um crescimento homólogo real de 1,8% do PIB, estabilizando face ao trimestre precedente. Segundo o INE, esta variação resultou da redução do contributo da procura interna, refletindo uma desaceleração do investimento, e de um contributo da procura externa líquida menos negativo. Face ao trimestre precedente O PIB registou um aumento de 0,5% em termos reais.

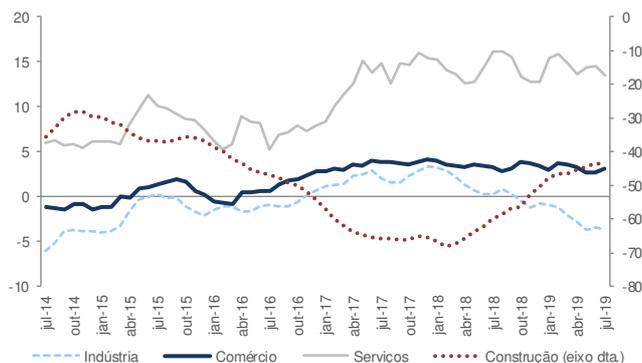
Figura 2.1. Produto Interno Bruto (VH, %)



Fonte: INE.

Comparando o trimestre terminado em julho com o segundo trimestre, assistiu-se a uma deterioração dos indicadores de confiança da indústria, construção e serviços, registando-se uma pequena melhoria do indicador de confiança do comércio.

Figura 2.2. Indicadores de Confiança (SRE, MM3)



Fonte: INE.

Os dados quantitativos disponíveis relativos ao segundo trimestre, mostram que, em termos homólogos:

- na indústria transformadora, o Índice de Produção registou um decréscimo de 1% e o Índice de Volume de Negócios registou igualmente uma redução de 1% (-1% e 1,8% no primeiro trimestre, respetivamente);
- o Índice de Produção na Construção e Obras Públicas apresentou um aumento de 2,8%, um valor inferior em 0,3 p.p. face ao observado no trimestre anterior;
- o Índice de Volume de Negócios nos Serviços apresentou um crescimento face ao período homólogo de 2,1%, desacelerando face ao trimestre terminado no mês anterior (4,6 % no primeiro trimestre);
- o Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho registou um crescimento de 5,2%, um valor superior em 0,3 p.p. face ao observado no primeiro trimestre de 2019.

Figura 2.3. Índices de Produção (VH, MM3)



Fonte: INE.

Quadro 2.1. Indicadores de Atividade Económica e Oferta

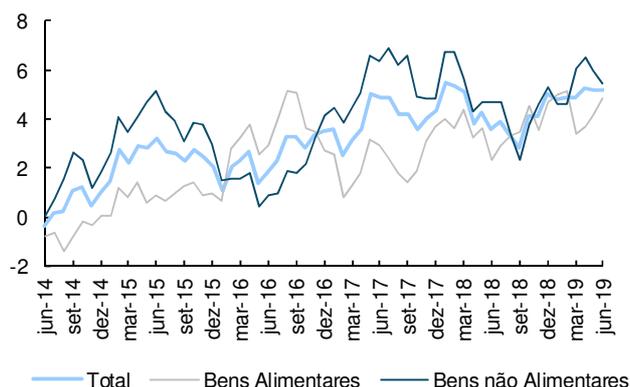
Indicador	Unidade	2018	2018			2019		2019				
			2T	3T	4T	1T	2T	mar	abr	mai	jun	jul
PIB – CN Trimestrais	VH Real	2,1	2,5	2,1	1,7	1,8	1,8	-	-	-	-	-
Indicador de Clima Económico*	SRE-VE	2,5	2,5	2,6	2,6	2,5	2,4	2,5	2,5	2,3	2,4	2,3
Indicador de Confiança da Indústria	SRE-VCS	0,5	0,2	0,2	-0,8	-2,1	-3,4	-2,7	-4,4	-4,0	-1,8	-5,2
Indicador de Confiança do Comércio	"	3,3	3,4	3,2	3,3	3,6	2,7	2,4	2,2	3,4	2,5	3,4
Indicador de Confiança dos Serviços	"	14,1	14,3	15,6	12,8	14,8	14,5	12,9	14,5	15,7	13,2	11,4
Indicador de Confiança da Construção	"	-59,3	-62,3	-57,0	-50,7	-46,6	-43,5	-47,0	-44,0	-42,6	-43,9	-45,6
Índice de Produção Industrial – Ind. Transf.	VH	-0,4	0,5	-1,5	-2,6	-1,0	-1,0	-0,7	0,7	0,1	-3,7	:
Índice de Volume de Negócios – Ind. Transf.	"	5,3	9,1	5,8	1,8	1,8	-1,0	0,4	2,5	3,3	-8,5	:
Índice de Volume de Negócios - Serviços	"	4,7	6,1	5,2	2,3	4,6	2,1	5,7	2,1	0,6	3,7	:

*valores mensais referem-se à média móvel a 3 meses. Fonte: INE.

Consumo Privado

No segundo trimestre do ano, o Consumo Privado cresceu, em termos homólogos reais, 1,9%, menos 0,4 p.p. do que no primeiro trimestre. Esta evolução reflete sobretudo a dinâmica do consumo de bens duradouros que decresceu 0,2% (havia crescido 3,1% no primeiro trimestre), quebra associada à aquisição de veículos automóveis. Por seu lado, o consumo de bens não duradouros e serviços desacelerou ligeiramente (crescimento de 2,2% versus um crescimento de 2,3% no trimestre precedente).

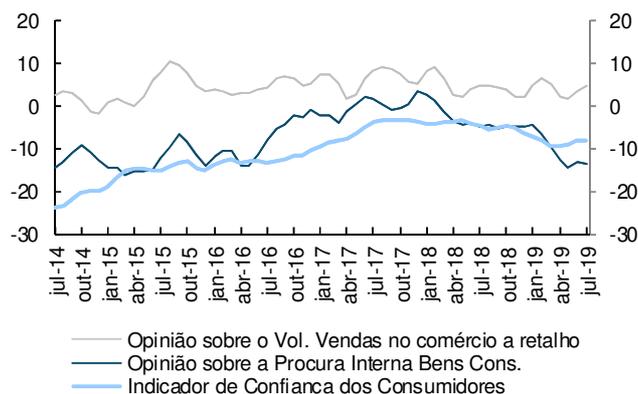
Figura 2.4. Volume de Negócios do Comércio a Retalho
(MM3, VH, %)



Fonte: INE.

Em relação aos indicadores qualitativos baseados na opinião dos agentes económicos, no mês de julho, assistiu-se a uma melhoria concomitante da confiança dos consumidores e do volume de vendas no comércio a retalho. No entanto, o indicador relativo à procura interna de bens de consumo deteriorou-se substancialmente.

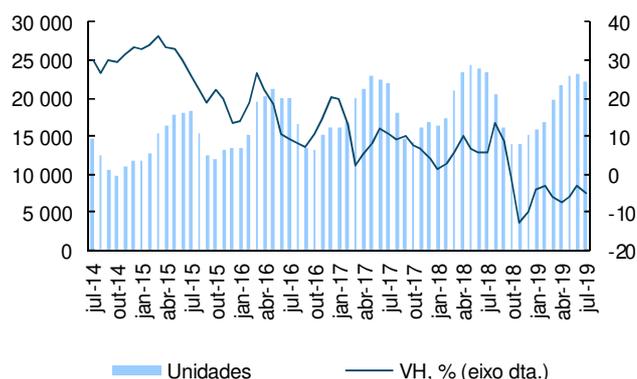
Figura 2.5. Opiniões dos Empresários e Confiança dos Consumidores
(SRE-VE, MM3)



Fonte: INE.

No mês de julho foram vendidos 18.433 veículos ligeiros de passageiros, menos 6.872 veículos do que em junho, e menos 1.554 unidades do que em igual período de 2018 (queda de 7,8%).

Figura 2.6. Venda de Automóveis Ligeiros de Passageiros
(MM3)



Fonte: ACAP.

Quadro 2.2. Indicadores de Consumo Privado

Indicador	Unidade	2018	2018			2019		2019				
			2T	3T	4T	1T	2T	mar	abr	mai	jun	jul
Consumo Privado - CN Trimestrais	VH real	2,3	2,8	2,4	2,9	2,3	1,9	-	-	-	-	-
Indicador de Confiança dos Consumidores	SER-VE	-4,8	-4,0	-5,0	-6,2	-9,5	-8,3	-10,7	-7,3	-9,0	-8,4	-6,4
Confiança Comércio Retalho: Vendas últimos 3 meses	SER-VE	4,3	3,9	4,4	2,4	5,1	3,3	-0,4	1,8	3,3	4,7	6,4
Índice de Vol. De Negócios no Comércio a Retalho*	VH	4,1	3,6	2,8	5,0	4,9	5,1	4,4	6,7	4,3	4,2	4,7
Bens Alimentares	VH	3,7	2,3	3,5	4,7	3,4	4,7	1,0	6,6	4,9	2,7	5,3
Bens não alimentares	VH	4,5	4,7	2,3	5,3	6,1	5,3	7,2	6,8	3,9	5,3	4,1
Vendas de Automóveis Ligeiros de Passageiros**	VH	2,7	5,9	8,5	-9,9	-5,9	-3,0	-10,7	-1,6	-3,9	-3,5	-7,8
Importação de Bens de Consumo***	VH	4,5	5,4	2,6	7,1	7,8	2,3	3,6	4,6	6,2	-3,7	:

* Índices deflacionados, corrigidos de sazonalidade e de dias úteis; de acordo com a nova base 2016=100; ** Inclui veículos Todo-o-Terreno e Monovolumes com mais de 2300 Kg; *** Exclui material de transporte.

Fontes: INE e ACAP

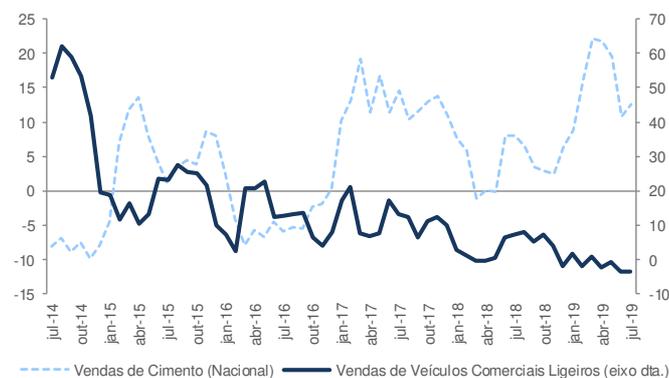
Investimento

De acordo com as Contas Nacionais Trimestrais do INE, no segundo trimestre de 2019, em termos homólogos, a FBCF registou um crescimento de 6,9%, 4,9 p.p. inferior ao observado no trimestre precedente. O investimento em outras máquinas e equipamentos registou uma variação de 4,4%, inferior aos 15,3% registados no trimestre anterior.

Os dados para o trimestre terminado em julho mostram que, em termos homólogos:

- as vendas de veículos comerciais ligeiros registaram um decréscimo de 3,3% (-3,5% no segundo trimestre de 2019) acompanhadas por um crescimento de 5,8% na venda de veículos comerciais pesados (17,7% no segundo trimestre de 2019);
- as vendas de cimento registaram uma variação homóloga de 12,5% (o que compara com 10,8% no segundo trimestre).

Figura 2.7. Vendas de Cimento e de Veículos Comerciais Ligeiros
(VH, MM3)



Fontes: ACAP, Secil, Cimpor.

Figura 2.8. Indicador de FBCF e Componentes
(VH, MM3)



Fonte: INE.

Os dados disponíveis relativos ao segundo trimestre de 2019, mostram que, em termos médios homólogos:

- o Índice de Volume de Negócios da Indústria de Bens de Investimento para o mercado nacional registou um decréscimo de 0,3% (2,6% no primeiro trimestre);
- a importação de máquinas e outros bens de capital exceto material de transporte cresceu 7,1% (um decréscimo de 7,8 p.p. face ao trimestre anterior);
- as licenças de construção de fogos decresceram 2,3% (31% no primeiro trimestre de 2019).

Quadro 2.3 Indicadores de Investimento

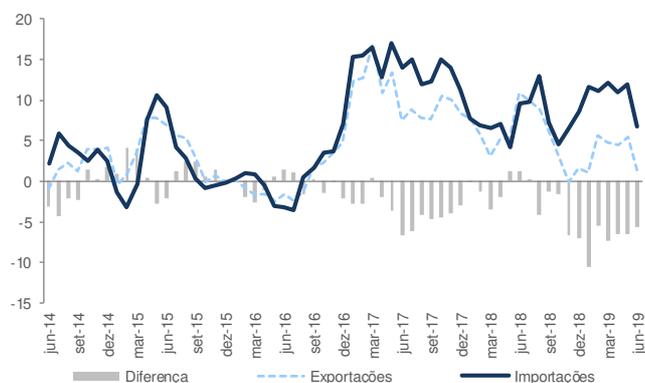
Indicador	Unidade	2018	2018			2019		2019				
			2T	3T	4T	1T	2T	mar	abr	mai	jun	jul
FBC – CN Trimestrais	VH Real	5,5	4,6	4,5	7,4	14,0	6,1	:	:	:	:	:
da qual, FBCF	VH Real	4,5	4,6	5,0	4,1	11,8	6,9	:	:	:	:	:
Indicador de FBCF	VH/mm3	4,2	4,6	4,0	3,8	13,0	8,6	13,0	14,8	13,0	8,6	:
Vendas de Cimento	VH	4,3	8,0	3,5	6,5	22,2	10,8	31,6	14,6	14,4	3,6	19,1
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	VH	2,2	6,3	5,4	-2,1	0,9	-3,5	-7,1	6,9	-0,7	-13,0	7,4
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	VH	-4,8	1,2	-3,7	-13,8	10,1	17,7	21,2	-8,2	26,3	31,4	-47,6
Volume Vendas Bens de Investimento*	SRE-VE	6,8	4,4	3,5	14,6	5,7	-7,8	-7,1	-8,6	-12,0	-2,7	-3,9
Licenças de Construção de fogos	VH	43,5	47,9	35,6	57,2	31,0	-2,3	13,0	-15,7	24,3	-15,9	:
Importações de Bens de Capital**	VH	8,4	9,4	4,9	11,8	14,9	7,1	15,4	19,8	12,3	-9,0	:
Índice Vol. Negócio do CG de Bens de Inv.***	VH	14,1	19,7	11,7	6,3	2,6	-0,3	1,2	-1,9	1,9	-0,9	:

* no Comércio por Grosso; ** excepto Material de Transporte; *** para o Mercado Nacional. Fonte: INE, CIMPOR, SECIL e ACAP.

Contas Externas

Em termos médios homólogos nominais, os dados relativos ao comércio internacional de bens, divulgados pelo INE para o segundo trimestre de 2019, apontam para um aumento das exportações de 1% e um aumento das importações em 6,8% (4,8% e 12,1% no primeiro trimestre de 2019, respetivamente).

Figura 2.9. Fluxos do Comércio Internacional
(VH, MM3, %)



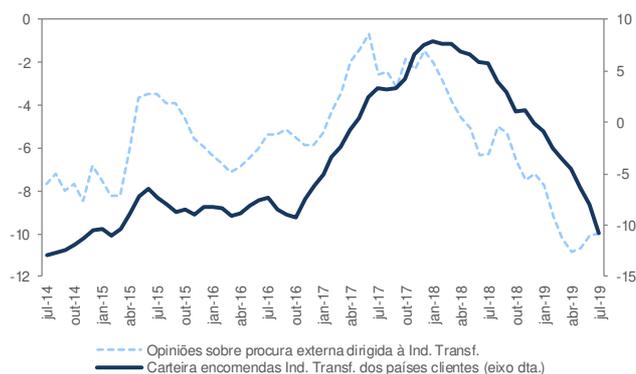
Fonte: INE.

Também neste trimestre, e em termos homólogos nominais:

- a componente extracomunitária das exportações registou uma redução de 1,6%, (-0,3% no trimestre anterior). Já as exportações para o mercado intracomunitário aumentaram 1,9%, desacelerando 4,5 p.p. face ao trimestre anterior;
- nas importações de bens, o mercado extracomunitário apresentou um aumento de 2,2%, enquanto que o mercado intracomunitário registou um crescimento de 8,2% em termos homólogos (16% e 11% no primeiro trimestre de 2019, respetivamente);
- estes resultados resultam numa taxa de cobertura do comércio internacional de bens de 74,5% (78,7% em igual período de 2018).

Por seu lado, no trimestre terminado em julho, as opiniões sobre a procura externa na indústria registaram uma ligeira melhoria face ao segundo trimestre. Por outro lado, a carteira de encomendas da indústria transformadora dos países clientes apresentou um decréscimo face ao mesmo período.

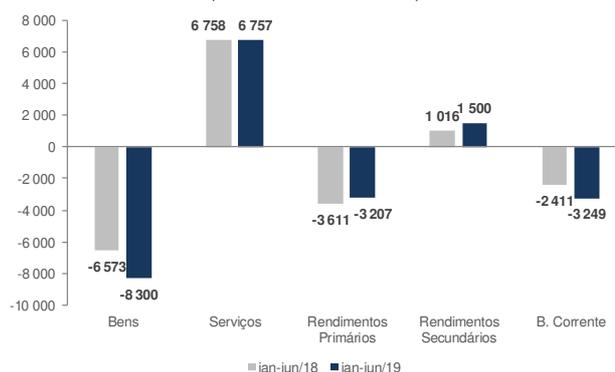
Figura 2.10. Procura Externa dirigida à Indústria



Fonte: INE.

O défice acumulado da balança corrente, até junho de 2019, foi de 3.249 milhões de euros, o que representa um agravamento de 839 milhões de euros em termos homólogos. Este resultado traduz, essencialmente, a deterioração do saldo da balança de bens, ainda que compensada, em parte, pela melhoria dos saldos da balança de rendimentos primários e secundários.

Figura 2.11. Balança Corrente: composição do saldo
(em milhões de euros)



Fonte: BdP.

Entre janeiro e junho de 2019, a balança corrente e de capital apresentou uma necessidade de financiamento de 2.600 milhões de euros, o que compara com a necessidade de financiamento de 1.678 milhões de euros no período homólogo.

Quadro 2.4. Indicadores de Contas Externas

Indicador	Unidade	2018	2018			2019		2019				
			2T	3T	4T	1T	2T	fev	mar	abr	mai	jun
Exportações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	3,7	6,8	2,9	0,6	3,7	2,0	-	-	-	-	-
Importações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	4,9	7,3	3,5	3,8	8,1	3,1	-	-	-	-	-
Saldo de Bens e Serviços*	% PIB	0,2	0,8	0,7	0,2	-0,3	:	-	-	-	-	-
Capacidade de financiamento da economia*	% PIB	0,2	0,8	0,6	0,2	-0,2	:	-	-	-	-	-
Saídas de Bens	VH nom	5,3	10,8	6,0	1,6	4,8	10	5,6	4,7	3,0	8,5	-8,3
Entradas de Bens	VH nom	8,0	9,5	7,2	8,5	12,1	6,8	11,4	10,4	11,1	14,3	-4,1

* Dados trimestrais referem-se ao ano terminado no respetivo trimestre. Fonte: INE.

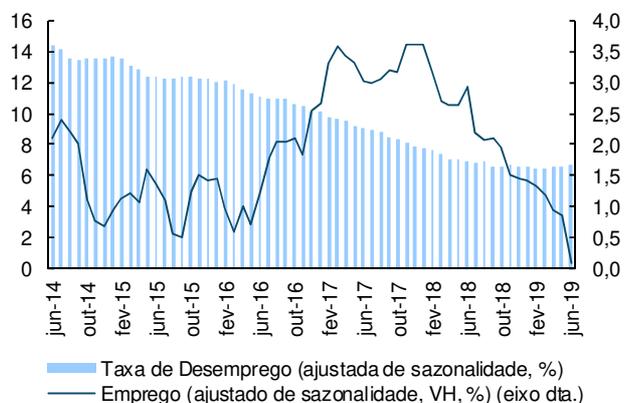
Indicador	Unidade	2018	2018			2019		2018	2019	Dif.
			2T	3T	4T	1T	2T	jan-jun	jan-jun	
Saldo Balança Corrente e de Capital	10 ⁶ euros	903	-1600	2 140	440	-1231	-1369	-1678	-2 600	-922
Saldo Balança de Bens	"	-14 707	-3 498	-3 554	-4 580	-4 320	-3 980	-6 573	-8 300	-1727
Saldo Balança de Serviços	"	16 718	4 195	5 995	3 965	2 595	4 162	6 758	6 757	0
Saldo Balança de Rendimentos Primários	"	-5 701	-3 233	-1 594	-495	-492	-2 715	-3 611	-3 207	404
Saldo Balança de Rendimentos Secundários	"	2 459	533	641	803	626	874	1 016	1 500	484

Fonte: BdP.

Mercado de Trabalho

A taxa de desemprego situou-se em 6,6% no mês de junho de 2019, o mesmo valor do mês anterior e 0,3 p.p. menos que no mesmo mês de 2018. As primeiras estimativas referentes a julho apontam para que a taxa de desemprego neste mês desça para os 6,5%.

Figura 2.12. Emprego e Taxa de Desemprego Mensal

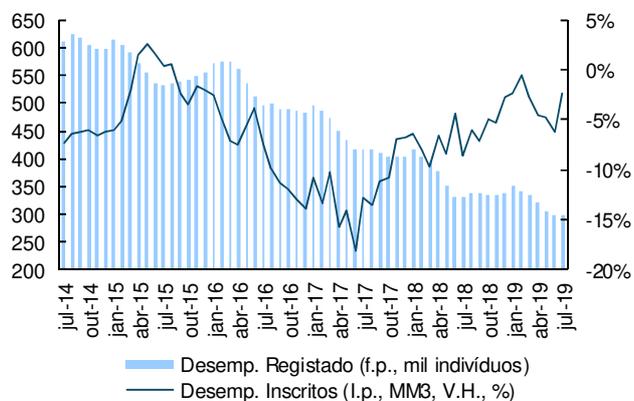


Fonte: INE .

No final do mês de julho, estavam registadas cerca de 297 mil pessoas nos centros de emprego, menos 10,1% do que em julho de 2018.

Ao longo do mês de julho, inscreveram-se nos centros de emprego cerca de 42 mil pessoas, mais 5,7% que no mesmo mês de 2018.

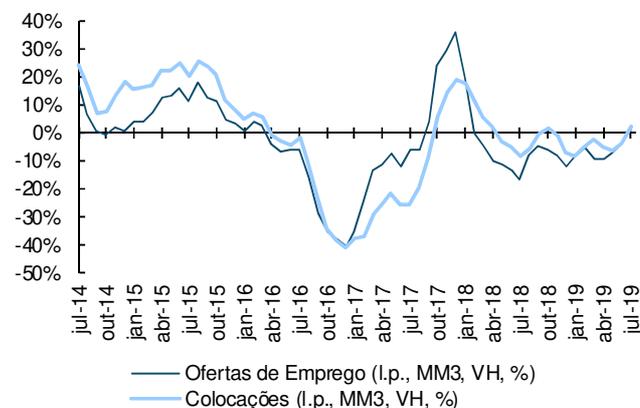
Figura 2.13. Desemprego



Fonte: IEFP.

Durante o mês de julho, houve mais de 11 mil ofertas de emprego a serem feitas pelos centros de emprego, tendo sido colocadas perto de 7 mil pessoas (uma subida de 7,7% face a julho de 2018).

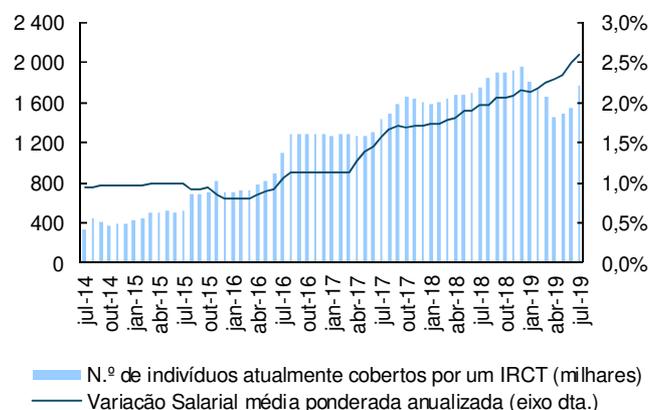
Figura 2.14. Ofertas de Emprego e Colocações
(MM3, VH)



Fonte: IEFP.

Estima-se que, no final de junho, cerca de 1,7 milhões de trabalhadores se encontrassem abrangidos por Instrumentos de Regulação Coletiva de Trabalho, um aumento de 1% face a igual período de 2018, e a primeira variação positiva nos últimos 4 meses. Já o aumento das remunerações médias implícitas fixou-se nos 2,6%, um valor marginalmente acima do registado nos outros meses do ano.

Figura 2.15. Contratação Coletiva



Fonte: MESS, estimativas GPEARI.

Quadro 2.5. Indicadores do Mercado de Trabalho

Indicador	Unidade	2018	2018			2019		2019				
			2T	3T	4T	1T	2T	mar	abr	mai	jun	jul
Taxa de Desemprego*	%	7,0	6,7	6,7	6,7	6,8	6,3	6,5	6,6	6,6	6,6	:
Emprego Total*	VH	2,3	2,4	2,1	1,6	1,5	0,9	1,2	1,0	0,9	0,3	:
Desemprego Registrado (f.p.)	VH	-16,0	-20,5	-17,5	-16,0	-15,1	-10,3	-15,1	-14,6	-12,9	-10,3	-10,1
Desempregados Inscrições (l.p.)	VH	-6,1	0,0	-0,1	0,0	0,0	-0,1	-7,3	-5,7	-0,8	-12,1	5,7
Ofertas de Emprego (l.p.)	VH	-8,7	-0,1	0,0	-0,1	-0,1	0,0	-19,6	-4,7	5,5	-13,0	14,7
Contratação Coletiva	VH	2,2	1,9	2,1	2,2	2,2	2,5	2,2	2,3	2,3	2,5	2,6
Índice do Custo do Trabalho** - Portugal	VH	3,0	1,3	1,5	10,2	1,4	0,9	-	-	-	-	-
Índice do Custo do Trabalho** - AE	VH	2,5	2,6	2,6	2,3	2,4	:	-	-	-	-	-

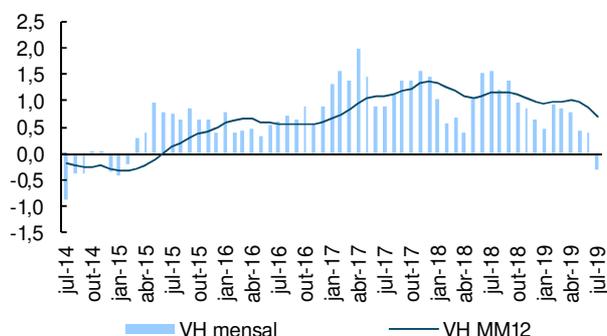
*Valores Trimestrais do Inquérito Trimestral ao Emprego. Valores mensais das Estimativas Mensais (ajustadas de sazonalidade). **Total, excluindo Administração Pública, Educação, Saúde e Outras Atividades; l.p. - no fim do período; l.p. ao longo do período.

Fontes: INE, IEFP, MTSS e Eurostat

Preços

A variação homóloga do Índice de Preços no Consumidor (IPC), em julho de 2019, foi de -0,3%, o menor valor desde janeiro de 2015. Em termos médios homólogos dos últimos 12 meses, o IPC aumentou 0,7%, valor ligeiramente inferior ao do mês anterior (0,9%).

Figura 2.16. Taxa de Variação do IPC
(VH, %)

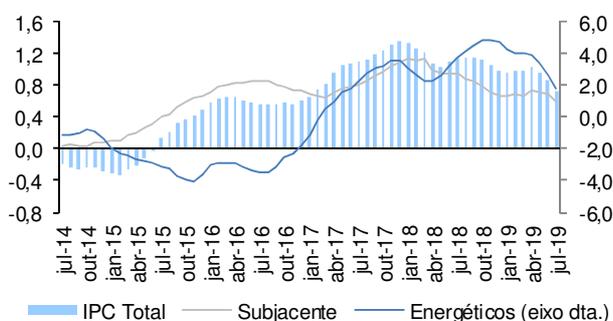


Fonte: INE.

No mesmo mês, o preço dos bens desceu 0,7%, menos 0,4 p.p. do que em junho, enquanto o preço dos serviços subiu 0,3%.

O IPC subjacente, que exclui produtos energéticos e alimentares não transformados, desceu 0,1% (tinha aumentado 0,6% no mês anterior). Esta evolução reflete, entre outros, a variação do preço dos produtos energéticos no mês de julho que caíram 2,8%.

Figura 2.17. Taxa de Variação do IPC (Subjacente e Energéticos)
(MM12, VH, %)



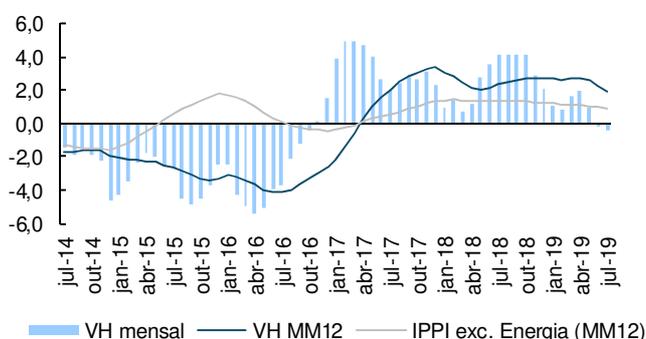
Fonte: INE.

Relativamente às classes do IPC, as que registaram maiores quedas foram as classes do Vestuário e a de Comunicações (-5,8% e -4%, respectivamente), enquanto as classes de Bebidas Alcoólicas (2,1%) e Educação (1,3%) foram as que registaram as maiores subidas.

Em julho, o Índice Harmonizado de Preços no Consumidor registou uma variação homóloga de -0,7%, um valor significativamente abaixo do registado no mês de junho (0,7%). O mesmo índice registou um crescimento de 1% na Zona Euro.

O Índice de Preços na Produção Industrial (IPPI) apresentou, em julho de 2019, uma variação homóloga de -0,4%; sendo este o segundo mês consecutivo em que a sua variação é negativa (-0,2% em junho).

Figura 2.18. Taxa de Variação do IPPI
(VH, %)



Fonte: INE.

Em termos do IPPI, e ao nível das secções industriais, a secção de Indústria Transformadora registou um aumento marginal de 0,6% no mês de julho, enquanto a secção de Eletricidade, Gás, Vapor, Água e Ar registou uma redução de 6,8%.

Quadro 2.6. Indicadores de Preços

Indicador	Unidade	2018	2018			2019					
			nov	dez	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul
Índice de Preços no Consumidor	VC	:	-0,4	-0,2	-1,2	-0,2	1,8	0,6	0,1	0,0	-1,3
Índice de Preços no Consumidor	VH	1,0	0,9	0,7	0,5	0,9	0,8	0,8	0,4	0,4	-0,3
Índice de Preços no Consumidor	VM12	:	1,1	1,0	0,9	1,0	1,0	1,0	1,0	0,9	0,7
IPC - Bens	VH	0,5	0,4	0,1	-0,3	0,5	0,7	0,1	0,0	-0,3	-0,7
IPC - Serviços	"	1,7	1,5	1,6	1,6	1,6	1,1	1,8	1,0	1,5	0,3
IPC Subjacente*	"	0,7	0,5	0,6	0,8	1,0	0,7	0,8	0,5	0,6	-0,1
Índice de Preços na Produção industrial	VH	2,7	2,9	2,1	1,0	0,8	1,6	2,0	0,9	-0,2	-0,4
IHPC	"	1,2	0,9	0,6	0,6	0,9	0,8	0,9	0,3	0,7	-0,7
Diferencial IHPC PT vs. AE	p.p.	-0,6	-1,0	-0,9	-0,8	-0,6	-0,6	-0,8	-0,9	-0,6	-1,7

*IPC subjacente exclui os bens alimentares não transformados e energéticos.

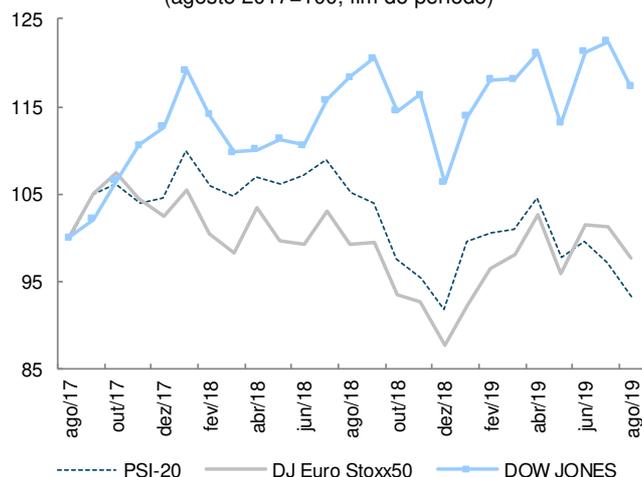
Fontes: INE

Mercado de Capitais, Crédito e Taxas de Juro

Em agosto de 2019, os índices bolsistas internacionais evoluíram desfavoravelmente, traduzindo a desaceleração global da indústria transformadora e a persistência das tensões comerciais entre os EUA e a China (tendo ambos os países, ao longo deste mês, anunciado novas tarifas aduaneiras sobre as importações).

Assim, a 26 de agosto de 2019 e, face ao final do mês de julho, os índices *Dow Jones* e *Euro Stoxx50* depreciaram-se, ambos, cerca de 4%.

Figura 2.19. Índices Bolsistas
(agosto 2017=100, fim do período)



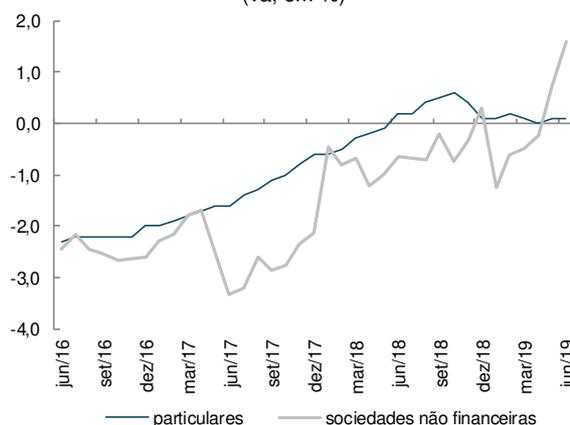
Fontes: CMVM; Finance Yahoo. Para agosto, o valor é do dia 26.

À semelhança dos índices bolsistas internacionais, o índice PSI-20 também se desvalorizou, apesar de ainda representar um ganho próximo de 2% em termos acumulados, face ao final de 2018.

Em junho de 2019, a variação anual dos empréstimos ao sector privado não financeiro recuperou para 0,6% em termos anuais (0,3% no mês precedente) em resultado da melhoria significativa do crédito concedido às empresas não financeiras.

Os empréstimos destinados aos particulares aumentaram 0,1% em termos anuais em junho de 2019 (igual ao mês anterior). Esta evolução deveu-se, por um lado, a uma ligeira deterioração na vertente de habitação e a um crescimento menos robusto do crédito ao consumo e, por outro, a uma quebra menos acentuada no segmento para outros fins.

Figura 2.20. Empréstimos ao Sector Privado
(va, em %)

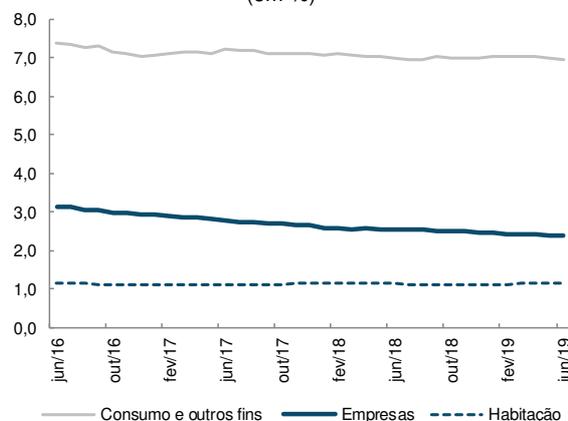


Fonte: Banco de Portugal.

As taxas de juro das operações do crédito tiveram uma subida ténue para as empresas, para 2,4% em junho de 2019, apesar de representar uma descida ao longo do primeiro semestre (2,46% em dezembro de 2018).

Relativamente às taxas de juro dos empréstimos aos particulares, estas mantiveram-se estáveis, facto associado à estabilização do crédito à habitação, já que as relativas ao consumo e outros fins diminuiram.

Figura 2.21. Taxas de Juro de Empréstimos
(em %)



Fonte: Banco de Portugal.

Quadro 2.7. Indicadores Monetários e Financeiros

Indicador	Unidade	2018	2018		2019						
			nov	dez	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul
Yield OT 10 anos PT*	%	1,7	1,8	1,7	1,6	1,5	1,3	1,1	0,8	0,5	0,4
Yield OT 10 – Spread Portugal face a Alemanha*	p.b.	148	152	148	148	130	133	111	102	80	79
PSI20*	VC	-12,2	-2,3	-3,7	8,4	1,1	0,4	3,5	-6,4	1,9	-2,5
Empréstimos a particulares: - para habitação	va**	-1,1	-0,8	-1,1	-1,0	-1,0	-1,0	-1,0	-0,9	-1,0	:
- para consumo	va**	9,9	10,8	9,9	9,4	9,5	8,7	8,3	8,2	8,1	:
Empréstimos a empresas	va**	0,3	-0,3	0,3	-1,3	-0,6	-0,5	-0,2	0,7	1,6	:
Taxa de Juro de empréstimos p/ habitação*	%	1,11	1,11	1,11	1,12	1,12	1,13	1,13	1,14	1,14	:
Taxa de Juro de empréstimos p/ empresas*	%	2,46	2,48	2,46	2,45	2,44	2,42	2,43	2,39	2,40	:

* Fim de período; ** Variação anual. Nota: As taxas de variação anual são calculadas com base na relação entre saldos de empréstimos bancários em fim de mês, ajustados de operações de titularização, e transações mensais, as quais são calculadas a partir de saldos corrigidos de reclassificações, de abatimentos ao activo e de reavaliações cambiais e de preço.

Fontes: IGCP, CMVM e BdP

Finanças Públicas

Nos primeiros sete meses do ano de 2019, a execução orçamental das Administrações Públicas registou um saldo orçamental de -445 milhões de euros, assinalando-se uma melhoria de 2.239 milhões de euros face ao registado no período homólogo. Face ao mês anterior, o défice orçamental diminuiu 91 milhões de euros¹. Para esta melhoria, em termos homólogos, contribuiu o crescimento de 6,5% da receita efetiva, que mais do que compensou o aumento da despesa efetiva de 1,6%. A evolução da receita resultou sobretudo do crescimento da *Receita fiscal* (5,8%), assim como das *Contribuições para a segurança social* (6,9%). Do lado da despesa, registou-se uma diminuição dos encargos com *Juros e outros encargos* de 7,8% (efeito base decorrente de pagamentos efetuados em 2018 relativos ao acordo entre Santander Totta e o Governo no âmbito dos *swaps*, bem como pelo vencimento de uma OT em junho de 2018 e pela recompra parcial de OTs com reembolso em junho de 2019 e de 2020). Para o crescimento da despesa contribuíram as *Despesas com Pessoal* (4,6%) e as despesas com pensões da Segurança Social. O saldo primário atingiu 4.900 milhões de euros, no que se consubstancia uma melhoria de 1.789 milhões de euros.

Por subsectores, a Administração Central apresentou um saldo negativo de -2.495 milhões de euros, a Administração Regional e Local apresentou um excedente de 438 milhões de euros e a Segurança Social obteve um saldo de 1.611 milhões de euros.

Estado

O subsector Estado registou até julho um saldo negativo de 3.857 milhões de euros, valor que representa uma melhoria de 83 milhões face ao período homólogo. Por sua vez, o saldo primário registou um excedente no valor de 1.022 milhões de euros, uma diminuição de 96 milhões de euros face a igual período de 2018.

Para esta melhoria contribui o aumento da receita efetiva no valor de 7% (crescimento acima do ímplicito no OE/2019) que mais do que compensa o crescimento de 5,8% da despesa efetiva.

A *Receita fiscal* do Estado (6,3%), assim como os *Dividendos e Participação nos Lucros* (62,6%) foram os principais responsáveis para o aumento da receita efetiva do Estado.

Dentro dos impostos diretos, de destacar o crescimento de 7,4% das receitas com IRC, o qual compara com o crescimento pouco significativo do IRS (0,5%). Relativamente aos impostos indiretos, destaque para o crescimento homólogo do IVA (8,9%), do ISP (9,4%) e do Imposto de Selo (7,3%) bem como do Imposto sobre o Tabaco (15,4%).

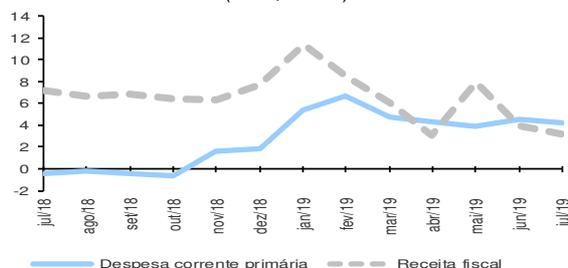
Relativamente à despesa efetiva, de assinalar o crescimento de 16,8% das *Transferências Correntes para a União Europeia* bem como o das *Transferências Correntes para as Administrações Públicas* (4,3%). Adicionalmente, as *Despesas com pessoal* aumentaram 2,5% como resultado, em parte, do processo de descongelamento de carreiras iniciado em 2018. Também destacar que se registaram decréscimos nas despesas com *Aquisição de Bens e Serviços* (-4,6%) e nos *Juros e Outros Encargos* (-3,5%)².

Quadro 2.8. Receita fiscal do Estado

	2018		2019	
	jan a jul		Grau de execução (%)	VHA (%)
	10 ⁶ euros			
Receita Fiscal	23 526	25 025	54,8	6,3
Impostos diretos	9 863	10 176	51,7	3,2
IRS	5 738	5 763	44,7	0,5
IRC	3 932	4 222	66,6	7,4
Outros	193	192	42,9	-2,5
Impostos indiretos	13 663	14 849	57,2	8,6
IVA	9 121	9 944	56,8	8,9
ISP	1 944	2 128	58,4	9,4
Imp. de selo	919	987	58,6	7,3
Imp. s/ tabaco	681	786	58,4	15,4
ISV	472	462	57,5	-2,2
IUC	225	248	62,9	9,3
IABA	153	149	50,4	-3,9
Outros	147	146	51,9	-0,7

Fonte: DGO.

Figura 2.22. Execução Orçamental do Estado
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Quadro 2.9. Execução Orçamental do Estado

	2018		2019		2019			
	jan a jul		jan a jul		abr	mai	jun	jul
	10 ⁶ euros		10 ⁶ euros	grau de execução (%)				
Receita Efetiva	25 790	27 590	54,9	55,2	4,1	9,5	8,4	7,0
Receita corrente	25 758	27 545	55,0	55,3	3,9	9,4	8,4	6,9
Impostos diretos	9 863	10 176	54,0	51,7	3,1	7,9	3,9	3,2
Impostos indiretos	13 676	14 849	55,0	57,2	9,9	10,5	9,8	8,6
Despesa Efetiva	29 730	31 447	56,7	56,7	5,3	4,9	6,3	5,8
Despesa corrente primária	23 829	24 829	54,9	55,6	4,4	3,9	4,5	4,2
Despesa corrente	28 886	29 707	57,5	57,3	4,7	4,3	3,1	2,8
Despesa com pessoal	5 339	5 471	58,3	58,9	3,0	2,6	2,4	2,5
Aquisição bens e serviços	471	449	30,3	33,6	0,0	-2,0	-3,7	-4,6
Subsídios	35	33	28,4	27,8	7,9	13,3	-3,5	-5,3
Juros	5 057	4 878	69,6	65,9	6,3	6,4	-3,3	-3,5
Transferências corr. p/ AP	16 193	16 884	57,8	57,0	4,3	4,3	4,7	4,3
Saldo Global	-3 940	-3 857	-	-	-	-	-	-
Saldo Primário	1 117	1 022	-	-	-	-	-	-

Fonte: DGO.

¹ Exceto se for referido o contrário, os valores indicados foram apurados numa base de caixa.

² Refira-se que a despesa com juros se encontra influenciada pelo pagamento integral antecipado do empréstimo do FMI no âmbito do PAEF, pelo vencimento de uma OT em junho de 2018 e pela recompra parcial de OTs com reembolso em junho de 2019 e de 2020.

Serviços e Fundos Autónomos, (SFA) incluindo as Empresas Públicas Reclassificadas (EPR)

Os SFA (incluindo EPR) apresentaram um saldo positivo de 1.362 milhões de euros, o que representa um aumento de 1.529 milhões de euros face ao período homólogo.

Dentro da receita efetiva, cujo crescimento foi de 7,5%, destaca-se positivamente o crescimento das *Taxas, multas e outras penalidades* em 6,9%¹ e das *Transferências Correntes provenientes da AC* (4,8%) e negativamente as *Transferências Correntes provenientes da UE* com uma diminuição de 15,6%, bem como nas *Outras Receitas Correntes* (-7,7%). Quanto à despesa, registou-se uma redução significativa de 54,2% com *Juros e outros encargos* (resultado do efeito base proveniente dos pagamentos de 2018 pelos Metropolitanos de Lisboa e do Porto no âmbito do acordo judicial relativo aos *swaps*), bem como dos *Subsídios* (-9,4%).

As EPR contribuíram para o saldo global dos SFA com um saldo de 170 milhões de euros, o qual compara com um saldo negativo de -1.249 milhões de euros no período homólogo. Neste âmbito, de destacar a melhoria do saldo da PARPÚBLICA – Participações Públicas (SGPS), S.A. em 738 milhões de euros e do Metropolitano de Lisboa E.P.E. em 280 milhões de euros.

Serviço Nacional de Saúde (SNS)

A execução orçamental do SNS até junho (ótica dos compromissos) registou um défice de 217 milhões de euros, representando uma deterioração de cerca de 92 milhões de euros em termos homólogos.

A receita total efetiva atingiu 5.628 milhões de euros. Tal representa um crescimento de 4%, estando na base desta evolução um crescimento de 4,3% das *Transferências do OE*.

A despesa efetiva (compromissos de despesa assumidos) foi de 5.844 milhões de euros (crescimento de 5,6%), assente num crescimento de 7,9% das *Despesas com o pessoal* e por um crescimento de 4,2% da *Despesa com a aquisição de bens e serviços*. Dentro desta última, destacam-se os crescimentos de 5,1% nos produtos farmacêuticos e de 2,5% nos meios complementares de diagnóstico e terapêutica.

Caixa Geral de Aposentações (CGA)

Em julho, o saldo de execução orçamental da CGA foi de 345 milhões de euros, valor significativamente superior ao previsto para o ano como um todo (-60 milhões de euros, e que representa uma melhoria de 233 milhões de euros em termos homólogos. O saldo global positivo resulta da diminuição da despesa efetiva em 2,9% acompanhada por um aumento da receita efetiva de 1,2%.

Na evolução positiva da receita, comparativamente ao mesmo período de 2018, destaca-se o crescimento das receitas com *Transferências do OE* em 3% que mais que compensa a redução das *Contribuições para a CGA* de 0,4%.

Para a redução da despesa efetiva contribuiu a diminuição do valor de *Pensões* e *Transferências*, sendo, contudo, importante salientar que eliminando o efeito da aplicação em 2019 do novo normativo da Administração Pública a despesa com *Pensões* regista um aumento de 1,3%.

Quadro 2.10. Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos

	Serviços e Fundos Autónomos				dos quais: Empresas Públicas Reclassificadas			
	2018		2019		2018		2019	
	jan a jul				jan a jul			
	10 ⁶ euros	Grau de execução (%)	VHA (%)		10 ⁶ euros	Grau de execução (%)	VHA (%)	
Receita Efetiva	17 503	18 809	52,9	7,5	5 201	6 235	51,6	19,9
Contribuições p/ Seg. Social, CGA e ADSE	2 276	2 268	58,4	-0,3	-	-	-	-
Transferências correntes das Adm. Públicas	10 372	10 914	58,2	5,2	493	580	55,1	17,5
Despesa Efetiva	17 670	17 447	50,4	-1,3	6 450	6 065	49,0	-6,0
Despesa com pessoal	4 018	4 253	56,0	5,8	2 263	2 434	57,9	7,5
Aquisição de bens e serviços	4 573	4 607	54,6	0,8	2 171	2 020	53,4	-7,0
Transferências correntes	6 515	6 365	53,1	-2,3	52	37	45,9	-29,7
Saldo Global	- 167	1362	-	-	-1249	170	-	-

Fonte: DGO.

Quadro 2.11. Execução Financeira do SNS e Orçamental da CGA

	Serviço Nacional de Saúde					Caixa Geral de Aposentações			
	2018		2019			2018		2019	
	jan a jul					jan a jul			
	10 ⁶ euros	VHA (%)	Grau de execução (%)			10 ⁶ euros	VHA (%)	Grau de execução (%)	
Receita Efetiva	5 411	5 628	4,0	55,7	Receita Efetiva	5 764	5 835	1,2	58,2
Receita fiscal	64	62	-3,1	54,4	Contribuições p/ a CGA	2 272	2 263	-0,4	58,4
Outra receita corrente	5 336	5 550	4,0	56,1	Quotas e contribuições	2 213	2 201	-0,5	58,4
Receita de capital	12	16	35,5	14,6	Transferências correntes do OE	3 049	3 139	3,0	58,8
Despesa Efetiva	5 536	5 844	5,6	57,3	Complicação do OE	2 883	2 934	1,8	58,9
Despesa com pessoal	2 196	2 370	7,9	57,0	Compensação por pagamento de pensões	166	205	23,6	57,0
Aquisição de bens e serviços	3 225	3 360	4,2	58,4	Despesa Efetiva	5 652	5 490	-2,9	54,4
Despesa de capital	51	49	-3,1	28,3	Pensões	5 532	5 370	-2,9	54,5
Saldo Global	- 125	- 217	-	-	Saldo Global	112	345	-	-

Fontes: Administração Central do Sistema de Saúde e DGO.

¹ Explicado sobretudo pela alteração de contabilização das taxas de justiça apuradas pelo IGFEJ.

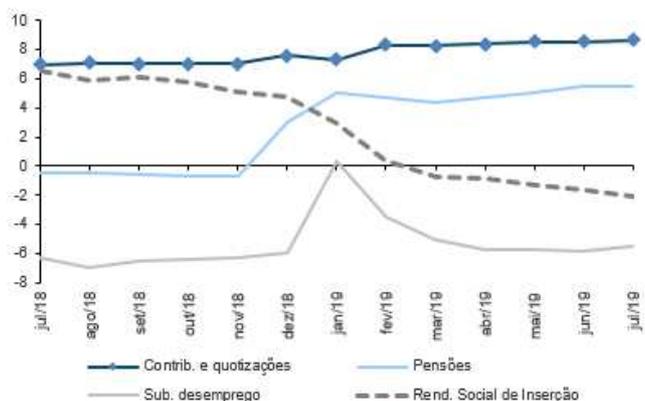
Segurança Social

A execução orçamental de julho do subsector da Segurança Social manteve a tendência verificada nos meses anteriores, de saldos positivos, apresentando um valor de 1.611 milhões de euros, suportado por um aumento da receita efetiva de 7,9% superior em 2,3 p.p. ao crescimento da despesa efetiva.

A melhoria na execução orçamental é marcada, sobretudo, por uma evolução positiva do mercado de trabalho que se traduziu numa redução das despesas com *Prestações de desemprego e apoio ao emprego* e no aumento com as receitas de *Contribuições e quotizações*, que conjuntamente mais que compensam o aumento das *Prestações Sociais*.

A receita efetiva atingiu o montante de 16.889 milhões de euros, apoiada no crescimento homólogo de 8,7% das receitas com origem em *Contribuições e quotizações* acompanhado pelo aumento das *Transferências Correntes da Administração Central (5,1%)* e do *Fundo Social Europeu (31,1%)*.

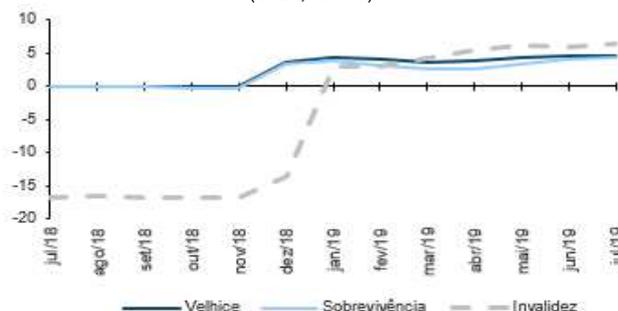
Figura 2.23. Execução Orçamental da Seg. Social
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

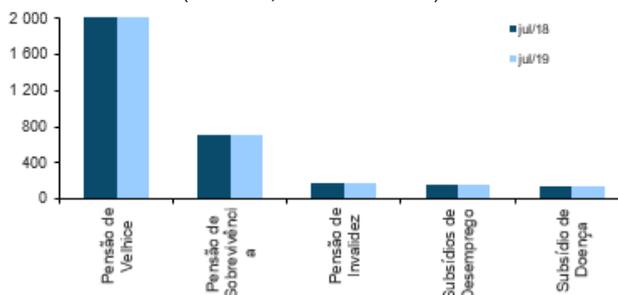
A despesa fixou-se em 15.277 milhões de euros, crescendo 5,6% face ao mesmo período de 2018. Esta evolução reflete o aumento da despesa com *Pensões* (5,5%) que tem como fundamento quer o aumento do número de pensionistas, quer a atualizações anual e extraordinária das pensões. Em sentido contrário, a despesa com *Prestação de desemprego* que tal como tem ocorrido nos meses anteriores, apresentou uma diminuição face ao período homólogo fixando-se em 704 milhões de euros.

Figura 2.24. Despesa em Pensões da Seg. Social
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Figura 2.25. Número de Pensões e Subsídios Atribuídos
(milhares, em final do mês)



Fonte: MTSS.

Quadro 2.12. Execução Orçamental da Segurança Social

	Segurança Social			
	2018	2019		
	jan a jul			
	10 ⁶ euros	VHA		Grau de execução (%)
Receita Efetiva	15 652	16 889	7,9	57,3
Contribuições e quotizações	9 525	10 352	8,7	58,2
Transferências correntes da Administração Central *	4 886	5 136	5,1	56,8
Despesa Efetiva	14 467	15 277	5,6	54,9
Pensões	9 345	9 856	5,5	56,7
Pensões de velhice do reg. subst. bancário	268	262	-2,2	56,7
Subsídio de desemprego e apoio ao emprego	746	704	-5,5	58,3
Prestações e ação social	2 736	2 918	6,7	55,5
Saldo Global	1 185	1 611	-	-

* Não inclui IVA social e transferências no âmbito da Plano de Emergência Social.

Fonte: DGO.

Administração Regional

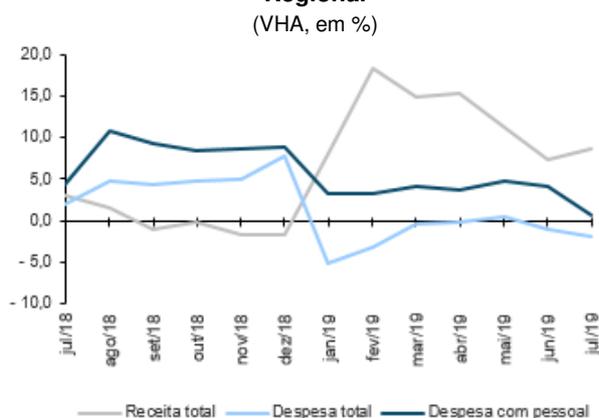
Em julho, a Administração Regional apresenta um saldo negativo de 153 milhões de euros, representando uma deterioração de 97 milhões de euros em termos homólogos, assente numa diminuição de 1,9% da receita e num crescimento da despesa em 4,7%.

Para tal contribui quer a variação do saldo orçamental da Região Autónoma da Madeira, com um aumento do défice de 90 milhões de euros, quer do saldo da Região Autónoma dos Açores de 7 milhões. Os saldos orçamentais nestas duas Regiões Autónomas fixaram-se em -128 milhões de euros e -25 milhões de euros, respetivamente.

Para o aumento da despesa contribuiu, fundamentalmente, o crescimento do *Investimento* em 25% e, contrariamente à tendência global dos outros subsectores da Administração Pública, e da despesa com *Juros e outros encargos* em 21,3%. Em sentido contrário, regista-se a diminuição de 3% nas *Aquisições de Serviços*.

Do lado da receita salienta-se a diminuição das *Transferências Correntes* e *Transferências de Capital* (de 0,5% e 4,6%) que foram em parte compensadas por um aumento de 0,7% nas receitas provenientes de *Impostos*.

Figura 2.26. Execução Orçamental da Administração Regional



Fonte: DGO

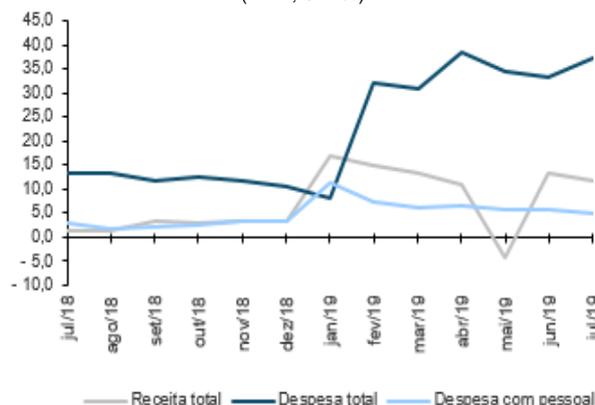
Administração Local

No subsector da Administração Local o saldo orçamental atingiu 591 milhões de euros, correspondendo a uma melhoria de 297 milhões de euros em termos homólogos. A evolução positiva, justificou-se por um crescimento da receita efetiva (11,7%) superior ao da despesa efetiva em 6.6 p.p..

O crescimento da despesa assenta no aumento dos encargos com *Despesas com Pessoal* (7,9%), *Aquisição e bens e serviços* (5,2%), de *Investimento* (8,6%). A contrapor, registou-se uma redução da despesa com *Juros e outros encargos* de 9,5%.

Do lado da receita efetiva, a *Receita Fiscal* apresentou um crescimento de 2,4%, nomeadamente com a Derrama e o IUC. Relativamente ao IMI, verificou-se uma redução de 0,1%. No entanto, o IMI sofreu várias alterações em 2019, designadamente foi reduzido o montante mínimo para pagamento em prestações de 250 euros para 100 euros. Adicionalmente, registou-se um crescimento das *Transferências Correntes do OE* (1,9%) e *Transferências de Capital do OE* (41%).

Figura 2.27. Execução Orçamental da Administração Local
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Quadro 2.13. Execução Orçamental das Administrações Local e Regional

	Administração Regional			Administração Local		
	2018	2019		2018	2019	
	10 ⁶ euros	jan a jul	VHA (%)	10 ⁶ euros	jan a jul	VHA (%)
Receita Total	1 430	1 403	-1,9	4 273	4 773	11,7
Impostos	780	785	0,7	1 602	1 640	2,4
Transferências correntes	343	341	-0,5	1 547	1 594	3,0
Transferências de capital	186	178	-4,6	267	367	37,3
Despesa Total	1 486	1 556	4,7	3 980	4 182	5,1
Pessoal	598	619	3,4	1 380	1 489	7,9
Aquisição de bens e serviços	344	333	-3,0	1 173	1 234	5,2
Juros e outros encargos	197	239	21,3	33	30	-9,5
Transferências correntes	119	124	4,2	374	413	10,6
Investimento	66	83	25,0	662	719	8,6
Transferências de capital	133	125	-6,4	113	147	30,6
Saldo Global	- 56	- 153	-	293	591	-

Fonte: DGO

Dívida Pública

Dívida Pública das Administrações Públicas (ótica de Maastricht)

A dívida pública atingiu em junho 251.192 milhões de euros (122,2% do PIB), o que corresponde a um aumento de 2.029 milhões de euros face ao final de 2018, mas a uma diminuição mensal de 5.581 milhões de euros. Os depósitos das AP diminuíram no mês 5.688 milhões de euros, atingindo 17.447 milhões de euros no final de junho.

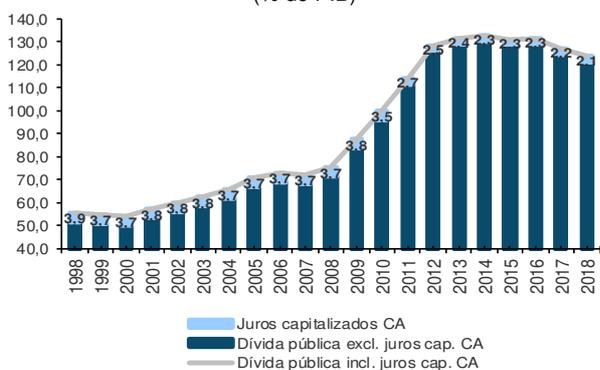
Quadro 2.14. Dívida das Administrações Públicas
(milhões de euros)

	2018 dez	2019 mai	2019 jun
Administrações Públicas	249 163	256 773	251 192
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central	255 677	264 507	258 440
Administração Regional e Local	10 239	10 222	10 393
Segurança Social	2	1	1
Consolidação entre subsectores	16 754	17 957	17 642
<i>por memória:</i>			
Depósitos da Administração Central	12 238	18 030	11 622
Depósitos das Administrações Públicas	16 624	23 135	17 447

Fonte: Banco de Portugal.

No âmbito do novo Manual do Défice e Dívida, de 2 de agosto, registou-se uma alteração metodológica no registo dos juros capitalizados dos certificados de aforro na dívida pública. Com efeito, passaram a ser incluídos os juros capitalizados dos Certificados de Aforro (CA) no stock da dívida pública de Maastricht. Os juros capitalizados dos CA atingiram 4.258 milhões de euros no final de 2018, o que representa 2,1% do PIB, tendo a sua tendência sido de decréscimo ao longo do tempo.¹

Figura 2.28. Dívida pública – ótica Maastricht
(% do PIB)



Fonte: Banco de Portugal e INE.

Dívida não Financeira das Administrações Públicas

A dívida não financeira das Administrações Públicas atingiu 2071 milhões de euros em julho, menos 3,4 milhões de euros face ao mês anterior e mais 306 milhões de euros que no final de 2018. A variação mensal resultou da diminuição da dívida não financeira da Administração Regional (29 milhões de euros), parcialmente compensada pelo aumento na Administração Central e Local (17 milhões de euros e 9 milhões de euros, respetivamente).

Quadro 2.15. Dívida não Financeira das AP
(milhões de euros)

	2018 dez	2019 jun	2019 jul
Administrações Públicas	1 765	2 074	2 071
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central	553	759	775
Administração Regional	197	184	155
Administração Local	1 014	1 131	1 140
Segurança Social	0	0	0

Fonte: DGO.

Os pagamentos em atraso das Administrações Públicas (dívidas por pagar há mais de 90 dias) atingiram 790 milhões de euros em julho, i.e., mais 73 milhões que no mês anterior e mais 92 milhões que no final de 2018. A variação mensal resulta, sobretudo, do aumento verificado nos Hospitais EPE (70 milhões de euros).

Quadro 2.16. Pagamentos em Atraso
(milhões de euros)

	2018 dez	2019 jun	2019 jul
Administrações Públicas	697	717	790
<i>Por subsector:</i>			
Administração Central (excl. saúde)	18	25	27
SNS	2	11	10
Hospitais EPE	484	480	550
Empresas Públicas Reclassificadas	12	18	18
Administração Regional	100	105	107
Administração Local	82	78	77
Segurança Social	0	0	0
Outras Entidades	0	0	0
Empresas públicas não reclassificadas	0	0	0
Adm. Públicas e outras entidades	698	717	790

Fonte: DGO.

Dívida Direta do Estado

Em julho, a dívida direta do Estado atingiu 245.399 milhões de euros (244.748 milhões de euros após cobertura cambial), menos 1.311 milhões de euros que no final do mês anterior. No período em apreço, o stock de BT diminuiu 1.571 milhões de euros. Em sentido oposto, o saldo de OT aumentou 1.108 milhões de euro. Já em agosto, Portugal realizou no dia 21, dois leilões de BT, tendo colocado a 11 meses 750 milhões de euros (na fase competitiva) a uma taxa média de -0,557%, e a 3 meses 250 milhões de euros, a uma taxa média de -0,563%.

Quadro 2.17. Movimento da Dívida Direta do Estado
(milhões de euros)

	30/jun/19	2019 jul			31/jul/19
	Saldo	Emissões	Amortiz.	Outros	Saldo
Transacionável	155 625	3 977	4 073	- 282	155 247
<i>da qual:</i> Bilhetes do Tesouro	14 213	1 652	3 223	0	12 642
<i>da qual:</i> Obrigações Tesouro	126 887	2 326	850	- 368	127 995
Não Transacionável	39 371	828	1 676	0	38 523
<i>da qual:</i> Cert.Aforro e do Tesouro	28 796	460	401	0	28 855
<i>da qual:</i> CEDIC e CEDIM	6 386	299	1 237	0	5 448
Prog. de Ajustamento Económico	51 628	0	0	0	51 628
Total	246 624	4 806	5 749	-282	245 399

Fonte: IGCP.

¹ Os juros capitalizados dos CA atingiram 4.259 milhões de euros em junho de 2019.

Exportações de Mercadorias

Nos primeiros seis meses de 2019, as exportações de mercadorias cresceram, em termos homólogos, 2,9%. Excluindo os produtos energéticos, registou-se um crescimento de 4,5%.

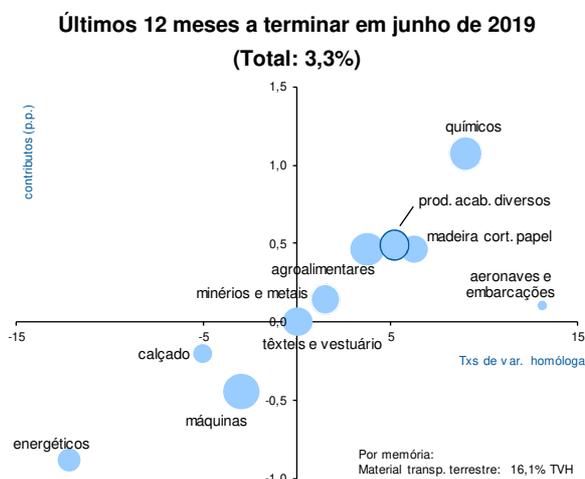
Entre janeiro e junho de 2019, destaca-se o contributo positivo do “Material de transporte terrestre e suas partes” (+2,1 p.p.), dos “Químicos” (+1,1 p.p.), dos “Produtos acabados diversos” e das “Aeronaves, embarcações e suas partes” (ambos com +0,5 p.p.). O “Material de transporte terrestre e suas partes” é o grupo de produtos que maior peso tem nas exportações de mercadorias (15,9%). Segue-se o grupo das “Máquinas e aparelhos e suas partes” (13,7%).

A Figura 3.2 apresenta os contributos dos diversos grupos de produtos para o crescimento das exportações no último ano a terminar em junho de 2019.

Nesse período, a maioria dos grupos de produtos contribuiu positivamente para o crescimento das exportações de mercadorias (+3,3%). Mais uma vez, o “Material de transporte terrestre e suas partes” foi o que mais contribuiu para este comportamento (+2,1 p.p.). Segue-se o contributo positivo dos “Químicos” (+1,1 p.p.), dos “Produtos acabados diversos”, dos “Agroalimentar” e da “Madeira, cortiça e papel” (todos com +0,5 p.p.).

De referir, ainda, os contributos dos “Minérios e Metais” e das “Aeronaves, embarcações e suas partes” para o crescimento das exportações de mercadorias (ambos com +0,1 p.p.).

Figura 3.2. Contributos para o Crescimento das Exportações por Grupos de Produtos (p.p.)



Fonte: Quadro 3.4. Exportações de Mercadorias por Grupos de Produtos.

Nota:
A dimensão dos círculos representa o peso relativo de cada grupo de produtos no total das exportações no período em análise.

Quadro 3.4. Exportações * de Mercadorias por Grupos de Produtos

(Fob)

Intra + Extra UE

Grupos de Produtos	Milhões de Euros		Estrutura (%)				Tax. variação e contributos			
	jan-jun		Anual		jan-jun		últimos 12 meses ^[1]		jan-jun	
	2018	2019	2018	2019	2018	2019	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
Total das Exportações	29 537	30 383	100,0	100,0	100,0	100,0	3,3	3,3	2,9	2,9
Agro-alimentares	3 442	3 570	11,8	12,3	11,7	11,8	3,8	0,5	3,7	0,4
Energéticos	2 182	1 795	10,4	6,9	7,4	5,9	-12,2	-0,9	-17,7	-1,3
Químicos	3 483	3 807	12,6	12,3	11,8	12,5	9,0	1,1	9,3	1,1
Madeira, cortiça e papel	2 181	2 278	8,1	7,6	7,4	7,5	6,2	0,5	4,4	0,3
Têxteis, vestuário e seus acessórios	2 757	2 719	9,2	9,3	9,3	8,9	0,0	0,0	-1,4	-0,1
Calçado, peles e couros	1 114	1 043	4,2	3,9	3,8	3,4	-5,1	-0,2	-6,4	-0,2
Minérios e metais	2 924	2 929	10,4	9,8	9,9	9,6	1,5	0,1	0,2	0,0
Máquinas e aparelhos e suas partes	4 265	4 148	14,7	14,3	14,4	13,7	-3,0	-0,4	-2,7	-0,4
Material de transp. terrestre e suas partes	4 191	4 817	10,1	13,5	14,2	15,9	16,1	2,1	14,9	2,1
Aeronaves, embarcações e suas partes	193	327	0,5	0,7	0,7	1,1	13,1	0,1	69,5	0,5
Produtos acabados diversos	2 804	2 950	8,0	9,5	9,5	9,7	5,2	0,5	5,2	0,5
Por memória:										
Total sem energéticos	27 355	28 588	89,6	93,1	92,6	94,1	4,5	4,2	4,5	4,2

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de Notas:

Exportações: so matório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

[1] Últimos 12 meses a terminar em junho de 2019.

[2] $(\text{Jul } 18\text{-jun } 19) / (\text{Jul } 17\text{-jun } 18) \times 100 - 100$.

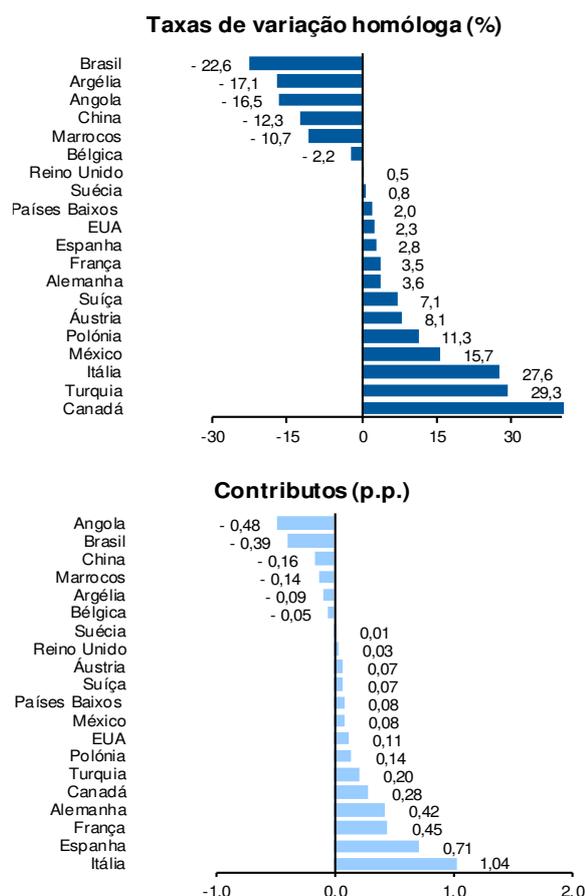
[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share: $(\text{TVH}) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) \div 100$.

Nos primeiros seis meses de 2019, as exportações para a UE cresceram, em termos homólogos, 4%. As exportações com destino aos países da UE-15 registaram uma taxa de variação homóloga positiva de 3,9% enquanto as exportações com destino aos Países do Alargamento cresceram 6,2%. As exportações para países terceiros registaram uma taxa de variação homóloga negativa de 1% (Quadro 3.5).

As exportações de mercadorias para a Itália (+0,9 p.p.) foram as que registaram o maior contributo Intra UE-15 para o crescimento das exportações, seguidas das exportações para a Alemanha e a França (+0,8 p.p. e +0,5 p.p. respetivamente).

No último ano a terminar em junho de 2019, as exportações para os países Intra UE cresceram, em termos homólogos, 5,2%. As exportações para os países da UE-15 registaram uma taxa de variação homóloga positiva de 4,8%. As exportações para a Itália (+1 p.p.) e Espanha (+0,7 p.p.) foram as que mais contribuíram para o crescimento das exportações. Entre os países terceiros, destaca-se a variação homóloga positiva das exportações para o Canadá (+49,8%), a Turquia (+29,3%) e o México (+15,7%) (Figura 3.3).

Figura 3.3. Taxas de Crescimento das Exportações para uma Seleção de Mercados e Contributos
Últimos 12 meses a terminar em junho de 2019



Fonte: Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com destino a uma Seleção de Mercados.

Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com Destino a uma Seleção de Mercados

Destino	jan-jun		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos			
			anual		jan-jun		12 meses [1]		jan-jun	
	2018	2019	2018	2019	2018	2019	VH [2]	contrib. p.p.[3]	VH	contrib. p.p.[3]
TOTAL	29 537	30 383	100,0	100,0	100,0	100,0	3,3	3,3	2,9	2,9
Intra UE	22 612	23 528	70,3	76,1	76,6	77,4	5,2	3,9	4,0	3,1
dos quais:										
UE-15	21 241	22 071	67,1	71,5	71,9	72,6	4,8	3,4	3,9	2,8
Espanha	7 501	7 534	23,6	25,3	25,4	24,8	2,8	0,7	0,4	0,1
França	3 871	4 032	11,6	12,7	13,1	13,3	3,5	0,4	4,2	0,5
Alemanha	3 484	3 706	11,6	11,5	11,8	12,2	3,6	0,4	6,4	0,8
Reino Unido	1 842	1 826	5,5	6,3	6,2	6,0	0,5	0,0	-0,9	-0,1
Itália	1 204	1 460	3,3	4,3	4,1	4,8	27,6	1,0	21,2	0,9
Países Baixos	1 131	1 207	4,0	3,8	3,8	4,0	2,0	0,1	6,7	0,3
Bélgica	728	708	2,8	2,3	2,5	2,3	-2,2	-0,1	-2,7	-0,1
Suécia	308	292	0,9	1,0	1,0	1,0	0,8	0,0	-5,2	-0,1
Áustria	290	297	0,5	0,9	1,0	1,0	8,1	0,1	2,6	0,0
Alargamento	1 371	1 456	3,2	4,6	4,6	4,8	10,9	0,5	6,2	0,3
Polónia	395	419	0,9	1,3	1,3	1,4	11,3	0,1	6,2	0,1
Extra UE	6 925	6 856	29,7	23,9	23,4	22,6	-2,4	-0,6	-1,0	-0,2
dos quais:										
EUA	1 472	1 517	4,2	5,0	5,0	5,0	2,3	0,1	3,1	0,2
Angola	740	605	6,6	2,6	2,5	2,0	-16,5	-0,5	-18,3	-0,5
Brasil	395	347	1,6	1,4	1,3	1,1	-22,6	-0,4	-12,1	-0,2
Marrocos	400	354	1,5	1,2	1,4	1,2	-10,7	-0,1	-11,5	-0,2
China	313	301	1,4	1,1	1,1	1,0	-12,3	-0,2	-3,7	0,0
Suíça	299	338	0,9	1,0	1,0	1,1	7,1	0,1	12,9	0,1
Turquia	202	273	0,8	0,8	0,7	0,9	29,3	0,2	34,8	0,2
Canadá	170	303	0,5	0,6	0,6	1,0	49,8	0,3	78,5	0,5
México	140	157	0,4	0,6	0,5	0,5	15,7	0,1	12,0	0,1
Argélia	142	113	1,1	0,5	0,5	0,4	-17,1	-0,1	-20,3	-0,1
Por memória:										
OPEP[4]	1083	940	9,1	3,8	3,7	3,1	-13,4	-0,6	-13,2	-0,5
PALOP	1021	901	8,0	3,6	3,5	3,0	-10,6	-0,4	-11,8	-0,4
EFTA	396	445	1,1	1,3	1,3	1,5	5,8	0,1	12,6	0,2

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respondidas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2018.

[1] Últimos 12 meses a terminar em junho de 2019.

[2] (jul 18-jun 19)/(jul 17-jun 18) x 100 - 100.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

[4] Inclui Angola.

Importações de Mercadorias

De janeiro a junho de 2019, as importações de mercadorias registaram uma variação homóloga positiva de 9,3% (Quadro 3.6).

Destaca-se o contributo das importações dos grupos de produtos “Aeronaves, embarcações e suas partes” (3,3 p.p.), “Máquinas e aparelhos e suas partes” (1,9 p.p.), “Químicos” (1,4 p.p.).

A UE-28 mantém-se como principal mercado de origem das importações portuguesas (76,2%).

Nos primeiros seis meses de 2019, as importações de mercadorias provenientes do mercado comunitário cresceram, em termos homólogos, 9,6%, sendo que as provenientes dos países da UE-15 cresceram, em termos homólogos, 9,1%. As importações provenientes dos países do Alargamento registaram uma taxa de variação homóloga positiva de 18,5%.

As importações de mercadorias provenientes de países terceiros cresceram 8,6%, em termos homólogos. A China destaca-se como sendo o principal mercado extracomunitário de origem das importações de mercadorias (3,5% do total). Seguem-se os EUA (2%) e a Rússia (1,8%).

Quadro 3.6. Importações de Mercadorias por Grupos de Produtos e sua Distribuição por uma Seleção de Mercados

Grupos de Produtos	10 ⁶ Euros (Cif)		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos			
	jan-jun		Anual		jan-jun		12 meses ^[1]		jan-jun	
	2018	2019	2018	2018	2018	2019	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
TOTAL DAS IMPORTAÇÕES	37 181	40 649	100,0	100,0	100,0	100,0	8,4	8,4	9,3	9,3
Grupos de Produtos										
Agro-alimentares	5 330	5 481	15,9	14,6	14,3	13,5	3,3	0,5	2,8	0,4
Energéticos	4 473	4 689	12,0	11,5	12,0	11,5	6,0	0,7	4,8	0,6
Químicos	6 080	6 586	16,1	16,2	16,4	16,2	9,3	1,5	8,3	1,4
Madeira, cortiça e papel	1 177	1 182	3,2	3,2	3,2	2,9	4,3	0,1	0,4	0,0
Têxteis, Vestuário e seus acessórios	2 126	2 236	5,9	5,8	5,7	5,5	4,7	0,3	5,2	0,3
Calçado, peles e couros	832	815	2,3	2,2	2,2	2,0	-0,8	0,0	-2,0	0,0
Minérios e metais	3 288	3 400	8,2	8,6	8,8	8,4	5,3	0,5	3,4	0,3
Máquinas e aparelhos e suas partes	6 436	7 153	14,8	17,7	17,3	17,6	10,5	1,8	11,1	1,9
Material de transp. terrestre e suas partes	4 874	5 126	8,2	12,3	13,1	12,6	5,2	0,6	5,2	0,7
Aeronaves, embarcações e suas partes	402	1 646	0,7	1,3	1,1	4,0	170,6	1,9	309,2	3,3
Produtos acabados diversos	2 163	2 334	5,2	6,0	5,8	5,7	7,9	0,5	7,9	0,5
Total sem energéticos	32 707	35 960	80,4	88,0	88,0	88,5	8,8	7,7	9,9	8,7
Mercados de origem										
Intra UE	28 270	30 974	72,0	75,7	76,0	76,2	7,7	5,8	9,6	7,3
dos quais:										
UE-15	26 884	29 333	69,4	72,0	72,3	72,2	7,3	5,3	9,1	6,6
Espanha	11 627	12 032	32,3	31,4	31,3	29,6	3,5	1,1	3,5	1,1
Alemanha	5 190	5 582	11,4	13,8	14,0	13,7	7,8	1,1	7,6	1,1
França	2 894	4 159	6,7	7,6	7,8	10,2	28,7	2,2	43,7	3,4
Itália	2 016	2 057	5,1	5,3	5,4	5,1	3,9	0,2	2,1	0,1
Países Baixos	1 941	1 945	5,0	5,2	5,2	4,8	0,3	0,0	0,2	0,0
Bélgica	1 044	1 205	2,5	2,9	2,8	3,0	15,5	0,4	15,4	0,4
Reino Unido	935	1 040	2,9	2,5	2,5	2,6	7,5	0,2	11,2	0,3
Polónia	450	521	0,8	1,2	1,2	1,3	11,9	0,1	15,9	0,2
Suécia	385	356	1,0	0,9	1,0	0,9	-0,1	0,0	-7,4	-0,1
Alargamento	1 386	1 642	2,7	3,7	3,7	4,0	13,8	0,5	18,5	0,7
Extra UE	8 911	9 674	28,0	24,3	24,0	23,8	11,0	2,6	8,6	2,1
dos quais:										
China	1 091	1 429	2,4	3,1	2,9	3,5	24,4	0,7	31,0	0,9
EUA	611	831	1,5	1,8	1,6	2,0	52,6	0,8	36,0	0,6
Rússia	625	728	1,8	1,7	1,7	1,8	-0,7	0,0	16,5	0,3
Brasil	528	456	1,5	1,3	1,4	1,1	-18,0	-0,3	-13,7	-0,2
Angola	430	431	4,6	1,2	1,2	1,1	56,6	0,5	0,4	0,0
Turquia	440	508	0,9	1,2	1,2	1,3	29,6	0,3	15,6	0,2
Cazaquistão	439	211	1,0	1,0	1,2	0,5	-24,6	-0,2	-51,9	-0,6
Azerbaijão	399	423	0,8	1,0	1,1	1,0	-2,1	0,0	5,9	0,1
Arábia Saudita	322	449	1,2	1,0	0,9	1,1	49,2	0,4	39,7	0,3
Índia	347	391	0,7	0,9	0,9	1,0	8,7	0,1	12,7	0,1
Coreia do Sul	230	246	0,4	0,7	0,6	0,6	20,0	0,1	6,9	0,0
Guiné Equatorial	290	176	0,3	0,6	0,8	0,4	-24,0	-0,2	-39,2	-0,3
Argélia	222	357	0,7	0,6	0,6	0,9	32,5	0,2	60,7	0,4
OPEP ^[4]	1 268	1 944	9,0	4,0	3,4	4,8	61,1	1,9	53,3	1,8
EFTA	207	223	0,7	0,6	0,6	0,5	29,4	0,2	7,6	0,0
PALOP	448	453	4,7	1,3	1,2	1,1	51,4	0,5	1,1	0,0

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Importações: somatório das importações de mercadorias provenientes da UE com as importações de Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2018.

[1] Últimos 12 meses a terminar em junho de 2019.

[2] (jul 18-jun 19)/(jul 17-jun 18) x 100 - 100.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das importações - análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

[4] Inclui Angola.

Comércio Internacional de Bens e Serviços

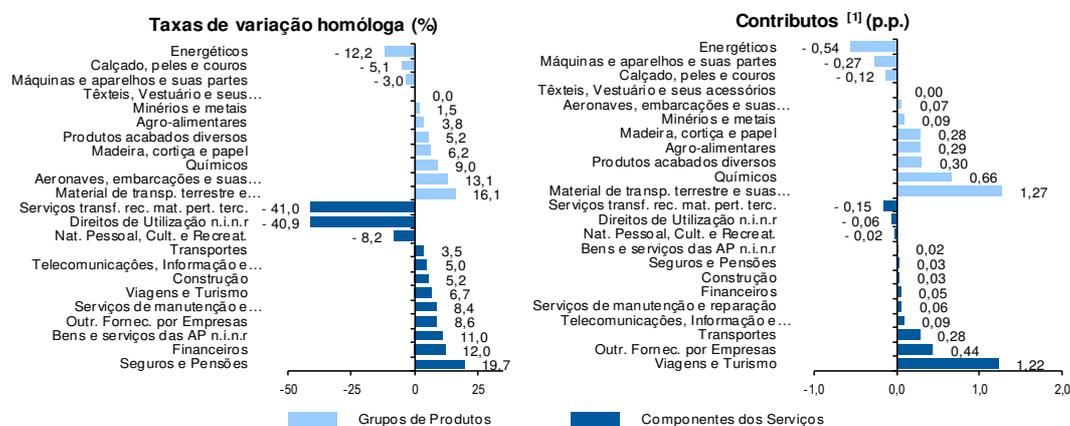
De acordo com os dados divulgados para a Balança de Pagamentos para o mês de junho de 2019, nos primeiros seis meses de 2019, as “Exportações” (crédito) de Bens e Serviços registaram um crescimento homólogo de 3,3%. A componente dos Bens contribuiu positivamente (1,6 p.p.) para o crescimento das “exportações” totais.

Nos primeiros seis meses de 2019, a componente dos Serviços representou 33,5% do total das “Exportações” e contribuiu positivamente (1,7 p.p.) para o seu crescimento. Do lado das “Importações” (débito) o peso desta componente foi de 17,8% no total e o seu comportamento reforçou o crescimento das “Importações” totais (7,3%) em 1,7 p.p., (Quadro 3.7).

No painel esquerdo da Figura 3.4 compara-se o crescimento homólogo das diferentes categorias de Bens e de Serviços no último ano a terminar em junho de 2019, com base em dados do INE para as “Exportações” de Bens (Grupos de Produtos) e do Banco de Portugal para as “Exportações” de Serviços. O painel direito mostra os contributos para a taxa de crescimento das “Exportações” de Bens e Serviços.

No período em análise, destacou-se o contributo positivo dos produtos “Material de transporte terrestre e suas partes” (+1,27 p.p.) e dos “Químicos” (+0,66 p.p.). Na componente dos serviços, continuam a destacar-se os contributos das rubricas de Viagens e Turismo (+1,22 p.p.) e Outros Fornecimentos por Empresas (+0,44 p.p.).

Figura 3.4. Taxas de Crescimento das "Exportações" de Bens e Serviços e Contributos das Componentes Último ano a terminar em junho de 2019



Fonte: Cálculos do GEE com base em dados do Banco de Portugal, para as Exportações de Bens e Serviços, e do INE, para o cálculo da estrutura das exportações de Bens. A distribuição do contributo das Exportações de Bens (dados da Balança de Pagamentos, Banco de Portugal) pelos grupos de produtos segue a estrutura implícita na base de dados do Comércio Internacional de Mercadorias do INE para as Exportações de Bens (so matório das Exportações de mercadorias para a UE com as Exportações para Países Terceiros).

[1] Contributos - análise shift-share: $TVH \times \text{Peso no período homólogo anterior} \div 100$. O so matório corresponde à TVH das Exportações de Bens e Serviços nos últimos 12 meses, de acordo com as estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal (4,0%).

Quadro 3.7. Comércio Internacional de Bens e Serviços (Componentes dos Serviços)

	Valores em milhões de Euros										
	jan-jun		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos				
	2018	2019	2013	2018	2018	2019	média anual 13-18	12 meses [1]		jan-jun	
								VH [2]	contrib. p.p. [3]	VH	contrib. p.p. [3]
CRÉDITO (Exportações)											
Bens e Serviços	43 292	44 722	100,0	100,0	100,0	100,0	5,4	4,0	4,0	3,3	3,3
Bens	29 041	29 731	67,8	63,9	67,1	66,5	4,1	3,1	2,0	2,4	1,6
Serviços	14 251	14 991	32,2	36,1	32,9	33,5	7,8	5,5	2,0	5,2	1,7
Serv. transf. rec. mat. pert. terc.	126	73	0,6	0,3	0,3	0,2	-9,8	-41,0	-0,2	-42,3	-0,1
Serv. de manutenção e reparação	309	318	0,7	0,8	0,7	0,7	6,6	8,4	0,1	3,0	0,0
Transportes	3 357	3 452	8,1	7,7	7,8	7,7	4,4	3,5	0,3	2,8	0,2
Viagens e Turismo	6 902	7 349	13,5	13,6	15,9	15,4	12,4	6,7	1,2	6,5	1,0
Construção	267	293	0,9	0,7	0,6	0,7	-1,9	5,2	0,0	10,0	0,1
Seguros e Pensões	73	89	0,1	0,2	0,2	0,2	8,1	19,7	0,0	22,7	0,0
Financeiros	176	205	0,5	0,4	0,4	0,5	0,5	12,0	0,0	16,4	0,1
Direitos de Utilização n.i.n.r	70	31	0,0	0,1	0,2	0,1	26,4	-40,9	-0,1	-55,3	-0,1
Telecom., Informação e Informática	772	756	1,4	1,8	1,8	1,7	10,6	5,0	0,1	-2,1	0,0
Outr. Fornec. por Empresas	2 027	2 251	5,4	5,2	4,7	5,0	4,3	8,6	0,4	11,1	0,5
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	109	109	0,4	0,3	0,3	0,2	-5,2	-8,2	0,0	-0,1	0,0
Bens e serviços das AP n.i.n.r	64	65	0,3	0,2	0,1	0,1	-10,1	11,0	0,0	1,9	0,0
DÉBITO (Importações Fob)											
Bens e Serviços	43 107	46 264	100,0	100,0	100,0	100,0	5,9	7,5	7,5	7,3	7,3
Bens	35 614	38 031	83,3	82,2	82,6	82,2	5,6	7,3	6,0	6,8	5,6
Serviços	7 493	8 233	16,7	17,8	17,4	17,8	7,3	8,6	1,5	9,9	1,7
Serv. transf. rec. mat. pert. terc.	4	33	0,1	0,0	0,0	0,1	-28,6	307,1	0,0	88,4	0,1
Serv. de manutenção e reparação	194	230	0,4	0,5	0,4	0,5	11,4	10,3	0,0	18,9	0,1
Transportes	1846	1989	4,7	4,5	4,3	4,3	4,8	8,0	0,4	7,7	0,3
Viagens e Turismo	2 265	2 501	4,8	5,4	5,3	5,4	8,6	11,0	0,6	10,4	0,5
Construção	61	66	0,2	0,1	0,1	0,1	-1,1	-0,3	0,0	7,6	0,0
Seguros e Pensões	204	224	0,4	0,5	0,5	0,5	7,2	7,9	0,0	9,7	0,0
Financeiros	246	289	0,8	0,5	0,6	0,6	-0,9	9,3	0,1	17,4	0,1
Direitos de Utilização n.i.n.r	359	355	0,6	0,8	0,8	0,8	12,3	-6,1	-0,1	-10,0	0,0
Telecom., Informação e Informática	481	431	1,2	1,1	1,1	0,9	4,1	2,4	0,0	-10,4	-0,1
Outr. Fornec. por Empresas	1642	1928	2,8	3,9	3,8	4,2	13,1	10,4	0,5	17,4	0,7
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	119	116	0,6	0,3	0,3	0,2	-10,0	-0,3	0,0	-3,3	0,0
Bens e serviços das AP n.i.n.r	72	72	0,1	0,2	0,2	0,2	17,8	-4,9	0,0	0,0	0,0

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal.

Notas:

Valores Fob para a Importação de bens.

[1] 12 meses até junho de 2019.

[2] Contributos para a taxa de crescimento - Análise shift-share : $(TVH) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) \div 100$. Medem a proporção de crescimento das Exportações/Importações atribuível a cada categoria especificada.

Artigos

Em Análise

Effects of National Reform Programme measures on productivity

Ana Filipa Fernandes¹

Introduction

The importance of measure and understand productivity dynamics is on the agenda of both international and national organizations. Following one of the proposals presented in the 5 Presidents' Report, the Council of the European Union issued a Recommendation for the euro area Member States aiming to identify or create national productivity councils to analyse developments and policies on productivity and competitiveness, and to contribute for national promotion of the reforms needed to ensure sustainable economic growth and convergence. In Portugal, the Council for Productivity was established in March 2018, by a joint dispatch from the Minister of Finance and the Minister of Economy, and published its first report a year later, identifying the main determinants of productivity and exploring a broad range of indicators useful to properly analyse productivity developments in the country.

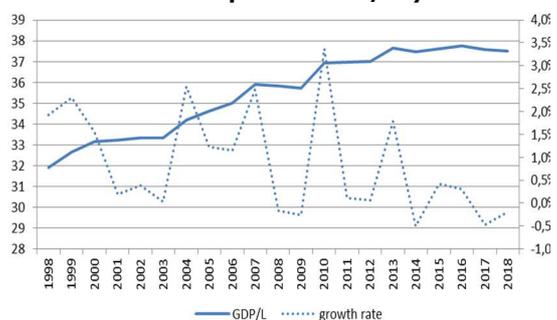
On the same vein, structural reforms and its impact continue to be an important topic for policy makers. Their contribution to the increase of potential output and productivity were studied by various authors (see, for instance, Gouveia and Fernandes, 2017, Gouveia et al., 2017, Monteiro et al., 2017) and a recent survey for Portugal concluded that, in general, there are positive effects resulting from the structural measures implemented in the country (Fernandes et al., 2018).

The National Reform Programme (NRP) presented an exercise where the long-term impacts of selected measures are estimated on macroeconomic variables such as GDP and employment, among others. In order to joint both areas of research, this work uses the calculations made in the scope of the 2019 NRP and analyses the effects of the measures implemented in terms of labour productivity and total factor productivity. It started by explore the latest developments of some productivity measures, then it presents the impacts of NRP's measures on these variables and, finally, it features some conclusions.

Latest developments on productivity dynamics

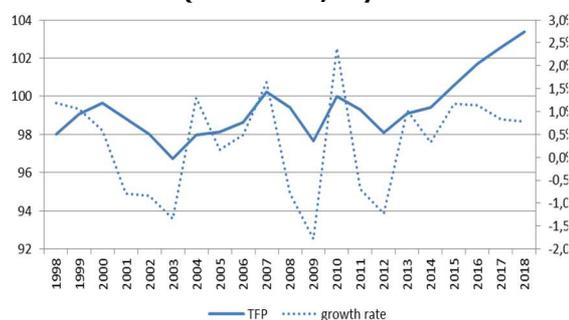
Using AMECO data, this section shed some lights on the latest developments regarding productivity measures.

Figure 1 – GDP per person employed (EUR, constant prices 2010/%)



Source: AMECO and author calculations

Figure 2 – Total Factor Productivity (2010=100/%)



Source: AMECO and author calculations

GDP per person employed has increased over the period analysed with some decreases registered after the financial crisis of 2008 and in 2011-2012, 2014 and 2017. The trend registered after the crisis was smaller than in the period before, reflecting a decline in GDP

¹ GPEARI/Ministry of Finance. The opinions expressed are those of the authors and not necessarily of the institution. Any errors or omissions are the authors' responsibility.

growth bigger than the one registered for employment. In 2013, both variables started to grow, resulting in a small positive trend until 2018.

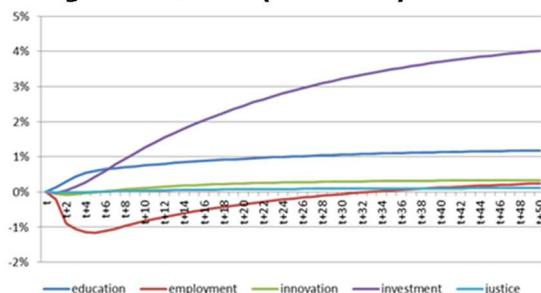
Regarding the total factor productivity, according to Figure 2, there was a stagnation of TFP from 1998 until 2013, with some small deviations, and it began to register a positive trend in 2012, right after the economic crisis. The value registered for 2018 is the highest from the period analysed. This could be a signal that the economy is now globally working in a more efficient way, possibly given the reforms implemented during the Adjustment Programme.

Effects of measures on productivity

The 2019 National Reform Programme presented the structural strategy for Portugal economic and social policy to the period of 2019-2023. Using QUEST III² and from the broad range of measures included in the document, it was possible to estimate the impact of 5 different areas of action: education, judicial system, innovation, investment and employment.

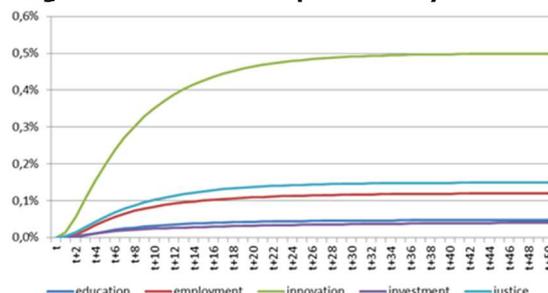
In the area of education, based on the goal to reduce dropouts and failure rates, it was estimated the effect of reaching a ratio of low-skilled of 50% by 2020. On judicial system, it was estimated the impact of the reduction in terms of disposition time. Regarding innovation, it was estimated the impact of the increase in the scientific employment registered until 2019. In what concerns investment, the total availability of funds directed to a large range of programmes was taken into account. Finally, for employment, the impact was estimated taking into account the increase of the employment registered until 2019 resulting from the employment programmes put in place³.

Figure 3 – Labour productivity effects



Source: author calculations based on QUEST III estimations

Figure 4 – Total factor productivity effects



Source: author calculations based on QUEST III estimations

As presented in Figure 3, the majority of the measures are expected to have a positive impact on labour productivity. Given the considerable boost in investment, the measures directed to increase it are the ones with the highest impact. In fact, increasing investment will allow firms to produce more given the same resources in terms of labour, increasing substantially the labour productivity (4% in the long-run). Education also has a considerable effect, around 1% in the long-run, given its effect on the human capital availability. As expected, the increase in employment starts by deteriorating the labour productivity but has a long-term positive effect.

As expected, the measures that affected more the TFP developments are the ones related to innovation. The increase of the R&D employment will bring knowledge increases to firms and the share of the R&D activities in the total economy, bringing technological developments. Justice and employment areas of reform also increase TFP. The reduction of low-skilled workers brings technological increases in the productive process while justice measures improve the business environment, allowing firms to invest more easily, namely in R&D. Despite lower, investment and education reforms also result in gains in terms of TFP. As expected, the effects

² QUEST III is a dynamic stochastic general equilibrium (DSGE) model, with micro-foundations that result from the aggregation of the optimal decisions of a broad set of agents, operating in a context of frictions in the financial, product and labour markets. See Roeger et al., 2008 and Varga et al. 2013.

³ For more details about the rationale behind the estimations and the measures corresponding to each area please see Gouveia and Fernandes (2017) and Programa Nacional de Reformas 2019-2013.

on TFP take some time to show, with the long-terms effects being much higher than the short-term ones.

Conclusions

According to our estimations, the reforms presented in the National Reform Programme will have positive and considerable effects both in terms of labour productivity and total factor productivity. Investment measures strongly impact labour productivity while innovation measures have the most significant effect on TFP.

Bibliography

- Fernandes, A.F., Simões, M., Pereira, J.A. (2018), "Alterações estruturais da economia portuguesa, produto potencial e produtividade", GPEARI article 01/2019.
- Gouveia, A. F. and Fernandes, A. F. (2017), "Structural reforms and long-term growth – a model based analysis", GPEARI article 05/2017.
- Gouveia, A. F., Santos, S. and Gonçalves. I. (2017), "The impact of structural reforms on productivity", OECD Productivity Working Paper No. 08, OECD Publishing, Paris.
- Programa Nacional de Reformas 2019-2023.
- Roeger, W., Varga, J. and in't Veld, J.(2008), "Structural reforms in the EU: a simulation based analysis using the QUEST model with endogenous growth", European Economy Economic Paper 351.
- Varga, J., Roeger, W. and In't Veld, J. (2013), "Growth Effects of Structural Reforms in Southern Europe: The case of Greece, Italy, Spain and Portugal" European Economy Economic Paper no. 511.
- Monteiro, G., Gouveia, A. F., & Santos, S. (2017), "Product markets' deregulation: a more productive, more efficient and more resilient economy?", OECD Productivity Working Papers No. 09, OECD Publishing, Paris.

Annex

Área de reforma	Breve descrição da medida	Técnica de modelização	Principais hipóteses de estimação	Elementos quantitativos			
				Resultados das simulações macroeconómicas (impacto face a um cenário base sem reformas)			
				Variável	t+10 anos	t+20 anos	t+50 anos
Educação	<ul style="list-style-type: none"> - Promoção da generalização do ensino secundário enquanto patamar mínimo de qualificações - Modernização do sistema de ensino - Promoção do sucesso escolar e reforço de apoios a estudantes carenciados 	Modelo Dinâmico Estocástico de Equilíbrio Geral (DSGE) - QUEST III com crescimento endógeno (ver Roeger, Varga e Veld, 2008)	Reforma modelizada através da redução do peso dos trabalhadores com baixas qualificações (e correspondente aumento do peso dos trabalhadores com qualificações médias), de modo a atingir o objetivo estipulado para 2020 quanto ao peso da população com o ensino secundário completo (50%).	PIB	1,71%	1,91%	2,15%
				Consumo privado	1,28%	1,41%	1,56%
				Investimento	1,19%	1,38%	1,62%
				Exportações líquidas (% do PIB)	-0,75%	-0,61%	-0,33%
				Emprego	0,69%	0,70%	0,71%
				PIB	0,05%	0,09%	0,12%
Sistema Judicial	<ul style="list-style-type: none"> - Reforçar a capacidade dos meios de Resolução Alternativa de Litígios - Melhor gestão pelos órgãos de gestão das comarcas e aplicação de soluções diversificadas de acesso ao tribunal - Reforço da capacitação dos Administradores Judiciais e introdução de medidas de promoção da celeridade e resolução processual nos processos de insolvência e reforço das medidas de fiscalização 	Modelo Dinâmico Estocástico de Equilíbrio Geral (DSGE) - QUEST III com crescimento endógeno (ver Roeger, Varga e Veld, 2008)	A redução prevista em termos de <i>disposition time</i> é traduzida numa variação da taxa de entrada de novas empresas, de acordo com a elasticidade estimada em Comissão Europeia (2015). Os custos de entrada do modelo são depois calibrados para essa taxa de entrada.	Consumo privado	0,02%	0,05%	0,07%
				Investimento	0,01%	0,05%	0,09%
				Exportações líquidas (% do PIB)	0,19%	0,01%	-0,03%
				Emprego	0,01%	0,01%	0,01%
				PIB	0,14%	0,26%	0,36%
				Consumo privado	0,10%	0,19%	0,26%
Inovação	<ul style="list-style-type: none"> - Contratação de jovens docentes/Investigadores doutorados pelas instituições de ensino superior - Reforço dos humanos altamente qualificados dos centros tecnológicos ou outros "laboratórios colaborativos", das empresas e dos centros de I&D - Promover o aumento da competitividade pela integração de pessoal qualificado nos centros de interface tecnológico 	Modelo Dinâmico Estocástico de Equilíbrio Geral (DSGE) - QUEST III com crescimento endógeno (ver Roeger, Varga e Veld, 2008)	O modelo é calibrado, através da variável subsídios ao setor de I&D, de modo a ser alcançado o impacto da criação de emprego científico registada até 2019 (€101).	Consumo privado	0,10%	0,19%	0,26%
				Investimento	0,01%	0,16%	0,26%
				Exportações líquidas (% do PIB)	0,56%	0,04%	-0,07%
				Emprego	0,01%	0,01%	0,01%
				PIB	0,14%	0,26%	0,36%
				Consumo privado	0,10%	0,19%	0,26%
Investimento	<ul style="list-style-type: none"> - Programa Indústria 4.0 - Reforçar o acesso a redes de banda larga - Programa orientado de atração de projetos-âncora para as atividades de inovação - Programa Interface - Alargar a base exportadora do país - IFRRU 2020 - Reabilitar para arrendar - Casa Eficiente - Tratamento mecânico e biológico de resíduos urbanos - SIGRE - Valorizar o potencial económico do interior - Apostar na Aquicultura - Apoiar os custos de arborização e prevenção e reparação das florestas - Apoiar investimentos no aumento da resiliência e do valor ambiental dos ecossistemas florestais e melhoria do valor económico das florestas - Apoiar os investimentos em tecnologias florestais e na transformação, mobilização e comercialização de produtos florestais - Programa Capitalizar 	Modelo Dinâmico Estocástico de Equilíbrio Geral (DSGE) - QUEST III com crescimento endógeno (ver Roeger, Varga e Veld, 2008)	A estimativa apresentada baseia-se num cenário em que 50% dos montantes disponíveis nas linhas de financiamento são traduzidos em investimento produtivo. O prémio de risco do modelo é reduzido de forma a ser atingido esse montante de investimento.	PIB	1,93%	3,15%	4,77%
				Consumo privado	-1,79%	-0,96%	0,02%
				Investimento	11,38%	12,87%	14,75%
				Exportações líquidas (% do PIB)	5,84%	0,59%	-1,95%
				Emprego	0,48%	0,50%	0,53%
				PIB	4,50%	5,00%	5,65%
Emprego	<ul style="list-style-type: none"> - Contrato-Emprego - Estágios Profissionais 	Modelo Dinâmico Estocástico de Equilíbrio Geral (DSGE) - QUEST III com crescimento endógeno (ver Roeger, Varga e Veld, 2008)	A simulação destas medidas foi feita através da redução do imposto sobre o rendimento do trabalho, de forma a alcançar-se o impacto registado no emprego até 2019 (€1913).	Consumo privado	3,28%	3,63%	3,99%
				Investimento	3,13%	3,54%	4,15%
				Exportações líquidas (% do PIB)	-1,97%	-2,35%	-0,97%
				Emprego	3,94%	3,94%	3,96%
				PIB	4,50%	5,00%	5,65%
				Consumo privado	3,28%	3,63%	3,99%

Source: Programa Nacional de Reformas 2019-2023, pp.153

Comércio internacional português no sector "Agroalimentar" (2017-2018)

Walter Anatole Marques¹

1 – Nota introdutória

Os produtos do sector "Agroalimentar" encontram-se repartidos por um elevado número de tipos de produtos no contexto da agricultura e outros produtos alimentares e das indústrias alimentares.

Neste trabalho vamos analisar a evolução das importações e das exportações dos produtos que integram os Capítulos 01 a 24 da "Nomenclatura Combinada" de mercadorias da União Europeia, que designamos por grupo de produtos "Agroalimentares", por sua vez desagregados em sete subgrupos (ver conteúdo em Anexo), para o período de 2017 a 2018.

São aqui utilizados dados estatísticos do "Instituto Nacional de Estatística de Portugal" (INE), em versão definitiva para 2017 e preliminar para 2018.

De sublinhar que na última década o ritmo de 'crescimento' das exportações de produtos "Agroalimentares" foi superior ao das importações.

**Ritmo de 'crescimento' das Importações e das Exportações
portuguesas de produtos "Agro-alimentares"
- 2008 a 2018 -
(2008=100)**



Fonte: A partir de dados de base do INE definitivos de 2008 a 2017 e preliminares para 2018, com última actualização em 10-05-2019 (<http://www.ine.pt>).

2 – Balança Comercial

A Balança Comercial dos produtos "Agroalimentares" é deficitária, com saldos da mesma ordem de grandeza em 2017 e 2018 (-3,8 milhões de euros).

Em 2018, face ao ano anterior, as exportações cresceram em valor +3,7%, contra +3,1% nas Importações.

Em volume, a taxa de variação anual homóloga das exportações foi de +5,1% (+2,8% nas importações), com o preço das exportações a descer -1,3% e o das importações a crescer +0,3%.

¹ Assessor Principal da Função Pública (AP). As opiniões aqui expressas não coincidem necessariamente com a posição do Ministério da Economia.

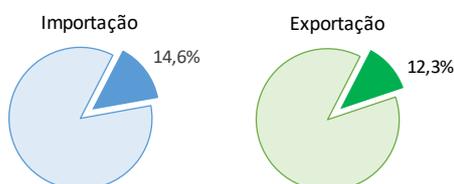
Balança comercial dos produtos "Agro-alimentares"
- Taxas de variação anual homóloga em valor, volume e preço -
(2018/2017)

	milhões de Euros		Taxas de Variação		
	2017	2018	Valor	Volume	Preço
Importação (cif)	10 658	10 986	3,1	2,8	0,3
Peso no Total [%]	15,3	14,6	-	-	-
Exportação (fob)	6 885	7 138	3,7	5,1	-1,3
Peso no Total [%]	12,5	12,3	-	-	-
Saldo (fob-cif)	-3 774	-3 848	2,7	-	-
Cobertura (fob/cif) [%]	64,8	65,0	-	-	-

Fonte: A partir de dados de base do INE definitivos para 2017 e preliminares para 2018, com última actualização em 10-05-2019 (<http://www.ine.pt>).

Em 2018, o grupo de produtos "Agroalimentares" ocupou a 3.ª posição no "ranking" dos onze grupos habitualmente considerados em ambas as vertentes comerciais, com um peso de 14,6% do Total nas importações e de 12,3% nas exportações.

Peso dos produtos "Agro-alimentares"
no comércio internacional português
- 2018 -



Fonte: A partir de dados de base preliminares do INE. (<http://www.ine.pt>)

3 – Importações por Subgrupos de produtos

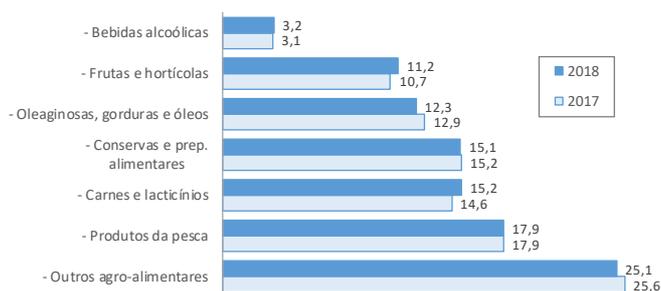
Entre os sete subgrupos destacaram-se, em 2018, pelo seu peso, as importações de "Outros Agroalimentares" (25,1% do Total), seguidos dos "Produtos da pesca" (17,9%), das "Carnes e lacticínios" (15,2%), das "Conservas e preparações alimentares" (15,1%), das "Oleaginosas, gorduras e óleos" (12,3%), das "Frutas e hortícolas" (11,2%) e das "Bebidas alcoólicas" (3,2%).

Os maiores acréscimos em euros verificaram-se nas importações de "Carne e lacticínios" (+117 milhões), de "Frutas e hortícolas" (+87 milhões), de "Produtos da pesca" (+58 milhões) e de "Conservas e preparações alimentares" (+42 milhões de euros). A única quebra ocorreu no subgrupo "Oleaginosas, gorduras e óleos" (-19 milhões de euros).

Importação de "Agro-alimentares" por subgrupos de produtos
- Taxas de variação anual homóloga em valor, volume e preço -
(2018/2017)

Subgrupos de Produtos	milhões de Euros			Taxas de Variação			Estrutura (%)	
	2017	2018	Δ	Valor	Volume	Preço	2017	2018
A Agro-alimentares	10 658	10 986	328	3,1	2,8	0,3	100,0	100,0
A1 Bebidas alcoólicas	336	355	20	5,9	-3,6	9,8	3,1	3,2
A2 Conservas e prep. alimentares	1 622	1 664	42	2,6	2,5	0,1	15,2	15,1
A3 Produtos da pesca	1 905	1 963	58	3,1	-0,2	3,3	17,9	17,9
A4 Carnes e lacticínios	1 553	1 670	117	7,5	7,1	0,4	14,6	15,2
A5 Frutas e hortícolas	1 140	1 228	87	7,7	10,9	-2,9	10,7	11,2
A6 Oleaginosas, gorduras e óleos	1 371	1 352	-19	-1,4	6,7	-7,6	12,9	12,3
A7 Outros agro-alimentares	2 732	2 754	22	0,8	-2,1	2,9	25,6	25,1

Peso relativo dos Subgrupos de Produtos (%)



Fonte: A partir de dados de base do INE definitivos para 2017 e preliminares para 2018, com última actualização em 10-05-2019 (<http://www.ine.pt>).

3.1 – Principais produtos importados

Principais produtos "Agro-alimentares" importados por subgrupos desagregados a 4 dígitos da Nomenclatura Combinada

milhares de Euros

NC-4	Descritivo	2 017	2 018
A1 - Bebidas alcoólicas		335 700	355 461
2204	Vinhos de uvas frescas, mesmo enriquecidos com álcool	137 206	156 719
2208	Álcool etílico <80%; aguardentes, licores, outras bebidas	112 877	116 529
2203	Cerveja de malte	44 965	45 030
<i>Peso no subgrupo (%):</i>		<i>87,9</i>	<i>89,5</i>

.../

milhares de Euros

NC-4	Descritivo	2 017	2 018
A2 - Conservas e preparações alimentares		1 621 707	1 663 927
1905	Prod padaria/pastelaria//cápsulas medicamentos/etc	331 786	352 096
2106	Preparações alimentícias n.e. nem incluídas noutras p.p.	213 223	218 823
1604	Conservas de peixe; caviar e sucedâneos a partir de ovas	161 559	159 437
2009	Sumos frutas/hortícolas, não fermentados ou adic álcool	91 065	99 142
1602	Preparações de carne (não enchidos)/miudezas/sangue	99 411	96 477
2004	Prod hortíc prep/conserv excepto em vinagre, congelados	79 770	84 296
2105	Sorvetes, mesmo contendo cacau	81 704	82 205
1902	Massas aliment (espaguete/macarrão/etc)	64 759	74 781
1904	Prod base cereais (flakes); grãos cereais excepto milho	61 952	65 920
1901	Extratos malte; prep de farinhas/amidos/féculas/outros	65 124	64 603
2005	Prod hortíc prep/conserv except vinagre, não congelados	54 599	55 371
2103	Preparações p/molhos e molhos; temperos; mostarda	49 143	51 918
2008	Frutas/plantas preparadas/conservadas, n.e.	50 325	46 849
1605	Conservas de crustáceos/moluscos/outros ivertebrados	45 442	40 442
<i>Peso no subgrupo (%):</i>		<i>89,4</i>	<i>89,7</i>

A3 - Produtos da pesca

A3 - Produtos da pesca		1 904 645	1 962 787
0303	Peixe congelado, excepto filetes	481 273	472 326
0305	Peixe seco/salg/salmoura/fumad/farinh/p/alim humana	349 676	376 097
0307	Moluscos e semelhantes vivos/fresc/refrig/cong/secos	338 477	356 159
0302	Peixe fresco/refrigerado, excepto filetes	335 653	341 670
0306	Crustáceos vivos/fresc/refrig/cong/sec/p/alim humana	264 555	268 974
0304	Filetes e outra carne peixe, fresc/refrig/congelada	124 811	136 428
<i>Peso no subgrupo (%):</i>		<i>99,5</i>	<i>99,4</i>

A4 - Carnes e lacticínios

A4 - Carnes e lacticínios		1 553 180	1 670 241
0201	Carne de bovino, fresca/refrigerada	419 762	469 935
0203	Carne de suíno, fresca/refrigerada/congelada	284 481	274 268
0406	Queijo e requeijão	186 785	204 857
0207	Miudezas galinhas/patos/perús/gansos/fresc/refrig/cong	144 327	163 550
0403	Leitelho/leite/nata coalh, iogurtes e outros	154 836	160 713
0202	Carne de bovino, congelada	63 754	79 587
0204	Carne de ovino e caprino, fresca/refrigerada/congelada	43 480	51 723
0210	Carnes/miudezas salg/secas/fumad/farinhas, comestíveis	42 355	47 593
0401	Leite/nata não concentrados ou com açúcar/edulcorantes	43 952	45 219
<i>Peso no subgrupo (%):</i>		<i>89,1</i>	<i>89,7</i>

A5 - Frutas e hortícolas

A5 - Frutas e hortícolas		1 140 383	1 227 876
0805	Citrios, fescos/secos	142 035	152 774
0803	Bananas, incluindo os plátanos, frescas/secas	109 131	111 738
0804	Tâmaras/figos/ananases/abacates/goiabas/mangas	107 968	110 928
0701	Batatas frescas/refrigeradas	85 980	100 124
0810	Outra fruta fresc (morangos/mirtilos/kiwis/etc)	66 711	77 742
0807	Melões, melancias e papaías, frescos	63 636	67 633
0709	Outros produtos hortícolas, frescos/refrigerados	56 336	64 198
0802	Frutas casca rija, excepto coco/castanha Brasil/cajú	54 414	63 018
0809	Damascos, cerejas, pêssegos, ameixas e abrunhos, frescos	51 436	61 701
0808	Maçãs, peras e marmelos, frescos	63 008	58 258
0713	Legumes de vagem, secos, em grão	59 790	57 446
0806	Uvas frescas ou secas	50 841	50 501

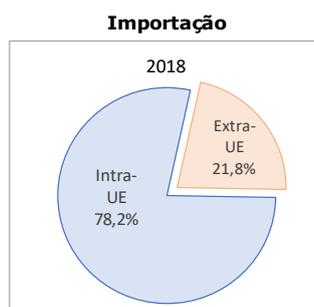
.../

<i>milhares de Euros</i>			
NC-4	Descritivo	2 017	2 018
0709	Outros produtos hortícolas, frescos/refrigerados	42 261	48 749
0703	Cebolas, alhos e outros produtos hortícolas aliáceos	35 436	37 961
0702	Tomates frescos/refrigerados	36 646	36 834
	<i>Peso no subgrupo (%):</i>	<i>89,9</i>	<i>89,6</i>
A6 - Oleaginosas, gorduras e óleos		1 370 852	1 351 862
1201	Soja, mesmo triturada	306 702	392 032
1509	Azeite de oliveira, mesmo refinado	353 223	329 908
1518	Gorduras e óleos vegetais/animais, modificados	147 211	107 474
1206	Sementes de girassol, mesmo trituradas	87 263	88 296
1205	Sementes de nabo silvestre ou de colza, mesmo trituradas	104 588	60 211
1208	Farinhas de oleaginosas, excepto de mostarda	22 751	56 659
1512	Óleo de girassol, cártamo ou algodão, mesmo refinado	66 838	53 356
1209	Sementes, frutos e esporos, para sementeira	40 920	40 695
1517	Margarina; preparações alimentícias de gordura ou óleos	38 435	38 349
1515	Outras gorduras e óleos vegetais, fixos, mesmo refinados	23 733	23 452
1514	Óleo de nabo silvestre/colza /mostarda, mesmo refinado	16 349	21 705
1511	Óleo de palma, mesmo refinado	35 130	20 151
1213	Palhas e cascas de cereais em bruto	15 457	19 598
2008	Frutas/plantas preparadas/conservadas, n.e.	13 324	13 192
1516	Gorduras e óleos animais/vegetais hidrogenados	8 767	12 115
	<i>Peso no subgrupo (%):</i>	<i>93,4</i>	<i>94,5</i>
A7 - Outros agro-alimentares		2 732 009	2 754 024
1005	Milho	364 891	450 008
2309	Prep p/alimentação animal (cães, gatos, peixes, aves, etc)	266 366	276 820
1001	Trigo e mistura de trigo com centeio	274 389	258 659
901	Café mesmo torrado/descafeinado, e sucedâneos	228 958	226 337
1806	Chocolate e outras preparações contendo cacau	190 078	195 051
1701	Açúcar cana/beterraba/sacarose pura, estado sólido	187 604	132 404
103	Animais vivos da espécie suína	141 905	128 443
2202	Águas minerais/gaseific c/açúcar/edulcor; outr bebidas não alcoólic	125 120	119 879
2402	Charutos, cigarrilhas e cigarros, de tabaco e sucedâneos	115 947	118 393
602	Plantas/raízes vivas/estacas/enxertos/micélios	83 587	81 503
504	Tripas, bexigas e buchos, excepto de peixes	63 901	75 584
1006	Arroz	54 191	69 142
1003	Cevada	62 665	61 605
2403	Outros prod tabaco manufacturad; tabaco reconst/extratos	40 265	46 135
1704	Produtos de confeitaria sem cacau (incl. chocolate branco)	44 618	46 062
2306	Bagaço de outr resíduos de extracção de óleos vegetais	27 049	42 396
2401	Tabaco não manufatcrurado; desperdícios de tabaco	57 160	40 794
1301	Goma-laca; gomas, resinas e bálsamos, naturais	26 166	28 187
1101	Farinhas de trigo ou de mistura de trigo com centeio	25 397	26 170
105	Galos, galinhas, patos, gansos, perús, domésticos, vivos	25 436	25 270
603	Flores e botões, frescos/secos/tingidos ou preparados	22 760	23 050
1108	Amidos e féculas, inulina	22 517	22 965
2302	Sêmeas, farelos e outros resíduos de moagem	14 235	20 657
	<i>Peso no subgrupo (%):</i>	<i>90,2</i>	<i>91,3</i>

Fonte: A partir de dados de base do INE definitivos para 2017 e preliminares para 2018, com última actualização em 10-05-2019 (<http://www.ine.pt>).

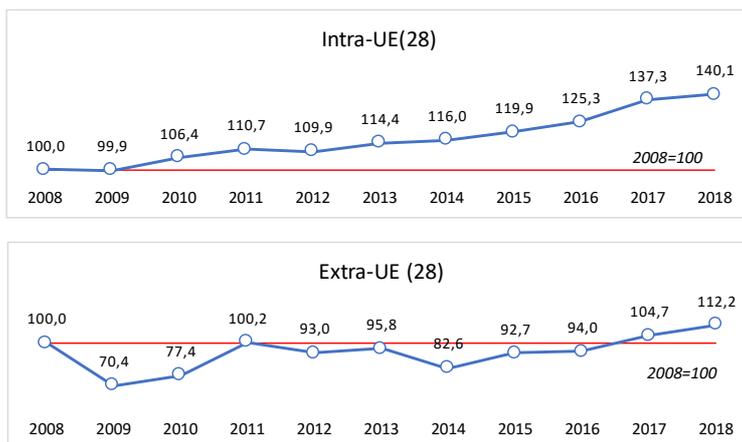
3.2 – Mercados de origem das importações

Em 2018 o espaço intracomunitário foi a origem de 78,2% das importações portuguesas de "Agroalimentares".



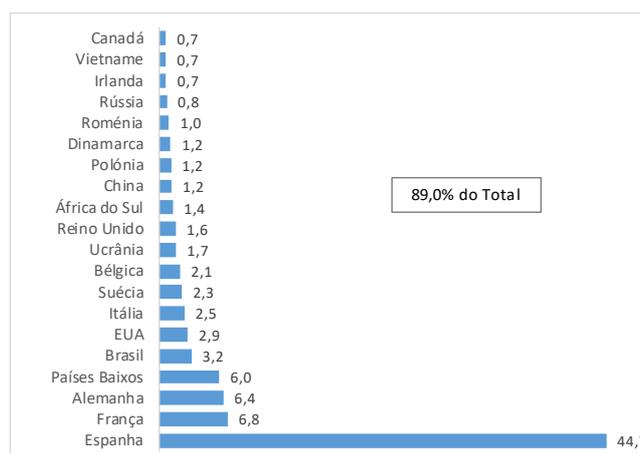
Ao longo da última década o ritmo de 'crescimento' das importações provenientes dos parceiros comunitários foi tendencialmente crescente, sendo irregular o das originárias dos países terceiros.

**Ritmo de 'crescimento' das Importações de produtos Agro-alimentares
(2008 a 2018 - 2008=100)**



Em 2018 os principais mercados de origem das importações do conjunto dos produtos "Agro-alimentares" foram a Espanha (44,7% do Total), a França (6,8%), a Alemanha (6,4%) e os Países Baixos (6%). Seguiram-se os dois países terceiros com maior peso, o Brasil (6,2%) e os EUA (2,9%).

**Os 20 principais mercados de origem das importações
de produtos Agro-alimentares (%)
- 2018 -**



Fonte: A partir de dados de base preliminares do INE, com última actualização em 10-05-2019. (<http://www.ine.pt>)

**Os 20 principais mercados de origem das importações
de produtos Agro-alimentares por Subgrupos (%)
- 2018 -**

	TOTAL		A1 Bebidas alcoólicas		A2 Conserv. e prep. aliment.		A3 Produtos da pesca	
	Mundo	100,0	Mundo	100,0	Mundo	100,0	Mundo	100,0
	Intra_UE28	78,2	Intra_UE28	95,0	Intra_UE28	92,9	Intra_UE28	68,3
	Extra_UE28	21,8	Extra_UE28	5,0	Extra_UE28	7,1	Extra_UE28	31,7
1	Espanha	44,7	Espanha	52,0	Espanha	50,1	Espanha	36,2
2	França	6,8	P.Baixos	9,5	França	9,8	Suécia	11,9
3	Alemanha	6,4	França	9,1	Alemanha	9,2	P.Baixos	8,2
4	P.Baixos	6,0	R.Unido	8,2	Bélgica	4,8	China	4,3
5	Brasil	3,2	Itália	7,0	Itália	4,7	Rússia	3,9
6	EUA	2,9	Alemanha	2,9	P.Baixos	4,2	Dinamarca	3,7
7	Itália	2,5	Chipre	1,9	Irlanda	2,8	Índia	2,6
8	Suécia	2,3	Turquia	1,8	R.Unido	2,8	Grécia	2,5
9	Bélgica	2,1	Bélgica	1,4	Polónia	1,6	África do Sul	1,8
10	Ucrânia	1,7	Irlanda	1,4	Vietname	1,1	Alemanha	1,6
11	R.Unido	1,6	EUA	1,2	Dinamarca	0,8	França	1,5
12	África do Sul	1,4	Malásia	0,6	China	0,8	Moçambique	1,5
13	China	1,2	Suécia	0,5	Maurícias	0,7	Vietname	1,4
14	Polónia	1,2	México	0,4	Equador	0,6	R.Unido	1,3
15	Dinamarca	1,2	Brasil	0,4	Rep.Checa	0,6	Namíbia	1,2
16	Roménia	1,0	Eslovénia	0,4	Brasil	0,4	Marrocos	1,2
17	Rússia	0,8	Áustria	0,2	Hungria	0,4	EUA	1,2
18	Irlanda	0,7	Malta	0,2	Tailândia	0,4	Mauritânia	1,0
19	Vietname	0,7	China	0,1	Filipinas	0,3	Senegal	1,0
20	Canadá	0,7	Dinamarca	0,1	Coreia SL	0,3	Chile	0,9
		89,0		99,2		96,6		88,8

.../

A4		A5		A6		A7		
Carnes e lacticínios		Frutas e hortícolas		Oleag., gorduras e óleos		Ouros agro- alimentares		
Mundo	100,0	Mundo	100,0	Mundo	100,0	Mundo	100,0	
Intra_UE28	97,8	Intra_UE28	72,3	Intra_UE28	63,1	Intra_UE28	72,4	
Extra_UE28	2,2	Extra_UE28	27,7	Extra_UE28	36,9	Extra_UE28	27,6	
1	Espanha	62,9	Espanha	54,2	Espanha	43,4	Espanha	31,9
2	P.Baixos	8,7	África do Sul	7,7	EUA	14,9	França	12,2
3	Alemanha	7,2	França	5,8	Brasil	7,8	Alemanha	8,7
4	França	6,2	Costa Rica	4,7	Alemanha	7,6	Brasil	6,5
5	Polónia	2,5	Brasil	4,5	Roménia	6,3	P.Baixos	5,7
6	R.Unido	2,3	P.Baixos	4,2	Paraguai	3,2	Ucrânia	5,4
7	Itália	2,3	Alemanha	3,9	P.Baixos	2,9	Itália	3,7
8	Bélgica	2,2	Argentina	2,0	Ucrânia	2,6	Bélgica	2,6
9	Irlanda	1,3	Chile	1,7	Canadá	1,3	EUA	2,5
10	Dinamarca	1,0	Bélgica	1,6	França	1,0	Polónia	1,9
11	Uruguai	0,6	Itália	1,1	Uruguai	1,0	Canadá	1,7
12	N.Zelând.	0,5	Colômbia	1,0	China	1,0	Cuba	1,4
13	Brasil	0,4	EUA	1,0	Austrália	0,9	R.Unido	1,2
14	Grécia	0,3	Canadá	0,6	Japão	0,8	Bulgária	1,1
15	Hungria	0,2	México	0,5	Bélgica	0,7	Vietname	1,1
16	Argentina	0,2	R.Unido	0,5	Tunísia	0,6	Roménia	0,8
17	China	0,2	Polónia	0,5	Moldavia	0,6	Guiana	0,7
18	Paraguai	0,1	Peru	0,4	Filipinas	0,4	Dinamarca	0,7
19	Austria	0,1	Equador	0,4	Itália	0,4	África do Sul	0,7
20	Lituânia	0,1	Etiópia	0,4	Síria	0,4	China	0,7
		99,5		96,5		97,8		91,1

Fonte: A partir de dados de base preliminares do INE, com última actualização em 10-05-2019.
(<http://www.ine.pt>)

4 – Exportações por Subgrupos de produtos

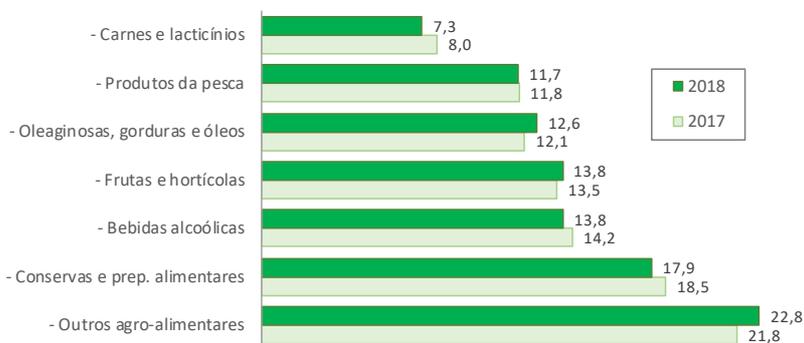
Entre os sete subgrupos destacaram-se, em 2018, pelo seu peso, as exportações de "Outros Agroalimentares" (22,8% do Total), seguidos das "Conservas e preparações alimentares" (17,9%), das "Bebidas alcoólicas" (13,8%), das "Frutas e hortícolas" (13,8%), das "Oleaginosas, gorduras e óleos" (12,6%), dos "Produtos da pesca" (11,7%) e das "Carnes e lacticínios" (7,3%).

Exportação de "Agro-alimentares" por subgrupos de produtos - Taxas de variação anual homóloga em valor, volume e preço - (2018/2017)

Subgrupos de Produtos	milhões de Euros			Taxas de Variação			Estrutura (%)	
	2017	2018	Δ	Valor	Volume	Preço	2016	2017
A Agro-alimentares	6 889	7 149	259	3,8	5,2	-1,3	100,0	100,0
A1 Bebidas alcoólicas	981	988	6	0,6	-2,2	2,9	14,2	13,8
A2 Conservas e prep. alimentares	1 276	1 278	1	0,1	0,3	-0,2	18,5	17,9
A3 Produtos da pesca	813	840	27	3,3	-0,8	4,2	11,8	11,7
A4 Carnes e lacticínios	553	524	-29	-5,2	-2,5	-2,8	8,0	7,3
A5 Frutas e hortícolas	933	986	53	5,7	6,4	-0,7	13,5	13,8
A6 Oleaginosas, gorduras e óleos	831	902	71	8,5	21,8	-10,9	12,1	12,6
A7 Outros agro-alimentares	1 501	1 632	130	8,7	10,1	-1,3	21,8	22,8

.../

Peso relativo dos Subgrupos de Produtos (%)



Fonte: A partir de dados de base do INE definitivos para 2017 e preliminares para 2018, com última actualização em 10-05-2019 (<http://www.ine.pt>).

O maior acréscimo em euros verificou-se nas exportações de "Outros Agroalimentares" (+130 milhões, cabendo +35 milhões aos cereais). Aumentaram também, em termos homólogos, as de "Oleaginosas, gorduras e óleos" (+71 milhões de euros), de "Frutas e hortícolas" (+53 milhões) e de "Produtos da pesca" (+27 milhões de euros).

O único decréscimo ocorreu no subgrupo "Carnes e lacticínios" (-29 milhões de euros).

4.1 – Principais produtos exportados

Principais produtos "Agro-alimentares" exportados por subgrupos desagregados a 4 dígitos da Nomenclatura Combinada

<i>milhares de Euros</i>			
NC-4	Descritivo	2 017	2 018
A1 - Bebidas alcoólicas		981 391	987 766
2204	Vinhos de uvas frescas, mesmo enriquecidos com álcool	778 041	804 148
2203	Cerveja de malte	157 187	129 669
2208	Álcool etílico <80%; aguardentes, licores, outras bebidas	42 665	48 722
	<i>Peso no subgrupo (%):</i>	99,6	99,5
A2 - Conservas e preparações alimentares		1 276 400	1 277 510
1905	Prod padaria/pastelaria//cápsulas medicamentos/etc	216 791	239 891
1604	Conservas de peixe; caviar e sucedâneos a partir de ovas	219 095	227 457
2002	Tomates preparados/conservados excepto em vinagre	211 830	207 448
2005	Prod hortíc prep/conserv except vinagre, não congelados	92 587	94 324
1901	Extratos malte; prep de farinhas/amidos/féculas/outros	67 696	69 905
2106	Preparações alimentícias n.e. nem incluídas noutras p.p.	51 986	55 938
2008	Frutas/plantas preparadas/conservadas, n.e.	52 512	48 719
<i>.../</i>			
NC-4	Descritivo	2 017	2 018
1601	Enchidos de carne/miudezas/sangue; suas preparações	53 686	41 675
2105	Sorvetes, mesmo contendo cacau	35 706	40 707
2103	Preparações p/molhos e molhos; temperos; mostarda	43 832	38 879
2004	Prod hortíc prep/conserv excepto em vinagre, congelados	40 443	36 217
2009	Sumos frutas/hortícolas, não fermentados ou adic álcool	40 674	35 033
2104	Caldos, sopas e suas preparações	28 688	32 707
	<i>Peso no subgrupo (%):</i>	90,5	91,5
A3 - Produtos da pesca		812 700	839 836
0307	Moluscos e semelhantes vivos/fresc/refrig/cong/secos	210 785	233 262
0303	Peixe congelado, excepto filetes	207 460	231 055
0302	Peixe fresco/refrigerado, excepto filetes	145 791	129 668
0306	Crustáceos vivos/fresc/refrig/cong/sec/p/alim humana	90 644	99 560
0304	Filetes e outra carne peixe, fresc/refrig/congelada	91 387	76 262
0305	Peixe seco/salg/salmoura/fumad/farinh/p/alim humana	58 980	59 809
	<i>Peso no subgrupo (%):</i>	99,1	98,8
A4 - Carnes e lacticínios		553 244	524 237
0203	Carne de suíno, fresca/refrigerada/congelada	81 777	69 644
0405	Manteiga e outras matérias gordas do leite	73 034	68 094
0401	Leite/nata não concentrados ou com açúcar/edulcorantes	64 213	58 392
0207	Miudezas galinhas/patos/perús/gansos/fresc/refrig/cong	57 941	47 765
0402	Leite/nata concentrados ou com açúcar/edulcorantes	54 162	43 810
0403	Leitelho/leite/nata coalh, iogurtes e outros	30 726	42 200
0201	Carne de bovino, fresca/refrigerada	26 135	38 941
0406	Queijo e requeijão	40 021	37 695
0407	Ovos de aves c/casca, frescos, conservados ou cozidos	41 983	35 617
0404	Soro de leite mesmo cencentrado ou adoçado	15 553	17 206
0408	Ovos de aves s/casca e gema de ovos	14 302	15 162
0210	Carnes/miudezas salg/secas/fumad/farinhas, comestíveis	15 339	15 051
	<i>Peso no subgrupo (%):</i>	93,1	93,4
A5 - Frutas e hortícolas		932 919	985 684
0810	Outra fruta fresc (morangos/mirtilos/kiwis/etc)	185 652	231 854
0805	Citrinos, fescos/secos	123 588	149 126
0808	Maçãs, peras e marmelos, frescos	123 694	110 747
0709	Outros produtos hortícolas, frescos/refrigerados	59 710	66 255
0802	Frutas casca rija, excepto coco/castanha Brasil/cajú	66 829	64 615
0710	Produtos hortícolas cozidos ou não, congelados	55 284	59 731
0702	Tomates frescos/refrigerados	54 632	53 859
0804	Tâmaras/figos/ananas/abacates/goiabas/mangas	55 536	51 420
0704	Couves/couve-flor/repolho/semelhantes	29 371	28 912
0811	Frutas congeladas, mesmo com de açúcar/edulcorantes	27 387	26 467
0713	Legumes de vagem, secos, em grão	28 224	21 058
0807	Melões, melancias e papaias, frescos	12 391	19 069
0809	Damascos, cerejas, pêssegos, ameixas e abrunhos, frescos	18 756	18 541
0706	Cenoura/nabo/beterraba/aipo/rabanetes/semelhantes	7 883	13 767
0701	Batatas frescas/refrigeradas	19 478	13 722
0712	Prod hortícolas secos (mesmo em pedaços ou triturados)	11 024	10 063
	<i>Peso no subgrupo (%):</i>	94,3	95,3
<i>.../</i>			

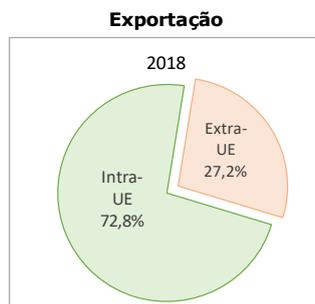
NC-4	Descritivo	2 017	2 018
A6 - Oleaginosas, gorduras e óleos		831 279	902 159
1509	Azeite de oliveira, mesmo refinado	502 760	578 986
1507	Óleo de soja mesmo refinado	100 885	76 767
1517	Margarina; preparações alimentícias de gordura ou óleos	36 981	47 548
1212	Alfarroba/algas/beterraba/cana/outras, fresc/sec/pó	21 357	33 345
1512	Óleo de girassol, cártamo ou algodão, mesmo refinado	36 073	31 168
1510	Outros óleos de azeitonas	17 376	23 136
1208	Farinhas de oleaginosas, excepto de mostarda	13 491	22 706
1515	Outras gorduras e óleos vegetais, fixos, mesmo refinados	16 401	19 451
1209	Sementes, frutos e esporos, para sementeira	14 849	13 722
<i>Peso no subgrupo (%):</i>		<i>91,4</i>	<i>93,9</i>
A7 - Outros agro-alimentares		1 501 346	1 631 531
2402	Charutos, cigarrilhas e cigarros, de tabaco e sucedâneos	497 484	551 659
1701	Açúcar cana/beterraba/sacarose pura, estado sólido	104 758	108 771
102	Animais vivos da espécie bovina	87 766	92 733
2202	Águas minerais/gaseific/açúcar/edulcor; outr bebidas não alcoólic	79 310	88 235
504	Tripas, bexigas e buchos, excepto de peixes	73 975	82 000
2309	Prep p/alimentação animal (cães, gatos, peixes, aves, etc)	62 489	75 197
901	Café mesmo torrado/descafeinado, e sucedâneos	77 612	73 410
302	Peixe fresco/refrigerado, excepto filetes	53 241	59 716
1005	Milho	16 530	47 424
1006	Arroz	39 556	47 297
104	Animais vivos da espécie ovina e caprina	27 719	45 977
2304	Bagaço soja/outr resid extração óleo, mesmo triturados	11 889	31 157
2403	Outros prod tabaco manufacturad; tabaco reconst/extratos	33 994	29 584
1101	Farinhas de trigo ou de mistura de trigo com centeio	32 484	29 453
103	Animais vivos da espécie suína	31 570	28 615
1806	Chocolate e outras preparações contendo cacau	26 123	23 305
2301	Farinhas carne/peixe/crustác/molusc, ñ p/alim humana	14 291	19 362
105	Galos, galinhas, patos, gansos, perús, domésticos, vivos	18 244	18 919
511	Prod animais n.e./animais mortos não p/alim humana	14 594	15 561
2306	Bagaço de outr resíduos de extração de óleos vegetais	13 839	14 106
2201	Águas naturais/minerais/artif/gaseific s/açúcar; gelo	13 420	13 180
1107	Malte, mesmo torrado	10 564	11 109
2302	Sêmeas, farelos e outros resíduos de moagem	9 967	10 779
604	Folhas/ramos s/ flores/botões, ervas, musgo, preparados	17 359	10 706
1704	Produtos de confeitaria sem cacau (incl. chocolate branco)	11 281	10 303
<i>Peso no subgrupo (%):</i>		<i>91,9</i>	<i>94,3</i>

Fonte: A partir de dados de base do INE definitivos para 2017 e preliminares para 2018, com última actualização em 10-05-2019 (<http://www.ine.pt>).

4.2 – Mercados de destino das exportações

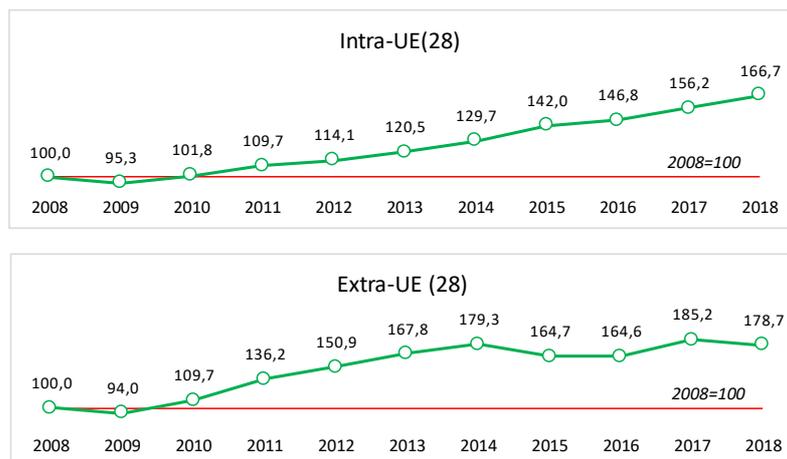
Em 2018 o espaço intracomunitário foi o destino de 72,8% das exportações portuguesas de "Agroalimentares".

É maior a quota dos países extracomunitários na vertente das exportações (27,2%) do que na das importações (21,8%).



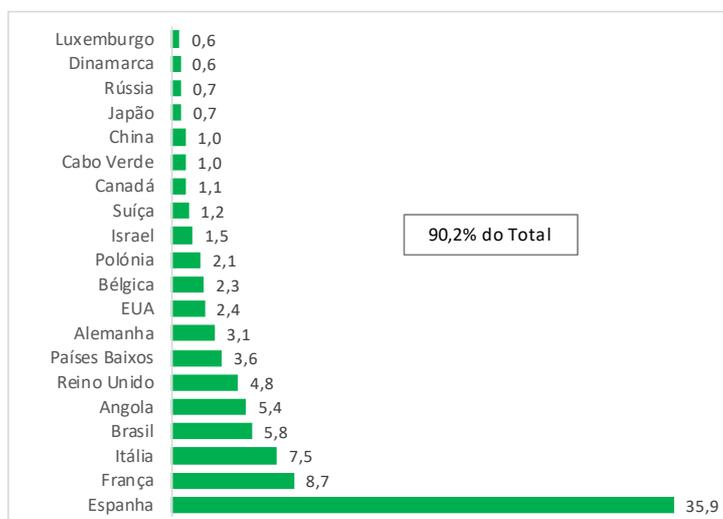
Ao longo da última década o ritmo de 'crescimento' das exportações com destino aos parceiros comunitários foi tendencialmente crescente. Crescente foi também o ritmo das destinadas aos países terceiros até 2014, tornando-se irregulares a partir de então.

Ritmo de 'crescimento' das Exportações de produtos Agro-alimentares (2008 a 2018 - 2008=100)



Em 2018 os principais mercados de destino das exportações do conjunto dos produtos “Agro-alimentares” foram a Espanha (35,9% do Total), a França (8,7%) e a Itália (7,6%). Seguiram-se o Brasil (5,8%), Angola (5,4%), o Reino Unido (4,8%), os Países Baixos (3,6%), a Alemanha (3,1%), os EUA (2,4%), a Bélgica (2,3%) e a Polónia (2,1%). Com menos de 2% cada, alinharam-se depois Israel, a Suíça, o Canadá, Cabo Verde, a China, o Japão, a Rússia, a Dinamarca e o Luxemburgo. Este conjunto de países representou 90,2% do Total.

Os 20 principais mercados de destino das exportações de produtos Agro-alimentares (%) - 2018 -



Fonte: A partir de dados de base preliminares do INE, com última actualização em 10-05-2019. (<http://www.ine.pt>)

**Os 20 principais mercados de destino das exportações
de produtos Agro-alimentares por Subgrupos (%)
- 2018 -**

TOTAL		A1 Bebidas alcoólicas		A2 Conserv. e prep. aliment.		A3 Produtos da pesca		
Mundo	100,0	Mundo	100,0	Mundo	100,0	Mundo	100,0	
Intra_UE28	72,8	Intra_UE28	56,4	Intra_UE28	72,1	Intra_UE28	81,4	
Extra_UE28	27,2	Extra_UE28	43,6	Extra_UE28	27,9	Extra_UE28	18,6	
1	Espanha	35,9	França	14,4	Espanha	25,1	Espanha	61,7
2	França	8,7	EUA	8,5	França	14,1	Itália	10,6
3	Itália	7,5	R.Unido	8,1	R.Unido	11,0	Brasil	8,2
4	Brasil	5,8	Espanha	6,9	Angola	7,5	França	5,2
5	Angola	5,4	China	5,7	Itália	5,4	EUA	2,8
6	R.Unido	4,8	Alemanha	5,5	Alemanha	3,8	Angola	1,7
7	P.Baixos	3,6	Bélgica	5,4	EUA	2,8	Suíça	1,3
8	Alemanha	3,1	Brasil	5,2	Bélgica	2,5	China	0,9
9	EUA	2,4	Canadá	4,8	P.Baixos	2,5	Canadá	0,7
10	Bélgica	2,3	P.Baixos	4,5	Japão	2,3	Alemanha	0,7
11	Polónia	2,1	Angola	4,5	Cabo Verde	1,6	R.Unido	0,5
12	Israel	1,5	Suíça	4,2	Polónia	1,5	Luxemburgo	0,5
13	Suíça	1,2	Polónia	2,4	Rússia	1,4	Bélgica	0,5
14	Canadá	1,1	Dinamarca	2,1	Suíça	1,3	P.Bordo Extra	0,3
15	Cabo Verde	1,0	Suécia	1,9	Brasil	1,1	Polónia	0,3
16	China	1,0	Luxemburgo	1,6	Suécia	1,1	Vietname	0,3
17	Japão	0,7	Países n.d.	1,3	Irlanda	1,0	México	0,3
18	Rússia	0,7	Guiné-Bissau	1,1	P.Bordo Extra	1,0	Moçambique	0,2
19	Dinamarca	0,6	Noruega	1,0	Moçambique	0,9	Macau	0,2
20	Luxemburgo	0,6	Itália	1,0	Grécia	0,9	Chipre	0,2
		90,2		90,2		88,7		97,2

.../

A4 Carnes e lacticínios		A5 Frutas e hortícolas		A6 Oleag., gorduras e óleos		A7 Ouros agro- alimentares		
Mundo	100,0	Mundo	100,0	Mundo	100,0	Mundo	100,0	
Intra_UE28	67,4	Intra_UE28	90,6	Intra_UE28	58,0	Intra_UE28	77,9	
Extra_UE28	32,6	Extra_UE28	9,4	Extra_UE28	42,0	Extra_UE28	22,1	
1	Espanha	39,5	Espanha	36,1	Espanha	38,3	Espanha	46,1
2	Angola	14,8	França	10,5	Brasil	24,7	Itália	13,5
3	P.Baixos	8,7	P.Baixos	8,3	Itália	11,1	Israel	6,2
4	França	7,8	Polónia	7,9	Angola	9,3	França	5,3
5	R.Unido	2,7	R.Unido	7,8	França	3,1	Angola	3,6
6	Cabo Verde	2,3	Alemanha	7,0	Alemanha	1,4	P.Baixos	2,9
7	Bélgica	2,0	Bélgica	5,6	Polónia	1,2	Países n.d.	1,9
8	Japão	1,5	Itália	4,6	Marrocos	1,1	Alemanha	1,5
9	Marrocos	1,5	Brasil	4,3	Cabo Verde	1,0	R.Unido	1,3
10	Polónia	1,3	Cabo Verde	1,2	EUA	0,9	Rússia	1,3
11	Alemanha	1,3	Angola	0,9	África do Sul	0,8	Dinamarca	1,0
12	P.Bordo Extra	1,3	Rep.Checa	0,7	Bélgica	0,7	Grécia	0,9
13	Suíça	1,3	Suécia	0,5	China	0,6	Argélia	0,8
14	Itália	1,2	Canadá	0,5	Austria	0,6	Brasil	0,7
15	Iraque	1,1	Irlanda	0,5	P.Baixos	0,5	EUA	0,7
16	Guiné-Bissau	0,9	EUA	0,4	Chile	0,4	Cabo Verde	0,7
17	Rússia	0,8	Suíça	0,3	R.Unido	0,4	Roménia	0,6
18	Luxemburgo	0,8	Luxemburgo	0,2	Moçambique	0,4	S.Tomé e Pr.	0,6
19	Arábia Saud.	0,6	P.Bordo Extra	0,2	S.Tomé e Pr.	0,3	Arábia Saud.	0,5
20	EUA	0,6	Argélia	0,2	Suíça	0,3	Gibraltar	0,5
		92,0		97,7		96,9		90,6

Fonte: A partir de dados de base preliminares do INE, com última actualização em 10-05-2019.
(<http://www.ine.pt>)

ANEXO

Conteúdo dos Subgrupos com base na Nomenclatura Combinada

Subgrupos	Códigos da Nomenclatura Combinada
Total	01 a 24
A1 Bebidas alcoólicas	2203 a 2208
A2 Conservas e prep. alimentares	16, 19 a 21 (-) 20081919 / 20081999 / 20089999
A3 Produtos da pesca	03
A4 Carnes e lacticínios	02, 04
A5 Frutas e hortícolas	07, 08
A6 Oleaginosas, gorduras e óleos	12, 15 (+) 14049000 / 20081919 / 20081999 / 20089999
A7 Outros agro-alimentares	01, 05, 06, 09 a 11, 13, 14, 17, 18, 2201, 2202, 2209, 23, 24 (-) 14049000

Produtividade do trabalho em Portugal – Empresas Top Performers¹

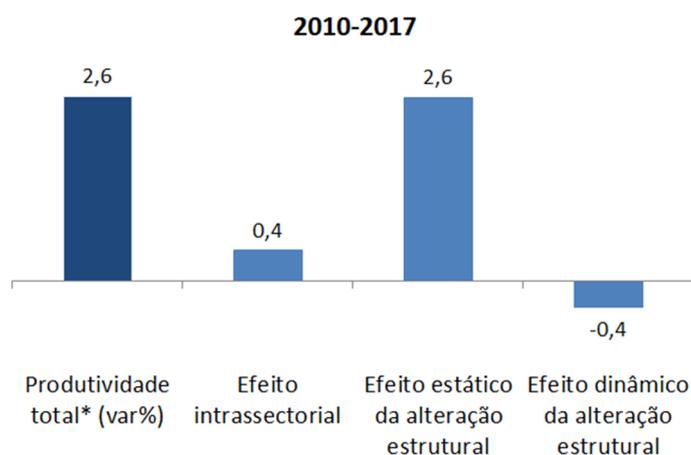
Rita Bessone Basto², Ana Martins³, Ana Rita Mateus⁴ e Guida Nogueira⁵

1. Enquadramento

O crescimento da produtividade do trabalho tem vindo a desacelerar na última década na maioria dos países da União Europeia (UE), incluindo Portugal. Tendo em conta que Portugal regista níveis de produtividade mais baixos do que os da UE, esta desaceleração é ainda mais desfavorável ao processo de convergência à média da UE⁶.

Entre 2010 e 2017, a produtividade do trabalho (VAB por número de trabalhadores) em Portugal cresceu 2,6% (2,3% se incluir a Administração Pública - Seção O da CAE). O aumento de produtividade foi mais expressivo nos sectores da Energia, Água e Construção, Indústria e Primário. O crescimento da produtividade neste período resultou da transferência de trabalhadores dos sectores menos produtivos para os sectores que, em 2010, eram mais produtivos (efeito estático de alteração estrutural), sendo maioritariamente explicado pela transição do emprego para serviços de natureza económica. Um outro factor positivo foi que, sem considerar as alterações estruturais na Economia, os aumentos (perdas) de produtividade ocorreram em sectores com um maior (menor) peso na economia (efeito intrassectorial) (Gráfico1).

Graf. 1. Produtividade: desagregação por efeitos



Fonte: Eurostat.

Nota: Exclui a Administração Pública.

Esta nota expõe brevemente a evolução da produtividade do trabalho entre 2010 e 2017, para caracterizar a heterogeneidade inter e intrassectorial em 2017, apresentando ainda as características que distinguem as empresas com níveis superiores de produtividade por comparação com as restantes. Apresenta, finalmente, um exercício exploratório com uma análise simples de cenários de melhoria de produtividade das empresas com níveis inferiores de produtividade.

¹ As opiniões expressas no documento são da responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a perspetiva do Ministério da Economia.

² Gabinete de Estratégia e Estudos.

³ Gabinete de Estratégia e Estudos.

⁴ Gabinete de Estratégia e Estudos.

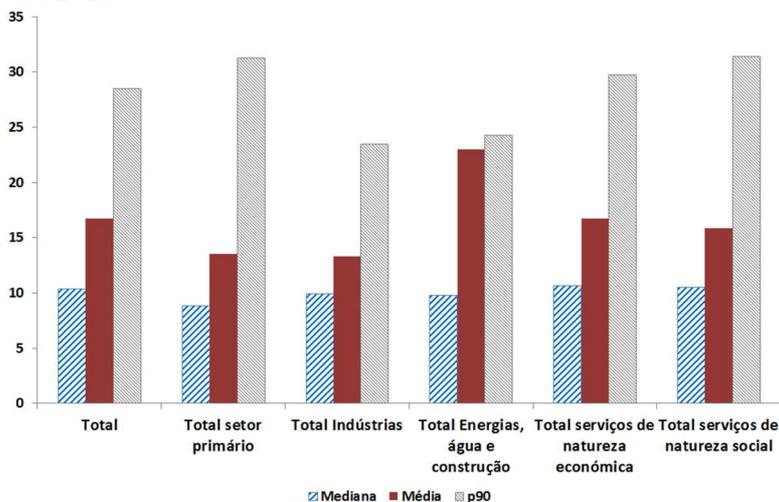
⁵ Gabinete de Estratégia e Estudos.

⁶ Uma análise detalhada desta evolução pode ser encontrada no 1º Relatório do Conselho para a Produtividade, de março de 2019.

2. Produtividade do Trabalho – Comparação setorial

A análise da produtividade nas várias atividades económicas revela uma significativa heterogeneidade setorial (Gráfico 2), com os sectores dos serviços a exibirem níveis superiores de produtividade média. O sector secundário apresenta uma desigualdade superior em termos de produtividade do trabalho, com algumas empresas muito produtivas da área da Eletricidade, gás e afins a influírem decisivamente na média dessa atividade. O sector primário exibe uma significativa dispersão de níveis de produtividade do trabalho.

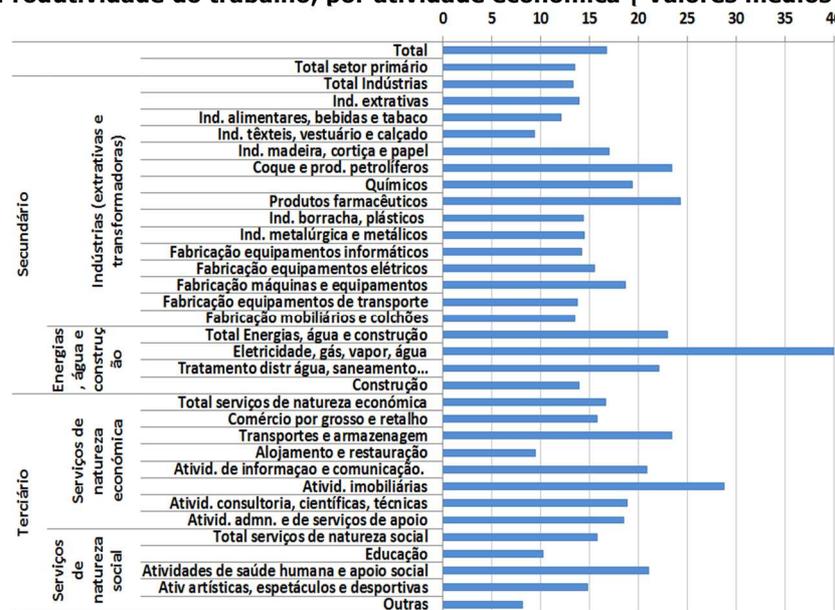
Graf. 2. Produtividade do trabalho, por sector de atividade | Valores medianos, médios e do percentil 90 para 2017



Fonte: Cálculos dos autores a partir de dados do Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE) e dos Quadros de Pessoal (QP).

Nota: Ver Nota Metodológica para os detalhes dos cálculos e da agregação das atividades económicas.

Este contexto congrega um conjunto de comportamentos diferenciados das atividades económicas que integram cada sector (Gráfico 3). Nos sectores das indústrias, os valores médios de produtividade do trabalho registam uma dispersão significativa entre atividades, com os Produtos farmacêuticos, Químicos e os Produtos petrolíferos e coque a distinguirem-se com níveis de produtividade do trabalho muito acima da média das outras atividades. No extremo oposto, com níveis relativamente baixos de produtividade do trabalho, surgem as indústrias alimentares e de bebidas, bem como a indústria têxtil, de vestuário e calçado, que podem ainda ser caracterizadas por serem intensivas no fator de produção do trabalho. No sector dos serviços, a dispersão de níveis de produtividade é inferior se excluirmos as categorias de trabalho muito intensivo, como o alojamento e restauração e a educação.

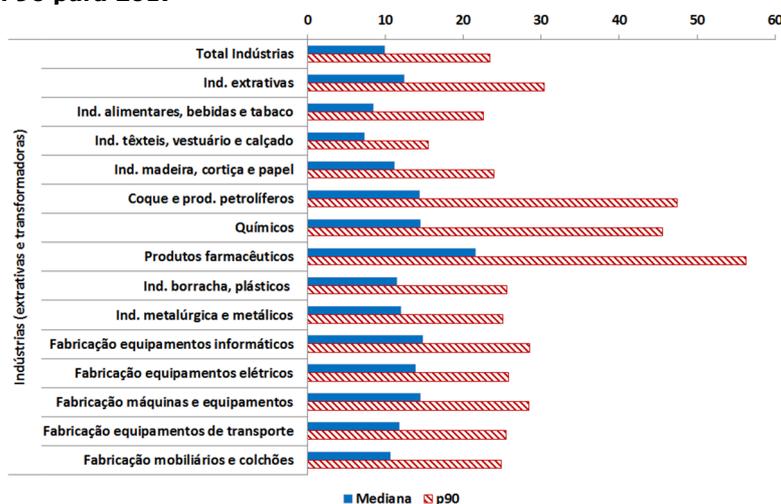
Graf. 3. Produtividade do trabalho, por atividade económica | Valores médios para 2017

Fonte: Cálculos dos autores a partir de dados do Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE) e dos Quadros de Pessoal (QP).

Nota: O eixo das abcissas foi truncado em 40, com o valor da produtividade relativo à "Eletricidade, gás, vapor e água" a registar-se para além do gráfico, cifrando-se em cerca de 654, em 2010, e em 1016, em 2017.

Analisando com maior detalhe os dados das diferentes empresas dentro de cada setor, podemos observar uma significativa dispersão nos níveis de produtividade entre empresas.

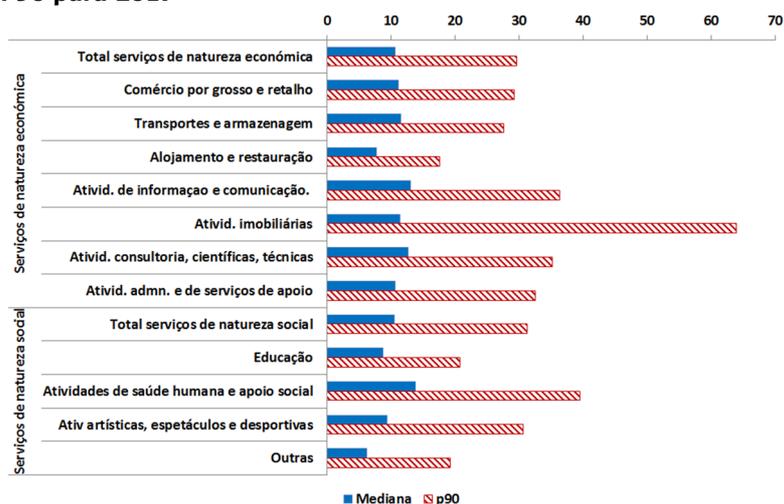
Começando pelo sector das Indústrias (Gráfico 4), importa mencionar que as atividades, que anteriormente destacámos como tendo valores médios de produtividade mais altos, i.e. os Produtos farmacêuticos, Químicos e os Produtos petrolíferos, se caracterizam simultaneamente por terem empresas medianas com produtividades do trabalho relativamente mais produtivas e por terem as melhores empresas (cuja produtividade se situa acima dos 90%) com níveis de produtividade anormalmente altos, observando-se uma grande dispersão da produtividade nestes setores. Já as empresas que operam em atividades relacionadas com a fabricação, seja de equipamentos informáticos, maquinaria ou elétricos, parecem conseguir diferenciar-se menos entre si em termos de produtividade do trabalho, conseguindo, porém, que a empresa mediana obtenha valores de produtividade de trabalho melhores do que o conjunto da Indústria.

Graf. 4. Produtividade do trabalho da indústria, por atividade económica | Valores medianos e do percentil 90 para 2017

Fonte: Cálculos dos autores a partir de dados do Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE) e dos Quadros de Pessoal (QP).

O sector dos serviços (Gráfico 5) apresenta uma menor disparidade em termos da produtividade (comparando a empresa mediana e as top performers do percentil 90), se excluirmos as empresas que trabalham na área do alojamento e restauração e da educação. Por contraponto, a dispersão intra-atividade económica não é negligenciável neste último sector, sendo particularmente bem ilustrada com a disparidade entre a produtividade das melhores empresas e da empresa mediana nas áreas das Atividades imobiliárias, de Comunicação e informação, de Saúde, e também de Consultoria e Atividades científico-técnicas.

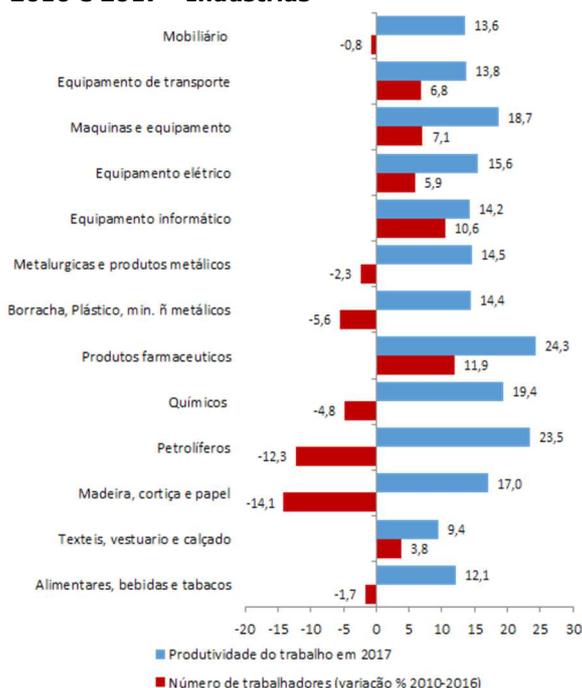
Graf. 5. Produtividade do trabalho dos serviços, por atividade económica | Valores medianos e do percentil 90 para 2017



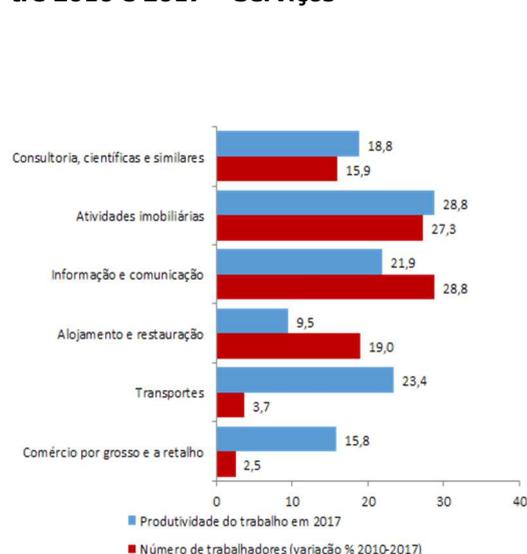
Fonte: Cálculos dos autores a partir de dados do Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE) e dos Quadros de Pessoal (QP).

O comportamento desigual da produtividade dos sectores poderia indiciar que sectores mais produtivos atrairiam mais emprego. Contudo, esta hipótese nem sempre se verifica. Por exemplo, o sector da Energia, Água e Construção foi o sector em que perdeu mais emprego entre 2010 e 2017 e um dos que registou maior crescimento da produtividade. Também os sectores dos Químicos e dos Petrolíferos, que apresentam níveis elevados de produtividade do trabalho registaram significativas diminuições do número de trabalhadores que empregam (Gráfico 6). Nos serviços, o sector com um nível inferior de produtividade, Alojamento e restauração, foi aquele que registou um dos crescimentos mais acentuados em termos de emprego (Gráfico 7).

Graf. 6. Produtividade do trabalho em 2017 e variação do número de trabalhadores entre 2010 e 2017 - Indústrias



Graf. 7. Produtividade do trabalho em 2017 e variação do número de trabalhadores entre 2010 e 2017 – Serviços



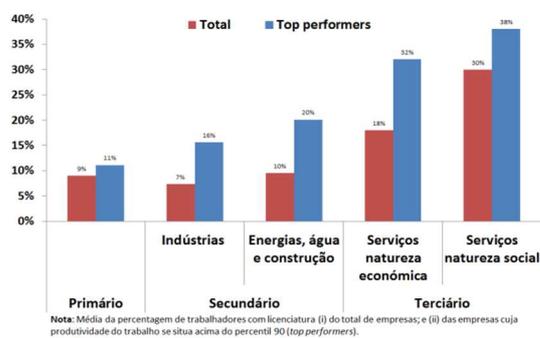
Fonte: Eurostat para o número de trabalhadores. Cálculos dos autores a partir de dados do Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE) e dos Quadros de Pessoal (QP) para a produtividade do trabalho.

3. Produtividade do Trabalho – Comparação por características das empresas

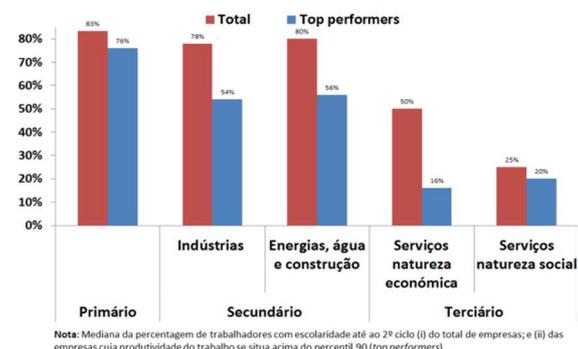
Na medida em que a dispersão dos níveis da produtividade entre empresas do mesmo sector não é negligenciável, interessa averiguar se e quais características distinguem as melhores empresas (cuja produtividade se situa acima dos 90%) de cada sector das suas congéneres medianas.

Como primeira característica distintiva, podemos observar que a escolaridade dos trabalhadores nas empresas mais produtivas é mais elevada, ou seja, as melhores empresas empregam relativamente mais trabalhadores com graus de escolaridade superiores (Gráficos 8 e 9). As empresas mais produtivas apresentam uma percentagem de trabalhadores com qualificações mínimas de licenciatura de 26% da mão-de-obra, cerca de 10pp acima da empresa média. De notar que os Serviços são o setor que mais utiliza mão-de-obra qualificada e o setor primário o que utiliza intensivamente menores qualificações (até ao 2º ciclo). Acresce que as melhores empresas tendem a investir cerca do dobro em formação do pessoal, ainda que os gastos com formação representem uma escassa fração dos gastos com pessoal.

Graf. 8. Habilitações literárias: trabalhadores com licenciatura ou nível de educação superior em percentagem do total de trabalhadores | 2017



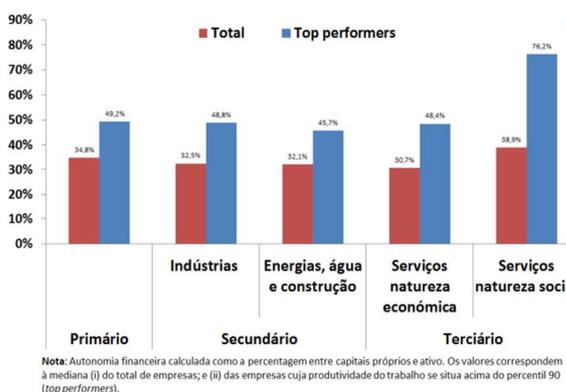
Graf. 9. Habilitações literárias: trabalhadores com escolaridade até ao 2º ciclo em percentagem do total de trabalhadores | 2017



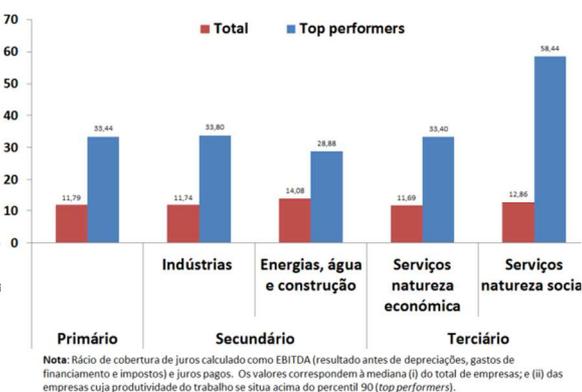
Fonte: Cálculos dos autores a partir de dados do Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE) e dos Quadros de Pessoal (QP).

Em termos de estrutura de financiamento, as melhores empresas têm níveis de endividamento inferiores e, portanto, uma maior autonomia financeira (Gráfico 10), bem como uma maior capacidade de ressarcir as suas responsabilidades (e o seu custo) (Gráfico 11). Mais concretamente, as empresas mais produtivas apresentam uma estrutura de financiamento mais capitalizada em cerca de 20 p.p. do que a empresa mediana (cerca de 31%) e maior capacidade de pagar a sua dívida, com um rácio de cobertura de juros superior em 22 p.p. O sector dos Serviços destaca-se pelos menores níveis de endividamento

Graf. 10. Autonomia financeira | 2017



Graf. 11. Rácio de cobertura de juros | 2017

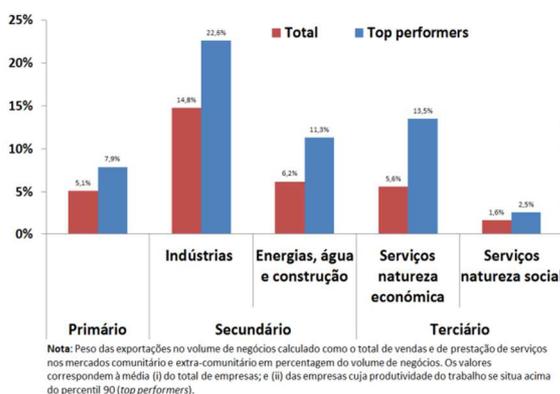


Fonte: Cálculos dos autores a partir de dados do Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE) e dos Quadros de Pessoal (QP).

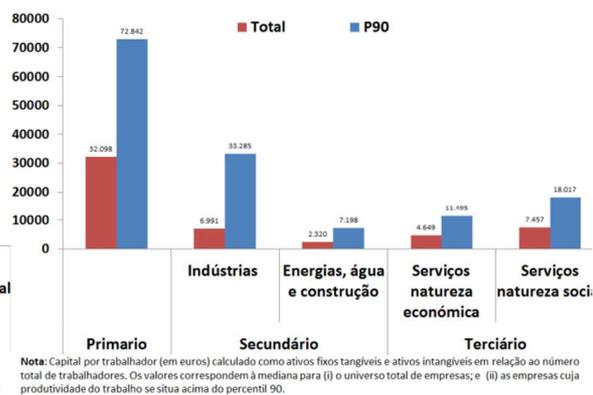
Em termos globais, as melhores empresas em termos de produtividade do trabalho também exibem um peso superior das exportações no seu volume de negócios (Gráfico 12), apresentando o dobro do peso das exportações no volume de negócios (o que compara com a média das empresas que exporta cerca de 6 % do seu volume de negócios), bem como um nível de capital por trabalhador bastante superior (Gráfico 13). De notar que os resultados para o setor primário poderão traduzir algum enviesamento na medida em que pode haver muitos agentes neste sector que operem como empresários em nome individual e estes foram, por motivos metodológicos, excluídos desta análise. Assim, as sociedades consideradas que relevam para este sector são apenas as empresas com uma dimensão mais significativa. Acresce que os ativos tangíveis deste sector assentam em larga medida em terrenos (que valorizam em vez

de depreciar, como os tradicionais ativos tangíveis), o que pode contribuir para apresentar valores de intensidade de capital por trabalhador superiores aos dos restantes setores.

Graf. 12. Peso das exportações no volume de negócios | 2017



Graf. 13. Capital por trabalhador | 2017



Fonte: Cálculos dos autores a partir de dados do Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE) e dos Quadros de Pessoal (QP).

Já no que diz respeito ao investimento em Investigação e Desenvolvimento (I&D), não é possível discernir um padrão muito diferenciado entre as empresas medianas e as melhores empresas em termos de produtividade. Desde logo, os valores de investimento em I&D são baixos. No que concerne ao pessoal afeto a I&D, a representatividade desse pessoal no total do emprego total da empresa é maior nas melhores empresas, contudo apenas nos sectores primário, das indústrias e nos serviços de natureza económica. Porém, esse padrão deixa de se verificar se atentarmos à percentagem de ativos intangíveis no total do ativo das empresas.

4. Potenciais ganhos de produtividade – cenários

A elevada dispersão da produtividade a nível sectorial indicia ganhos potenciais significativos que se podem concretizar se as empresas menos produtivas tiverem acesso a melhores recursos (humanos, capital e tecnologia/conhecimento) ou se houver maior eficiência na sua aplicação. Os cenários apresentados na tabela seguinte simulam o impacto sobre a produtividade agregada da economia admitindo diversas hipóteses relativas à convergência das empresas com níveis mais baixos de produtividade para diferentes patamares:

- i) Mediana da distribuição da produtividade das empresas;
- ii) Média da distribuição da produtividade;
- iii) Empresa no Percentil 90 (p90); e
- iv) Mediana das empresas acima do percentil 90 (top performers).

O impacto dos cenários de uma melhoria da produtividade é diferenciado consoante os sectores, sendo mais significativo no sector primário e nos serviços. Isto parece indicar que há maior potencial de melhoria nestes sectores uma vez que a disparidade entre a produtividade das melhores empresas e as produtividades mediana e média é superior.

Conforme se verifica, o cenário (i) em que todas as empresas com produtividade inferior à mediana atingem esse nível de produtividade apenas permite alterar marginalmente a posição relativa de Portugal (passando da 20ª economia mais produtiva para a 19ª posição). Isto decorre do facto de haver metade da distribuição, ou seja, metade das empresas com níveis de produtividade baixos (abaixo da média). Contudo, há que considerar que os dados individuais (empresa a empresa) não foram ponderados, o que significa que este valor mediano

ignora a dimensão e importância relativa das empresas no tecido empresarial nacional. Já na hipótese em que a produtividade das empresas com valores inferiores converge para a média (cenário ii) a economia portuguesa passaria para a 14ª posição.

Se todas as empresas portuguesas tivessem uma produtividade igual à do p90 (cenário iii), Portugal teria a 10ª produtividade mais elevada da UE, cerca de 11% acima da média da UE e ligeiramente abaixo da média da área do euro. A média da área do euro apenas seria superada na hipótese em que todas as empresas portuguesas se tornassem tão produtivas como a empresa mediana entre as 'top performers', ou seja, ao nível das melhores 5% das empresas (cenário iv).

Quadro 1 - Cenários de Potencial de Crescimento da Produtividade em Portugal

	Total da Economia		Setores				
	Em % da UE (PPS)	Em valor (€/h)	Primário	Secundário		Terciário	
				Indústrias	Energias e construção	Serv. nat. económica	Serv. nat. social
União Europeia	100	35,7	11,3	40,7	34,5	39,4	30,3
Área do Euro	114,4	41,1	16,7	51,0	40,7	43,9	34,2
1 Irlanda	175,7	72,5	12,5	203,6	39,0	68,6	37,1
2 Luxemburgo	173,9	77,0	52,9	52,8	40,7	70,7	65,2
3' iv. PT (econ= mediana p90)	161,7	46,2	21,6	42,4	31,3	54,2	51,0
3 Bélgica	135,8	53,6	20,5	70,8	55,7	54,3	45,0
4 Dinamarca	134,9	62,1	41,4	86,0	58,4	N/A	50,5
5 Alemanha	127,6	49,1	25,7	62,6	46,7	52,2	42,2
6 Holanda	125,7	50,4	35,2	68,6	41,9	48,6	46,9
7 França	124,8	48,7	20,6	58,0	48,3	55,3	43,0
8 Áustria	117,4	46,2	10,9	59,8	54,0	49,1	37,7
9 Suécia	113,4	52,1	23,0	67,8	53,6	N/A	N/A
10' iii. PT (economia=p90)	111,4	31,8	14,1	31,6	20,5	37,4	34,4
10 Finlândia	108,9	46,7	23,3	65,7	42,9	53,9	37,6
11 Itália	101,6	35,8	13,8	37,9	32,9	40,0	28,8
12 Reino Unido	97,7	38,8	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
13 Espanha	97,4	32,1	20,9	37,9	40,8	32,4	25,0
14' ii. PT (economia min= média)	90,5	25,8	9,2	23,2	29,5	28,8	23,6
14 Eslovénia	82,5	23,3	5,1	27,2	24,7	26,4	20,5
15 Malta	81,4	23,7	N/A	N/A	N/A	N/A	28,9
16 Eslováquia	76,4	18,8	19,6	19,3	22,9	18,4	17,0
17 Chipre	76,2	23,7	7,8	16,3	23,2	26,2	20,0
18 República Checa	74,5	18,0	12,4	18,8	17,3	19,0	15,3
19' i. PT (setor min= mediana)	73,8	21,0	7,8	20,4	20,8	23,7	19,8
19 Lituânia	66,6	15,2	6,7	18,2	14,6	19,3	9,9
20 Portugal	65,5	18,7	6,1	17,9	19,5	21,0	17,4
21 Estónia	65,4	17,3	12,2	14,3	21,4	20,8	12,6
22 Croácia	64,3	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
23 Grécia	64,1	18,6	6,8	24,8	18,9	19,6	18,8
24 Hungria	63,1	13,3	9,5	17,0	11,5	14,2	10,4
25 Polónia	60,7	12,4	3,9	12,0	14,2	16,0	9,5
26 Roménia	58,7	10,8	2,6	11,9	9,7	15,2	11,4
27 Letónia	58,2	14,1	6,4	12,8	14,3	17,1	11,7
28 Bulgária	45,2	7,7	2,1	8,0	9,8	9,4	6,7

Fonte: Eurostat, SCIE, Quadros de Pessoal e cálculos GEE.

Notas: 1ª coluna: Produtividade do trabalho, em percentagem da UE, em *purchasing power standards* (PPS), 2017. Restantes colunas. Produtividade do trabalho, em euros, por hora trabalhada (valores nominais, 2017). As linhas destacadas correspondem aos cenários em que (i) empresas com produtividade inferior à produtividade mediana assumem produtividade mediana, restantes empresas mantêm produtividade verificada; (ii) empresas com produtividade inferior à produtividade média assumem produtividade média, restantes empresas mantêm produtividade verificada; (iii) todas as empresas assumem a produtividade verificada no percentil 90; (iv) todas as empresas se situam na mediana do último decil. Nos cenários (i) e (ii) é calculada uma média da produtividade do trabalho após a aplicação do cenário. O valor apresentado para estes cenários resulta 1) dos valores da produtividade obtidos para o Total da Economia/ Setores através dos microdados do SCIE/QP convertidos para a escala dos indicadores do Eurostat (fazendo equivaler o valor da produtividade calculada de acordo com os microdados ao valor registado por Portugal no Eurostat), 2) aos quais foram aplicados os 4 cenários acima apresentados.

5. Considerações Finais

Desde 2010 a produtividade das empresas portuguesas apresenta uma evolução sectorialmente heterogénea, com destaque para os setores primário, com o crescimento mais acentuado, e de serviços de natureza social, com o crescimento mais lento.

Para além da disparidade dos níveis de produtividade das empresas portuguesas entre setores, fatores idiossincráticos parecem também ajudar a explicar as diferenças intrassetoriais. Em termos genéricos, uma escolarização mais elevada, mais formação, bem como mais capital por trabalhador são os fatores que se verificam nas top performers. Acresce que empresas

financeiramente mais autónomas, ou seja, menos endividadas, tendem também a apresentar níveis de produtividade superiores.

A capacidade de algumas empresas se distinguirem em termos de produtividade parece indicar algum potencial para melhorias de produtividade nas outras empresas. Contudo, se todas as empresas portuguesas tivessem uma produtividade igual à do p90 (um cenário muito otimista), Portugal teria a 10ª produtividade mais elevada da UE, cerca de 11% acima da média da UE mas ainda ligeiramente abaixo da média da área do euro.

Notas metodológicas

Salvo referência expressa, os dados utilizados advêm dos Quadros de Pessoal e do Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE), o qual não inclui informação relativa a empresas das Atividades Financeiras e de Seguros nem da Administração Pública e Defesa. O cálculo da produtividade do trabalho por hora é apenas possível para empresas que reportem trabalhadores com horas remuneradas. Foram excluídas todas as empresas em nome individual, bem como as empresas que não reportam dados no âmbito dos Quadros de Pessoal. Assim, o número de sociedades consideradas para este exercício corresponde a cerca de 50% das empresas que estão incluídas no SCIE.

Os setores de atividade (CAE Rev3) estão agregados da seguinte forma:

- Setor primário: Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (Secção A)
- Setor secundário
 - Indústrias: extrativas (e.g. extracção de hulha e petróleo) e transformadoras (e.g. têxteis, vestuário, produtos petrolíferos, metalurgia, mobiliário, produtos farmacêuticos) (Secção B-C)
 - Energia, água e construção (Secção D-F)
- Setor terciário
 - Serviços natureza económica
 - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motocicletas (Secção G)
 - Transportes e armazenagem (Secção H)
 - Alojamento, restauração e similares (Secção I)
 - Atividades de informação e de comunicação (Secção J)
 - Atividades imobiliárias (Secção L)
 - Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares (Secção M)
 - Atividades administrativas e dos serviços de apoio (Secção N)
 - Serviços natureza social
 - Educação (Secção P)
 - Atividades de saúde humana e apoio social (Secção Q)
 - Atividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas (Secção R)
 - Outras actividades de serviços (Secção S)
 - Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e atividades de produção das famílias para uso próprio (Secção T)
 - Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extra-territoriais (Secção U)

Ensaio

Productivity and resource allocation of Portuguese firms

Mónica Simões and José Azevedo Pereira¹

1. Introduction

Portuguese potential growth has been weak since early 2000s, similarly to other European countries. This trend is explained by decreasing contributions from productivity and lower levels of investment. To guarantee sustained economic growth in the future, gains in productivity and competitiveness are essential. These improvements are especially important for Portugal, as they would promote a convergence of the country's labour productivity levels to those of euro zone².

Raising productivity is frequently associated with policies that promote increases to productivity at the firm level, i.e. they have an impact on how efficiently resources, such as labour and capital, are used in the production process by the firm. However, productivity can also rise when the most productive firms are able to grow, and concentrate larger shares of resources than less productive units. This means that, at the aggregate level, productivity not only depends on how efficient firms are, it also depends on how efficiently resources are allocated across firms.

Evidence in the literature shows there are several policies that can influence how resources are allocated across firms, with potential impact on aggregate productivity levels. These results are particularly important for Portugal, not only due to the potential large impact on firm's productivity and allocative efficiency resulting from the very comprehensive set of structural reforms implemented in the last decade, but also due the need to converge to euro area levels of labour productivity. Therefore, studying how resources are allocated across firms in more detail, and measure how important is resource allocation to productivity growth is paramount and will be the focus of this analysis. It can serve to inform policy makers on which areas misallocation is more severe, and works as a starting point to a deeper analysis on its determinants and policy effects.

The analysis is structured as follows, chapter 2 reviews some of the literature on some of the frictions and policies that have been linked to resource misallocation; chapter 3 analyses how labour and capital are allocated across firms, sectors and firm dimensions, depending on their productivity; chapter 4 decomposes productivity growth, measuring the contribution of resource allocation; chapter 5 concludes.

2. Determinants of resource misallocation

Resources are often misallocated due to presence of frictions in the market, with less productive firms attracting a large amount of resources, lowering the growth potential of the most productive ones. This inefficiency in the distribution of resources has a detrimental impact on aggregate level of productivity. In fact, research have found a link between aggregate productivity differentials across countries, within-sector misallocation of resources and productivity dispersion (Hsieh and Klenow, 2009; Bartelsman et al., 2013). Understanding which frictions have an impact on misallocation is paramount for an efficient policy design. In the recent years, researchers studying misallocation found that regulation in the labour and product market; exposure to trade; insolvency regimes and restructuring procedures; as well

¹ GPEARI/Ministry of Finance. The opinions expressed are those of the authors and not necessarily of the institution. Any errors or omissions are the authors' responsibility.

² In 2018, the levels of labour productivity for Portugal represented 55% of the average value for the euro zone. Additional information on productivity differentials is available in Annex 3 – figure A.3.1.

as, policies related to financial frictions; size-dependent policies and policies associated with informal sector can influence how resources are distributed across firms³.

Concerning employment protection legislation (EPL), some authors found evidence that firing costs and similar policies imposing barriers to reallocation of workers, have a negative impact on productivity, by not allowing firms to adjust their labour force to changes in demand of workers (Hopenhayn and Rogerson, 1993; Andrews and Cingano, 2014), and skills (Adalet McGowan and Andrews, 2015a and 2017). On the other hand, other authors have found that a more stringent EPL may promote the participation of workers in training activities, and better screening of employees when hiring, leading to productivity improvements (Wasmer, 2006; Belot et al., 2007; Cingano et al., 2015⁴). As such, policy decisions should consider both the positive and negative effects on productivity, and take into account that the net impact on productivity of changes in EPL is not straightforward, with some empirical evidence indicating non-positive impacts (Acharya et al., 2013; Correia and Gouveia, 2017), as well as, important costs in the short-run, such as increases in the unemployment rate (Cacciatore et al., 2012).

Increases to competition, through lower levels of regulation in the Product Market or exposure to trade, have also been linked to improvements in allocative efficiency (AE), by promoting the exit of the least productive firms, and promoting the entry of more innovative and productive firms. For instance, Andrews and Cingano (2014) found that barriers to entry and exit of firms have a detrimental impact on AE, with stronger effects in sectors characterized by creative destruction patterns of innovation. Additionally, while looking at policies targeting specific sectors, Monteiro et al. (2017) found evidence that decreases in regulation of upstream sector⁵ leads to a higher probability of exit of the least productive firms, improving the allocation of resources. However, and similarly to changes to EPL, policies promoting deregulation of product markets may be associated with short-run costs, including increases to the unemployment rate (Cacciatore et al., 2012).

In the same vein, Melitz (2003) shows that improvements in the allocation of resources can be linked to the exposure to export markets. As access to these markets requires firms to incur in some costs, only the most productive are able to profit and gain market share under these conditions. The remaining less productive firms have to downsize or exit the market, creating a more efficient allocation of resources.

In the last few years, research has also focused on zombie firms⁶, and their relation to allocative efficiency, revealing a large prevalence and share of resources sunk on these firms for some countries, with negative impact on aggregate productivity. Adalet McGowan et al. (2017a) shows zombie firms to be less productive than their counterparts, and to lower growth the opportunities of viable firms with negative effects on allocative efficiency. Adalet McGowan et al. (2017b) found that improvements in the allocation of capital could be achieved through changes to insolvency regimes, by decreasing the barriers to restructuring and personal costs to entrepreneurs. However, measures to address the negative impact of changes to insolvency regimes should be implemented as well, especially those targeting displaced workers (Andrews et al., 2017; Carneiro et al., 2015).

Some authors have looked specifically at the impact of frictions on a specific set of firms the frontier firms, i.e. the most productive firms in the economy. Andrews, Criscuolo and Gal (2016) found that these firms display important differences in productivity dynamics relative to their peers (laggard firms), with the first presenting a large increase in their productivity level during the past years, in contrast the residual growth of laggard firms. Therefore,

³ For a comprehensive revision of the literature, please see Restuccia and Rogerson, 2013; Restuccia, 2013; and Hopenhayn, 2014.

⁴ The author provides several references on the impact of EPL on productivity through multiple channels.

⁵ Upstream sectors refer to network services such energy, transportation, telecommunications and postal services.

⁶ There are several definitions of zombie firms in the literature. Adalet McGowan et al. (2017a) defines zombie firms as old firms that have insufficient funds to cover their interest, and that remain in activity due to for example inefficient insolvency regimes, bank forbearance, inefficient banking system, or even SME benefits.

Andrews, Criscuolo and Gal (2015) argue that productivity improvement could be achieved if the most productive firms in each country – the national frontier firms – were able to grow to their optimal size. In their view, this could be accomplished through a set of structural reforms focused on lowering barriers to the growth of these firms, such as, higher flexibility on product and labour markets, lower obstacles to exit or easier access to financial markets.

Most of these studies have focused on the allocation of workers and capital across firms. However, workers are not homogenous, and how their characteristics match the demand of skills of firms influences aggregate productivity. In this sense, skill mismatch occurs when this match is not perfect, or when the most skilled workers are not allocated to the most productive firms. In the recent years, some authors started to study the impact of policy intervention on this issue. Adalet McGowan and Andrews (2015a, 2017) found evidence that more flexible product and labour markets, particularly less rigid permanent contracts, by giving firms more flexibility to adjust their labour force to new demand of skills, reduces skill mismatch, and its negative impact on aggregate productivity (Adalet McGowan and Andrews, 2015b). They also found that additional improvements could be achieved through increases in managerial quality and lifelong learning.

Other determinants also seem relevant to explain misallocation. For instance, as most firms use external resources to finance their investment decisions, misallocation of credit (and capital) across sectors and firms, can occur when financial frictions prevent the most productive firms from getting the sufficient funds to growth at their optimal size. These financial restrictions can be associated with asymmetries in information, collateral requirements, evergreening or the use of non-economic criteria for credit supply (Buera et al., 2011; Midrigan and Xu, 2014; Gopinath et al., 2017; Azevedo et al., 2018).

On the other hand, allocation of resources may also be distorted when the rules and regulations are applied differently to firms of different dimensions. These size-dependent regulations include, for example, taxes on capital and labour applicable to larger firms, lighter legislation or subsidies to smaller firms. In general, such policies incentivize firms to enter the market despite their low productivity, to remain small, or to have lower than optimal size due to regulation costs, with negative consequences to aggregate productivity (Guner et al., 2008; Garicano et al., 2016; Gourio and Roys, 2014).

Lastly, misallocation of resources can also arise from the informal sector. These firms, more prevalent in developing countries, are often smaller, less productive and operated by managers with low education levels when compared with firms from the formal sector. Regulation may be one of the reasons these firms operate informally, but improving the quality of management may be the key to create firms that are more productive and can bear the costs of regulation (La Porta and Shleifer, 2014).

Misallocation of resources in Portugal

As policies and dynamics differ considerable across countries, it is also important to look at the evidence for the Portuguese economy. According to Banco de Portugal (2016), evidence suggests there is a misallocation of resources, which are, on average, allocated to the least productive sectors. Additionally, Dias et al. (2014) found that misallocation is stronger in the services sector, with capital distortions explaining most of the results. Dias et al. (2016) also found evidence of increasing misallocation of resources until the crisis, with misallocation being concentrated in smaller firms, which may be related to size-dependent policies, such as subsidized credit or tax benefits, or with tax evasion. However, the studies for the post-crisis period indicate an improvement in the allocation, with evidence of a cleansing effect during the crisis (Banco de Portugal, 2015 e 2016; Dias and Marques, 2018).

These improvements may be associated to the structural reforms that took place in the past decade, including changes in the product and labour market, insolvency regimes, education and financial system (Fernandes et al., 2019). For instance, Monteiro et al. (2017) found evidence that product market reforms increased the probability of exit of the least productive firms, promoting a more efficient resource distribution. Azevedo et al. (2018) found that prior to the crisis, a large share of credit was granted to low productive firms, with a negative effect on reallocation of credit to the most productive units. However, their research also suggests misallocation of credit has been improving since 2013. Gouveia and Osterhold (2018) studied the impact of changes to the insolvency regime, and found they were associated with the restructure of the most productive firms and exit of the non-viable and least productive ones. On the other hand, looking at the impact of labour market deregulation during the crisis, Correia and Gouveia (2017) found no positive impact on productivity of these reforms, i.e. the overall impact was not positive, which does not exclude a positive impact on allocation of resources. To conclude, Pimenta and Pereira (2019)⁷, study the adequacy of education level to the position occupied by the workers, concluding that under-qualification improved over the past years, while over-qualifications remained small.

3. Data and descriptive statistics

Portuguese productivity growth has been weak since early 2000s. Gains in productivity are therefore essential to guarantee sustained economic growth, and convergence to euro area values of labour productivity. Evidence has shown that improvements in productivity can be accomplished by a more efficient allocation of resources. Hence, having a picture of how resources are distributed across firms and how this distribution has changed in the recent years is important, as it can serve to inform policy makers on which areas misallocation is more severe, and work as a starting point for a deeper analysis.

The indicators included in this study use information from IES dataset (*Informação Empresarial Simplificada*), which contains balance sheet data of Portuguese firms from 2006 to 2016, annually reported by firms to meet their legal obligations. The analysis focuses on the dynamics of non-financial corporations from manufacturing (except tobacco and oil products), utilities, construction and services activities (except non-market services, real estate, financial sector)⁸. Firms with non-positive values of Gross Value Added (GVA), assets, and turnover were excluded.

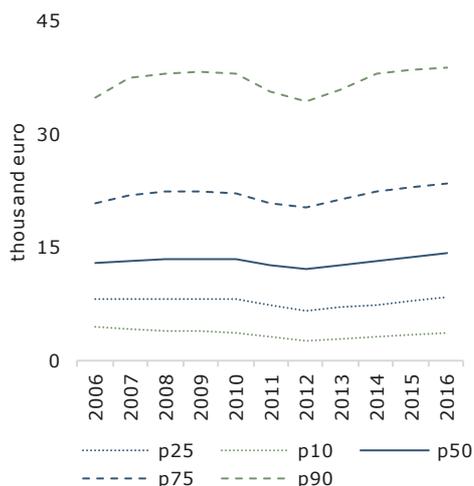
In this analysis, *productivity* is defined as labour productivity, given by the logarithm of the ratio of GVA over the number of workers. To accomplish an aggregate measure of productivity, the weighted average is computed using the logarithm of labour as weights⁹. As for resources, *labour* is defined as the number of individuals working on a firm, and *capital* includes both tangible and intangible assets in euros. The indicators are expressed in nominal terms.

⁷ These results do not look at productivity directly.

⁸ See annex 1 for further information on the firms included in the analysis.

⁹ See annex 1 for information on the methodology used to compute the indicator.

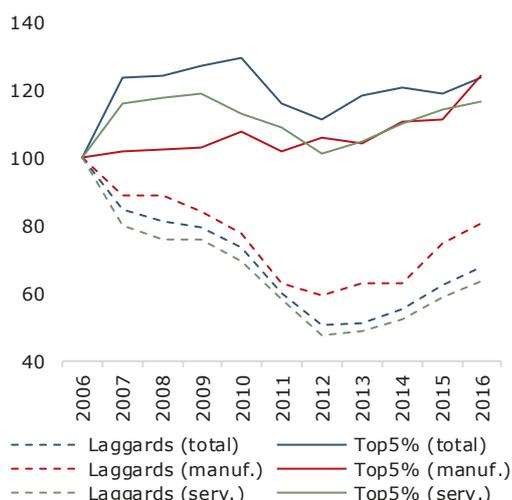
Figure 1. Evolution of labour productivity



Source: authors calculations using IES

Note: p10: 10th percentile; p25: 25th percentile; p50: median; p75: 75th percentile; p90: 90th percentile. For this analysis, laggard firms are firms with a productivity level below the 95th percentile.

Figure 2. Average labour productivity for top performers (top 5%) and laggards (bottom 95%) 2006=100

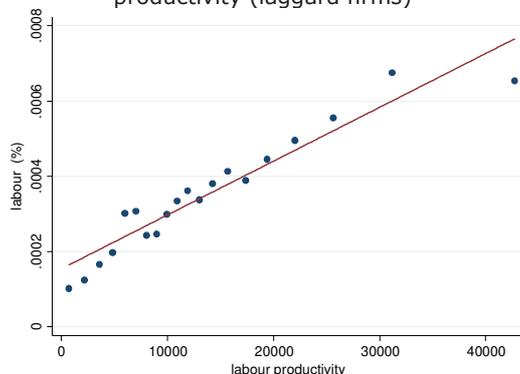


Source: authors calculations using IES

As it is usually described in the literature (Syverson, 2011), the results confirm significant heterogeneity in productivity levels across firms. For instance, the productivity of firms in the 90th percentile is, on average, 11 times higher than the productivity of firms in the 10th percentile (figure 1). On the other hand, while top performing firms have increased, on average, their productivity by 23% in the period 2006-2016, the laggard firms' productivity decreased more than 30% in the same period (figure 2).

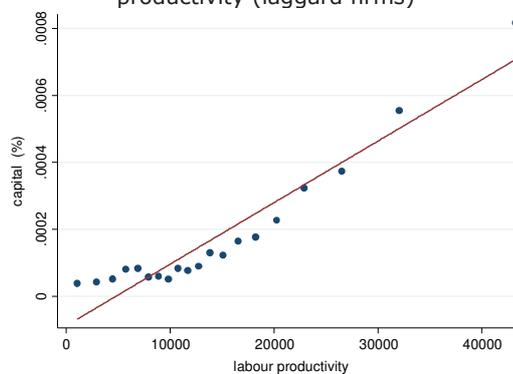
These differences are relevant, as gains in productivity can be accomplished through a different allocation of resources across firms. As such, understanding where resources are currently allocated is relevant for policy design. A picture on resource distribution across laggard firms is given by figures 3 and 4, where the relationship between labour productivity and share of resources is represented. The results indicate the relationship is positive, i.e. firms with higher (lower) levels of productivity have on average higher (lower) shares of labour and capital. However, when frontier firms¹⁰ are included, the relationship between labour productivity and labour share is not clear¹¹.

Figure 3. Binscatter¹² of labour share and labour productivity (laggard firms)



Source: authors calculations using IES

Figure 4. Binscatter of capital share and labour productivity (laggard firms)



Source: authors calculations using IES

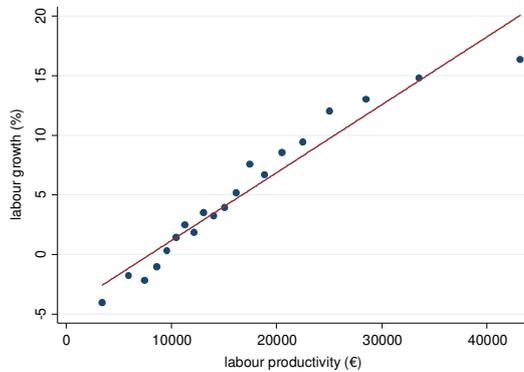
¹⁰ Frontier firms are firms with productivity levels above the 95th percentile.

¹¹Results for all firms, i.e. both laggard and frontier firms, are available in annex 3, figures A.3.2. and A.3.3. Results for frontier firms (the 5% most productive firms) are available in annex 3, figures A.3.4. and A.3.5, which show there is no clear relationship between labour productivity and labour share.

¹² Binscatter is a program in Stata that allows for a better visualization of the relation between two variables, when firm-level data are used. In this case, it divides labour productivity of the firms into equally sized bins; computes the mean for labour productivity and of the resource share/growth within each bin; creates a scatterplot of each data point and draws the population regression line. The results from the regressions from figures 3 to 6 are available in Annex 3, tables A.3.1 to A.3.4.

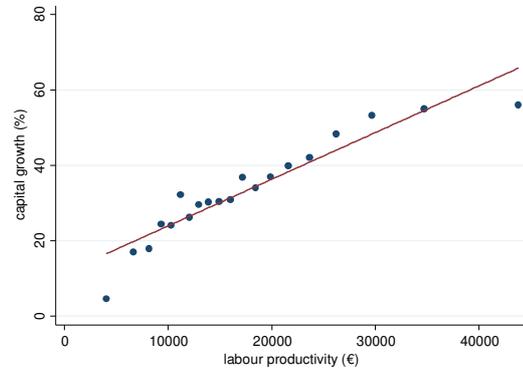
It is also important to analyse if there is a positive relationship between growth rates of capital and labour and the productivity of firms, which would suggest improvements in the allocation of resources. Figures 5 and 6 show a positive connection between the indicators for laggard firms. Again, the relationship is not clear when frontier firms are included¹³. This relationship is influenced by changes in how efficiently resources are allocated across sectors, and across firms within each sector, as well as firm dynamics.

Figure 5. Binscatter of labour growth and productivity (laggard firms)



Source: authors calculations using IES
 Note: top and bottom 5% values of labour growth were considered outliers and removed from this analysis.

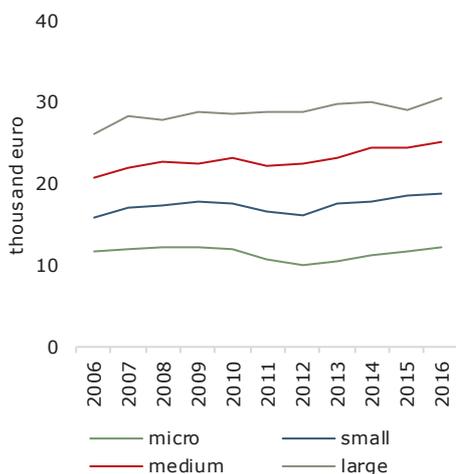
Figure 6. Binscatter of capital growth and productivity (laggard firms)



Source: authors calculations using IES
 Note: top and bottom 5% values of capital growth were considered outliers and removed from this analysis.

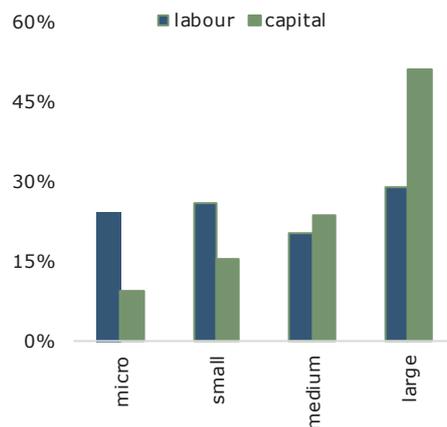
To further understand how resources are distributed across firms, it is important to look at the differences across sizes and sectors. With respect to size (figure 7), results show that productivity increases with the size of the firm, with large firms being 2.5 times more productive than micro firms. This effect can be partially explained by the presence of economies of scale. The evidence indicates that a significant share of resources is allocated to micro and small firms (50% of labour and 25% of capital), which are on average less productive than larger firms (figure 8).

Figure 7. Evolution of average labour productivity for the different sizes



Source: authors calculations using IES

Figure 8. Allocation of labour and capital across firm sizes



Source: authors calculations using IES

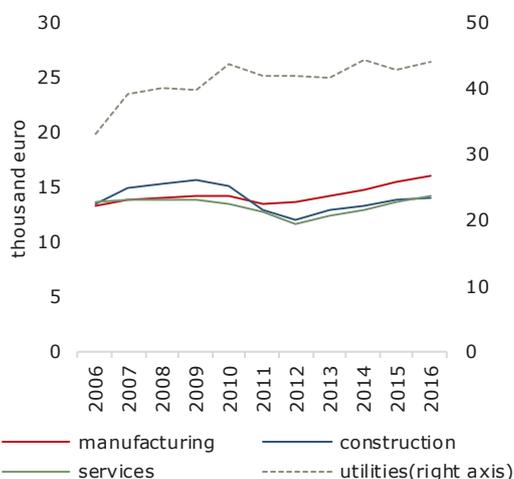
There is also heterogeneity in productivity levels across economic sectors (figure 9). For instance, the productivity of the utilities sector is 2.9 times higher than the productivity of the manufacturing sector¹⁴. Differences in productivity dynamics are also evident and important. For instance, while the manufacturing and utility sectors, observed a positive trend over the period 2006-2016, with relative small declines during 2010-2012, construction and services

¹³Results for all firms, i.e. both laggard and frontier firms, are available in annex 3, figures A.3.6. and A.3.7. Results for frontier firms are available in annex 3, figures A.3.8. and A.3.9, which show there is no positive relationship between the indicators.

¹⁴ A possible explanation for its large productivity is the very high capital intensity of the utilities sector.

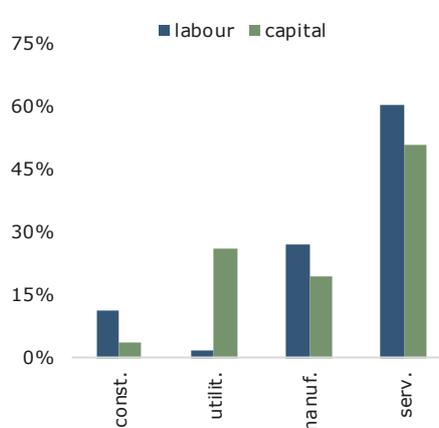
suffered significant reductions between 2008 and 2012. A closer look into resource allocation reveals an uneven allocation of both capital and labour across sectors (figure 10). A large share of labour and capital is concentrated in services (60% and 51% respectively), which is the sector that displays the lowest levels of productivity.

Figure 9. Evolution of average labour productivity for sectors



Source: authors calculations using IES

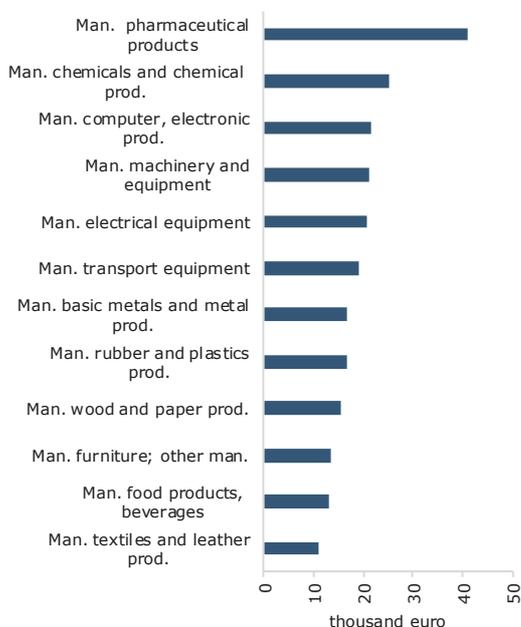
Figure 10. Allocation of labour and capital across sectors



Source: authors calculations using IES

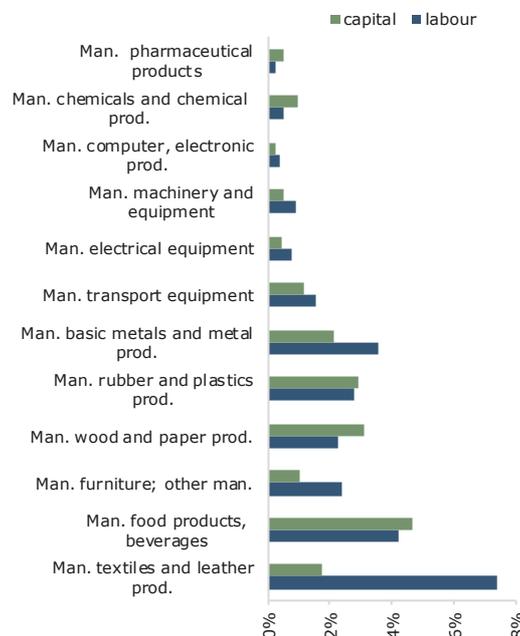
As shown in figures 11 and 13, differences in productivity across industries are large, warranting a deeper look at the allocation of resources at more disaggregated level. In manufacturing, industries with the lowest productivity levels - manufacture of textile, leather, food, furniture products, and beverages - attract more than half of all workers in the sector.

Figure 11. Average labour productivity in manufacturing sectors (2006-2016)



Source: authors calculations using IES

Figure 12. Allocation of resources across sectors - Manufacturing (2010-2016)

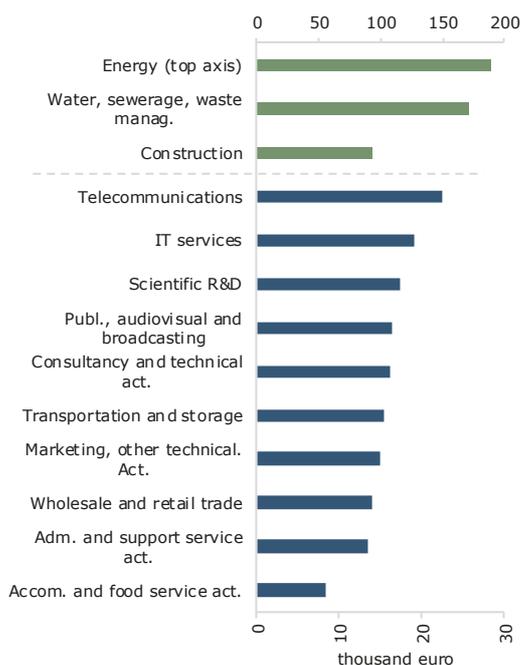


Source: authors calculations using IES

Note: industries are sorted by descending order of productivity both in figure 15 and figure 16.

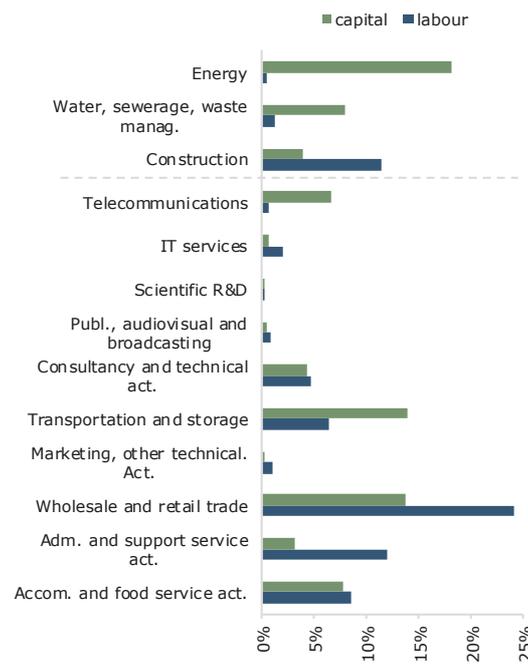
The evidence for capital is less clear; nonetheless, more than half of the sector's capital stock is allocated to the four least productive industries (figure 12). Although there is some evidence that resources could be allocated more efficiently, any policy recommendation should take into consideration their tradable character and export potential.

Figure 13. Average labour productivity services, utilities and construction (2006-2016)



Source: authors calculations using IES

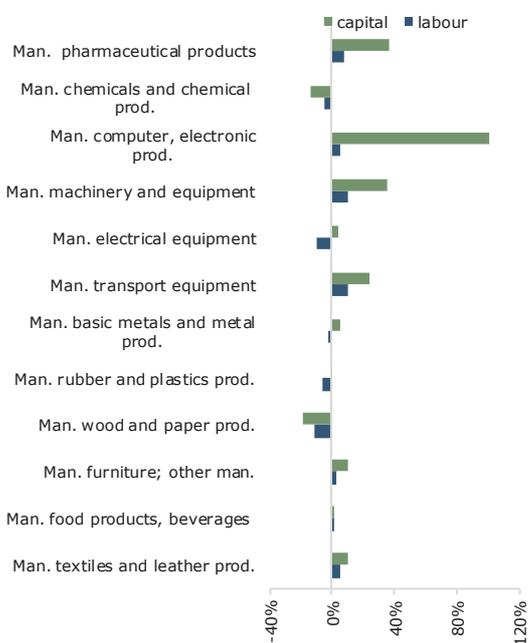
Figure 14. Allocation of resources across sectors - services, utilities and construction (2010-2016)



Source: authors calculations using IES

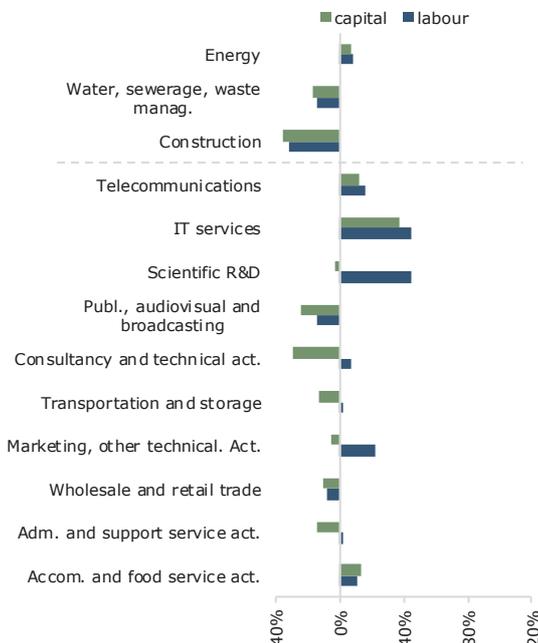
A similar exercise was performed for the industries in the services sector (figure 14), arriving at similar results, with 74% of the workers and 48% of the capital allocated to the three industries with the lowest average productivity - Accommodation and food services, Administrative and Support activities, Wholesale and retail trade.

Figure 15. Capital and labour growth rates - manufacturing (2011-2016)



Source: authors calculations using IES

Figure 16. Capital and labour growth rates - services, utilities and construction (2011-2016)



Source: authors calculations using IES

Note: industries are sorted by descending order of productivity both in figure 15 and figure 16.

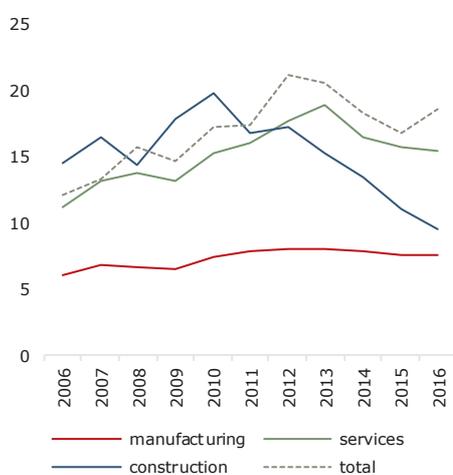
It is also important to understand if this pattern of allocation has been stable, or if it has changed through the years. Figure 15 shows that for manufacturing, capital increased more in the industries with a strong technological component, while the increases in employment were small. Whereas in the services sectors (figure 16), high levels of capital and labour growth were observed in Telecommunications, IT services, and Accommodation and food services industries, and negative growth rates were observed for the non-tradable sectors -

Construction, Retail and Wholesale trade and Water and Sewerage. However, the analysis of capital and employment flows should be done with caution, due to the small period under consideration (2010-2016)¹⁵, not allowing for a distinction between cyclical and structural developments, and due to strong financial restrictions present in the period.

This picture of resource distribution across manufacturing and services' industries suggests there are potential improvements on aggregate productivity that can take place through an increase in resources allocated to the more productive sectors or reduction to those allocated to the less productive. However, to have a more complete picture on resource allocation, it is important to look at how capital and labour are distributed across firms inside each sector.

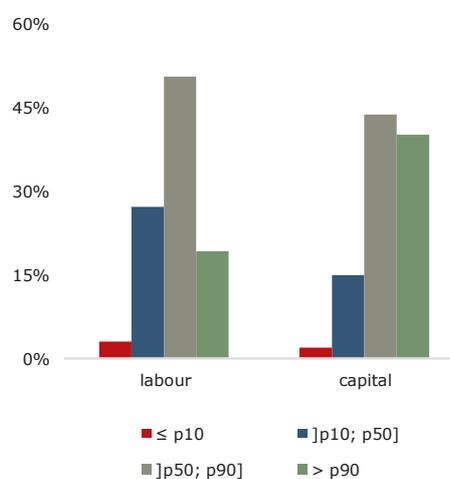
In fact, as common in the literature, the results (figure 17) show high heterogeneity in terms of productivity levels across firms within a sector. Therefore, improvements to aggregate productivity can be accomplished by increasing the resources allocated to the best performing firms in each sector, and through a reduction of those allocated to worst performers.

Figure 17. 90/10 productivity ratio for selected sectors (2006-2016)¹⁶



Source: authors calculations using IES

Figure 18. Within-industry allocation of resources across firms by performance¹⁷ (2010-2016)¹⁸



Source: authors calculations using IES

Nonetheless, figure 18 shows that a large share of resources is being allocated to the most productive firms inside each sector¹⁹. For instance, firms above the median (i.e. the top 50% more productive firms in each sector) are able to attract 69% of workers and 83% of capital, while the top 10% concentrates 19% of the workforce and 40% of the capital stock²⁰. In the period from 2010 to 2016, there were some changes to the distribution of resources, with top performing firms increasing their share of labour and capital by 2 p.p. and 5 p.p., respectively.

¹⁵ The methodology used to compute fixed assets change in 2010. For this reason the sample used in this analysis corresponds to the period 2010-2016.

¹⁶ Ratio 90/10 is computed as the ratio between the 90th percentile and the 10th percentile of productivity.

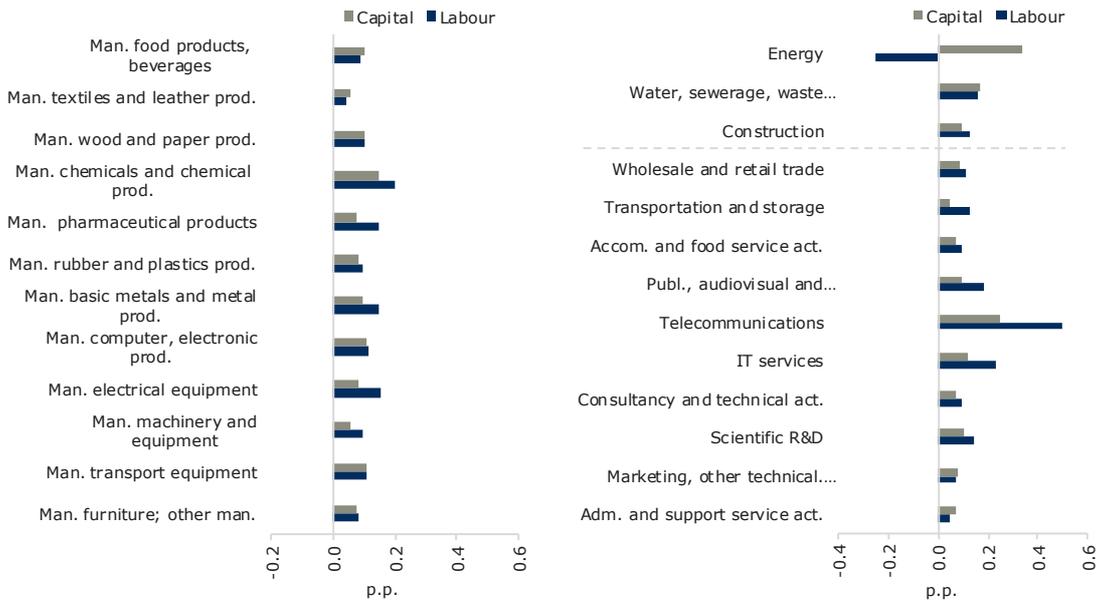
¹⁷ <p10: includes firms with labour productivity (LP) below 10th percentile (worst performers); >90: includes firms with LP above 90th percentile (best performers);]p10;p50] includes firms with LP below median excluding worst perf.; and]p50;p90] includes firms with LP above median excl. best perf. The results correspond to an average of the values obtained for the 59 industries (2-digit disaggregation).

¹⁸ The results correspond to an average of the values obtained for the 59 industries (2-digit disaggregation).

¹⁹ Information for the manufacturing and services sector can be found in annex 3 – figures A.3.10 and A.3.11.

²⁰ Nonetheless, there is some heterogeneity in the allocation of resources in terms of industries (Annex 3, table A.3.5). Capital allocated to the 10% most productive firms ranges from 1.8% in the Remediation activities, to almost 100% in Telecommunications. As for labour, the share allocated to the most productive firms ranges from 0.5% in Air transport services to 64% in Telecommunications.

Figure 19. Covariance between labour/capital and labour productivity (2016)

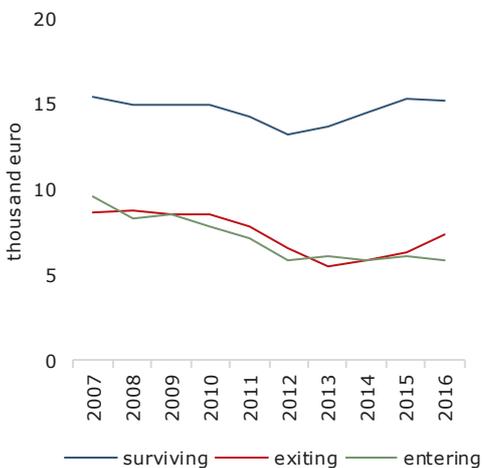


Source: authors calculations using IES

Source: authors calculations using IES

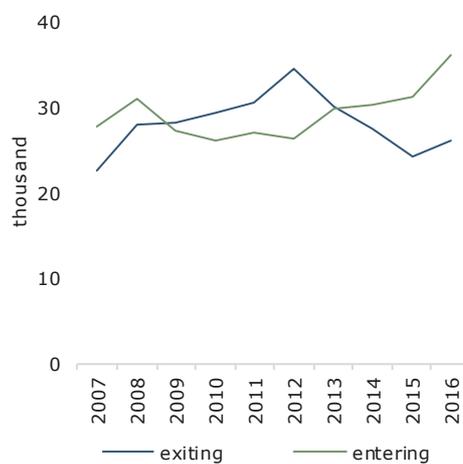
These results were confirmed using a more disaggregated approach, where the distribution of resources in 2016 was compared with a hypothetical scenario where resources are equally distributed across all firms in a given sector, using the covariance between the two indicators (figure 19). The results indicate a positive relationship between the productivity of firms and their share of resources, and that the distribution of resources is more efficient than the equal distribution across firms. The only exception is the energy sector, which displays a negative relationship between labour allocation and productivity.

Figure 20. Productivity of entering and exiting firms



Source: authors calculations using IES

Figure 21. Number of exiting and entering firms



Source: authors calculations using IES

To finish, aggregate productivity can also be influenced by firm dynamics, i.e. the decision of firms to enter or exit the market. Figure 16 shows that, as expected, entering and exiting firms have lower productivity when compared to surviving firms. The differential on productivity among groups, as well as, the large number of firms making the decision to enter or exit the market (figures 20 and 21) suggest that these dynamics should not be disregarded when studying the evolution and drivers of productivity.

In general, the results confirm the high heterogeneity of productivity levels of Portuguese firms. They indicate that a large share of resources, such as labour and capital, are allocated to the industries with the lowest levels of productivity, suggesting that productivity improvements can be accomplished. The results also show a different picture for the

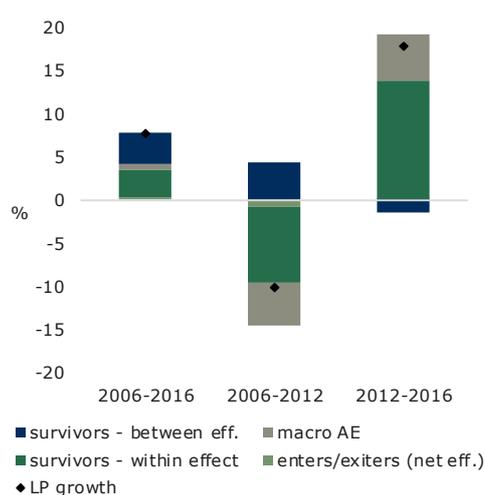
distribution of resources across firms in the same industry, where a large share of resources is allocated to the 50%, and even to the 10% most productive firms. Indeed, top performers have been able to capture a larger share of resources during the 2010-2016 period. Lastly, the large number of firms entering and exiting the market, and the large differential of productivity between these firms and surviving firms indicate that firm dynamics can have a significant impact on productivity growth. Therefore, it is important to understand the role of these effects in productivity dynamics and identify the effects that had a significant impact on growth.

4. Decomposition

In order to understand the role of resource allocation in explaining productivity dynamics, productivity growth was decomposed into four effects²¹, i) the effect of changes to the efficiency in the allocation of resources across industries (macro AE), the effect of changes to the productivity of the individual industries, which includes ii) the effect of firm dynamics²² (enters and exiters net effect), iii) the effect of changes to average productivity of incumbent firms²³ (survivors - within effect); and iv) the effect of changes to the efficiency of resource allocation across incumbent firms (survivors - between effect)²⁴. The analysis was performed for the period 2006-2016, and sub-periods 2006-2012 and 2012-2016.

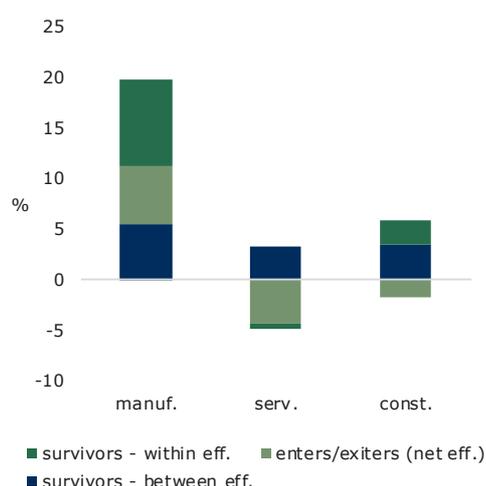
These results indicate that improvements to efficiency on resource allocation between incumbent firms (between-effect), and improvements to the average productivity of individual firms (within-effect) were the main drivers of growth during the period 2006-2016, representing 3.3 p.p. and 3.6 p.p. of productivity growth, respectively (figure 22). The results also show, that efficiency in allocation of resources between industries (macro allocative efficiency or macro AE), and firm dynamics, had positive small effects on growth (figure 22). The decomposition of growth shows important differences between sectors that should be considered (figure 23).

Figure 22. Decomposition of productivity growth using a dynamic approach²⁵



Source: authors calculations using IES

Figure 23. Decomposition of sectoral productivity growth using a dynamic approach²⁶ (2006-2016)



Source: authors calculations using IES

²¹ The details on methodology used for the decomposition are available in Annex 2.

²² The effect from the exiting and entering firms. For example, productivity growth can be achieved if the least productive firms decide to exit the market.

²³ Incumbent firms are those firms that remain in the market in the period under analysis.

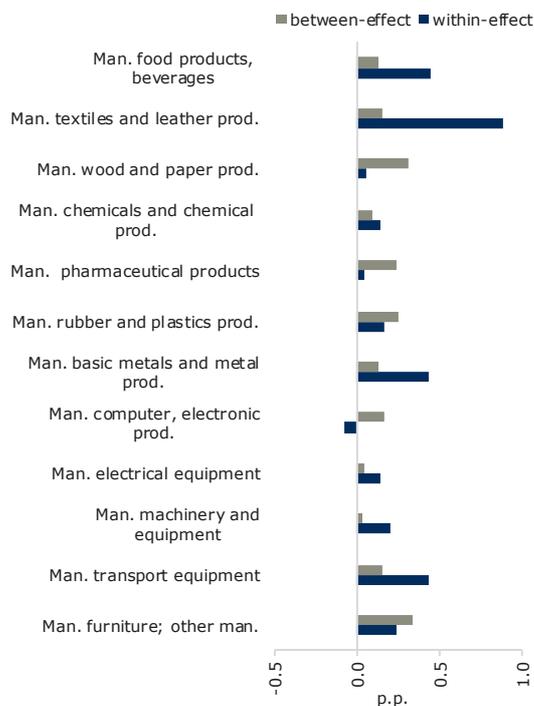
²⁴ Due to the methodology that was used, the decomposition can only evaluate the average efficiency of labour across sectors and across firms. It does not consider the allocative efficiency of capital. This can constitute a limitation of the analysis.

²⁵ The effects were computed using information for 2 digit NACE codes, corresponding to a total of 59 industries. The figure shows the average results for the economy.

²⁶ The effects were computed using information for 2 digit NACE codes, corresponding 22 industries in manufacturing, 29 in services and the remaining in construction and utilities. The figure shows the average results per sector.

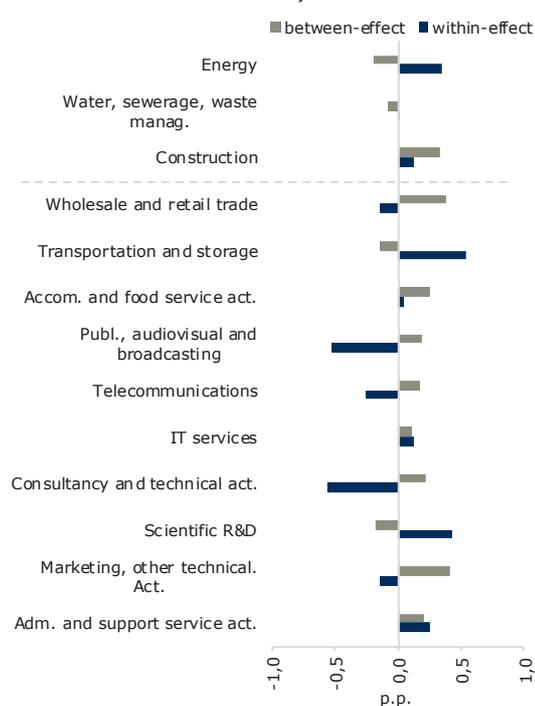
As mentioned previously, the most important effect to explain productivity growth for the period 2006-2016 was the improvement to the efficiency in resource allocation across incumbent firms (between-effect). Figures 24 and 25 give additional details on this effect. They show that these improvements were broad-based across industries when the entire period, or first period are considered, and smaller or even negative when looking at the second period, especially in the services sector²⁷.

Figure 24. Decomposition of productivity growth by industry – between and within effects of surviving firms²⁸ in manufacturing (2006-2016)



Source: authors calculations using IES

Figure 25. Decomposition of productivity growth by industry - between and within effects of surviving firms¹⁰ in construction, services and utilities (2006-2016)



Source: authors calculations using IES

The second most important effect to explain productivity growth was average productivity improvements (within-effect). The results for the sub-periods indicate a broad-based increase in the period 2006-2012, followed by a broad-based decrease in the period 2012-2016²⁹. Considering the effect for the entire period, evidence suggests it was positive for more than 60% of the industries³⁰, reflecting the dominant influence of manufacturing industries (figures 24 and 25). However, these results should be carefully interpreted, as they may be influenced by, among others, the economic cycle and price effects, or they can be related to the numerous structural reforms implemented in the last two decades.

Productivity growth is also influenced, to a lesser extent, by changes to macro allocative efficiency. Macro allocative efficiency corresponds to the covariance between share of labour allocated to a sector and its labour productivity. If positive, the allocation of labour across sectors is more efficient than a baseline scenario, where workers across sectors are evenly distributed. If negative, the allocation is worse than the baseline scenario. The evidence indicates that both in 2006 and 2016, the allocative efficiency was negative, but that an improvement was observed in 2016 relative to the first year (figure 26), with a positive contribution of half of the industries³¹. Telecommunications, Remediation activities and

²⁷ Additional information for the sub-periods is available in Annex 3, figures A.3.12. and A.3.13.

²⁸ The effect was computed using information for 2 digit NACE codes, corresponding to a total of 59 industries, with 22 industries in manufacturing, 29 in services and the remaining in construction and utilities. Figures 24 and 25 show the results aggregated in 25 sectors to allow for a better visualization.

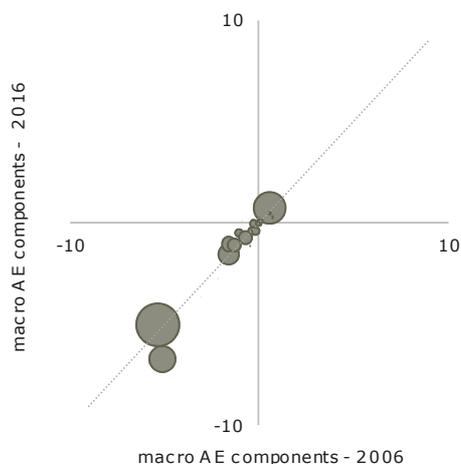
²⁹ Additional information for the sub-periods is available in Annex 3, figures A.3.14. and A.3.15.

³⁰ See table A.3.6. in annex 3

³¹ Additional information for the sub-periods is available in Annex 3, figures A.3.16. and A.3.17.

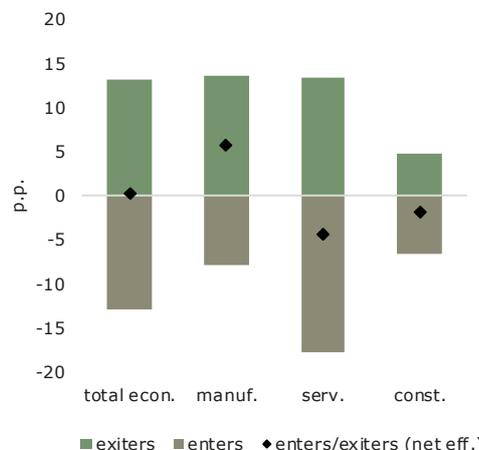
Manufacture of wearing apparel were the industries that contributed the most for the improvement in allocative efficiency.

Figure 26. Decomposition of productivity growth - AE components³² (2006-2016)



Source: authors calculations using IES

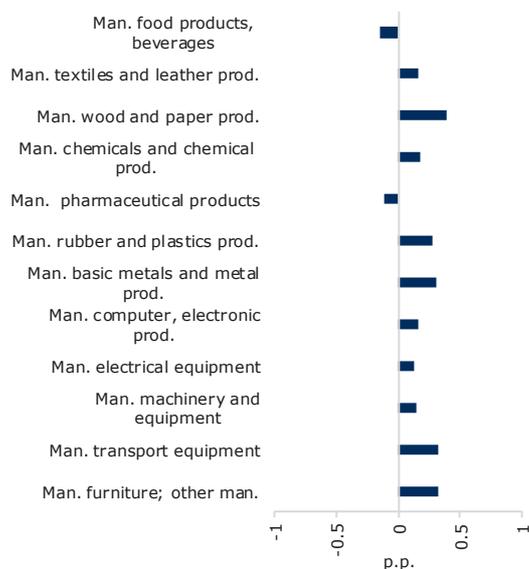
Figure 27. Contribution of exiting and entering firms to productivity growth³³ (2006-2016)



Source: authors calculations using IES

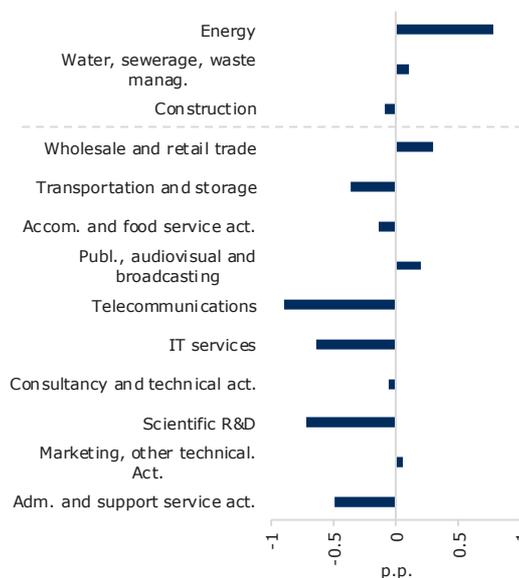
Firm dynamics, i.e. firm entry and exit, had a marginal effect on productivity growth at the aggregate level (figure 27). Looking at the firm dynamics effects separately, it is possible to observe that firms that exit the market were, on average, less productive than those that remained in activity. As such, their effect to productivity growth was positive. However, new firms were also less productive than incumbents during their first year in activity. For this reason, these firms had a negative effect on productivity growth in the first year. Therefore, the analysis does not consider future effects that can become positive as these firms reach their optimal size.

Figure 28. Decomposition of productivity growth by industry - net effect of enters and exitters in manufacturing (2006-2016)



Source: authors calculations using IES

Figure 29. Decomposition of productivity growth by industry - net effect of enters and exitters in services, construction and utilities (2006-2016)



Source: authors calculations using IES

³² The figure compares the components of macro allocative by industry from two years. The 45 degree line was introduced to facilitate the interpretation: industries located above the 45° line have improved their contribution to the macro allocative efficiency indicator; whereas industries below that line have worsen their contribution. The calculations use 2 digit NACE codes. Industry's dimension is measure by its labour share.

³³ The figure shows the effect of enters and exitters on the growth of total aggregate LP decomposed by comparing the labour productivity of enters or exitters with the productivity of surviving firms. The effect was computed using information for 2 digit NACE codes, corresponding to a total of 59 industries, with 22 industries in manufacturing, 29 in services and the remaining in construction and utilities.

Despite the insignificant role of firm dynamics to explain aggregate growth, evidence shows the effect was relevant at a more disaggregated level. For instance, figure 28 shows it was positive and significant for the manufacturing industries, with the exception of Manufacture of food products and beverages and Manufacture of pharmaceutical products. As for services, figure 29 shows that the effect was negative for most industries, and large for Telecommunications, Scientific R&D, IT services and Administration and Support services activities. The largest positive effect was obtained by the Energy sector.

Overall, the results show how the different effects influence productivity growth. Moreover, they also show they may differ across industries, calling for a policy design that takes into account the specificities of each sector.

Conclusions

In this analysis, the results show large differences in productivity levels across firms, sectors and sizes. This heterogeneity implies that potential improvements in aggregate productivity are possible through a more efficient allocation of resources across firms. Research has shown that resources are often misallocated, due to frictions in the market, such as, financial frictions, regulatory framework in the labour and product markets, insolvency regimes specifications, size-dependent regulations, among others.

This is quite relevant for the case of Portugal. As the country implemented a very comprehensive set of structural reforms in these areas, changes to the allocation of resource are expected. Moreover, due to persistent differences in labour productivity relative to its euro area peers, additional reforms may be needed to ensure convergence. Therefore, a deeper understanding on resource allocation is important. This paper contributes to the literature by giving a picture of the current pattern of resource allocation and by identifying possible drivers of productivity growth, which can help policy design and serve as a starting point for further research.

The results indicate that, for laggard firms, the relationship between the productivity of a firm and its share of capital and labour, as well as their growth, is positive, i.e. the higher the productivity of a firm, the higher is the share of resources allocated to it, and the higher its labour and capital growth. However, evidence for frontier firms is not conclusive, which can be an interesting topic for future research.

An efficient allocation of resources is influenced by the distribution of resources across sectors in the economy. Due to the high heterogeneity in productivity levels of the different sectors, if resources become more concentrated in those sectors with higher productivity, aggregate productivity is expected to increase. Allocative efficiency is also influenced by how resources are distributed across firms inside each sector. Firms operating in the same sector show very different levels of productivity. Therefore, if resources become more concentrated in those firms that exhibit higher levels of productivity, aggregated productivity is expected to rise as well.

The results show that, in Portugal, both capital and labour are, on average, more concentrated in the most productive firms inside each sector. Moreover, the results for the allocation of resources inside each industry indicate the current distribution of resources is more efficient than an equal distribution, i.e. firms that have above average productivity concentrate more resources than the least productive units do.

Evidence for the allocation of resources across sectors shows a different picture, where labour is actually more concentrated in the industries with the lowest levels of productivity, both in manufacturing and services. Additionally, the results suggests that the current distribution of labour is less efficient than an equal distribution across sectors, i.e. higher shares of labour are allocated to industries with below average productivity, than they are to the most productive ones. Evidence for capital is not as straightforward.

One possible interpretation of these findings is that the current distribution of resources across industries is not efficient, with a potential negative impact on productivity. In theory, improvements would be possible by increasing the concentration of resources to the most productive industries, and reducing their share in the least productive. However, reallocating existing resources across sectors may not be possible, as skills and capital requirements are likely to be different across sectors, and may be associated with large losses, which can undo the potential gains from a better allocation. Further research on this area would be useful. Moreover, there is also evidence that a more efficient allocation of resources across firms inside each sector is possible, with a potential positive impact on productivity.

In order to understand the role of resource allocation in explaining productivity dynamics, productivity growth was decomposed into four effects – the effect of changes to the efficiency of resource allocation across incumbent firms, the effect of changes to average productivity of incumbent firms, the effect of changes to the efficiency in the allocation of resources across industries, and the effect of firm dynamics. The results suggest that most of the increase in productivity for the period 2006-2016 is explained by improvements to the first two effects, while the last two were found to have a residual role. A more disaggregated approach reveals some important differences in the drivers of growth across sectors, suggesting that a policy design should take into account these differences.

Therefore, resource allocation not only had a relevant role in recent productivity dynamics at the aggregate level, explaining more than half of the growth between 2006 and 2016, evidence shows this effect was positive for 52 out of the 59 industries considered, suggesting a broad-based improvement in this type of allocative efficiency.

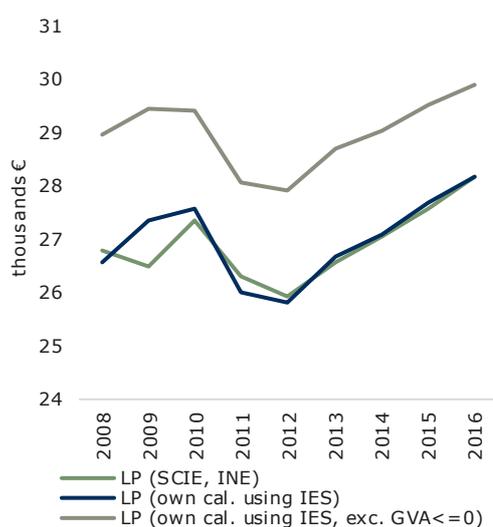
This paper gives important information on the distribution of resources across firms and sectors, identifying the areas in which misallocation is more severe, and evaluates the contribution to productivity growth of a more efficient allocation of resources, while working as a starting point to a deeper analysis. The paper also identifies the most important frictions to an efficient allocation of resources described in the literature. However, further research on this area using data for Portuguese firms would be important. Namely, studying the impact of the very comprehensive set of structural reforms implemented in Portugal in the last decades, and identifying the most important frictions behind the current misallocation of resources would be important to design or adjust public policies, aimed at promoting a better allocation of resources, especially across sectors, and achieving convergence to euro zone productivity levels.

Annex 1 – Methodology

This study uses information from the IES dataset (*Informação Empresarial Simplificada*), which contains balance sheet data from Portuguese firms from 2006 to 2016. The analysis focuses on the dynamics of non-financial corporations (S11). To perform it, standard data cleaning processes were required, such as, the exclusion of negative/null/missing values of total assets, turnover, number of employees, ESS (external supplies and services), and GVA. It was assumed that firms reporting zero employees had one person working in the firm (the owner).

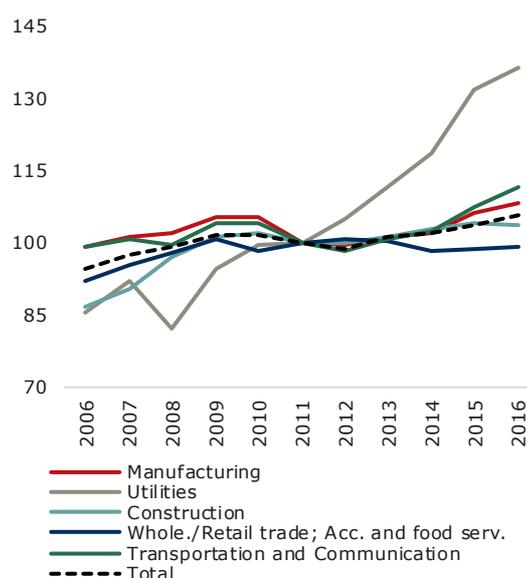
Using these restrictions, two simple measures of labour productivity were computed, where labour productivity is defined as the ratio of total GVA over total employment. The first measure does not exclude firms with non-positive values of GVA, whilst the second only includes firms with positive values for GVA. To understand the impact of the imposed restrictions, a comparison between these simple productivity measures with the ones published by INE regarding SCIE (database that incorporates information from IES) was performed. Figure A.1.1 shows the evolution of the three series, indicating some differences in the level of productivity of the second measure of productivity relative to the other two. Moreover, removing observations with negative or null values of GVA does not affect the dynamics of labour productivity

Figure A.1.1. Evolution of aggregate Labour productivity



Source: INE, authors calculations using IES

Figure A.1.2. GVA deflator by industry (2011=100)



Source: INE

The dataset only includes information on non-financial corporations. Therefore, a representativeness issue can occur for those economic sectors where other institutional units (such as financial corporations, households and government) play a relevant role in the production process. Using information on the number of workers and GVA per industry, the aggregated results from the database were compared to the values recorded in National Accounts. Some industries showed significant differences on one or both indicators and were excluded from the analysis.

The following industries were removed from the analysis: Agriculture (A), Financial and insurance activities (K), Real estate activities (L), Public Administration and defence, Compulsory social security (O), Education (P), Human health and social work activities (Q), Arts, entertainment and recreation (R), Other services (S), Activities of households as employers, undifferentiated goods and services-producing activities of households for own use (T), and Activities of extraterritorial organizations and bodies (U). Moreover, the following industries were also excluded due to the presence of outliers: Mining and quarrying, Manufacture of tobacco and Manufacture of coke and refined petroleum products.

One of the limitations of the IES database is the absence of the required information to compute real measures of GVA. For this reason, nominal GVA was used instead. This limitation is common to other analyses that use firm-level data, and it should be taken into account when interpreting the results. Figure A1.2. shows that, for most of the industries (excluding the utilities sector), the growth in prices was small for the period under analysis (2006-2016).

For this study, a more complex measure of aggregate productivity was computed using firm-level data which is more in line with standard literature on reallocation (see for instance Melitz and Polanec, 2012, European Commission, 2018, Banco de Portugal, 2016 and European Commission, 2013). Aggregate productivity was computed using a geometric weighted average of firm-level labour productivity, i.e. the ratio of nominal GVA over employment of a firm. Moreover, following the methodology used by Dias and Marques (2018), shares of log employment were used as weights to attenuate the impact of outliers. This implies that the results are not directly comparable to those published by INE.

Firm-level labour productivity (LP^i) is defined as the ratio of nominal GVA (GVA^i) over employment ($employment^i$) of a firm.

$$LP^i = \frac{GVA^i}{employment^i}$$

At the sectoral level, labour productivity of firms is aggregated (LP^s), using as weights the logarithm of the share of employment (θ^i).

$$\theta^i = \frac{employment^i}{employment \text{ in sector } s}; LP^s = \sum_{i=1}^N \theta^i LP^i$$

At the macro level, aggregated productivity (LP) is computed in a similar way, using LP (LP^s) and log employment share (θ^s) at the sector level.

$$\theta^s = \frac{employment \text{ in sector } s}{total \text{ employment}}; LP = \sum_{s=1}^N \theta^s LP^s$$

Annex 2 – Decomposition

Understanding the effects that are driving productivity growth is important to policy design. In this analysis productivity growth was decomposed into four effects: i) The effect of changes to the efficiency in the allocation of resources across industries - macro Allocative Efficiency; and the effect of changes to the productivity of individual industries, that can be further divided into: ii) the effect of firm dynamics (enters and exiters net effect), iii) the effect of changes to average productivity of incumbent firms (survivors - within effect); iv) the effect of changes to the efficiency of resource allocation across incumbent firms (survivors – between effect).

The decomposition involves three stages. In the first stage, aggregate productivity growth at the industry level is decomposed into three effects: enters and exiters net effect, within effect of survivors and between effect of survivors. In the second stage, aggregate productivity growth at macro level is decomposed using industry level information, into macro allocative effect and average aggregate productivity growth at the industry level. In stage three the results from the two first stages are merged.

1. Decomposition of productivity growth at the industry level using a dynamic approach

The decomposition of productivity growth at the industry level uses the approach developed by Melitz and Polanec (2012), a “dynamic Olley-Pakes decomposition” with three groups of firms considered: exiters, enters and survivors³⁴. The dynamic decomposition is different from the simple Olley-Pakes decomposition (Olley and Pakes, 1996), in the sense, that allows the effect of exiters and enters in the decomposition of sectoral productivity. To accomplish this extension only changes to labour productivity (i.e. productivity growth) are considered.

In this analysis, labour productivity growth is computed as the difference of the logarithms of aggregate productivity. Moreover, the logarithm of aggregate labour productivity at the industry level (Φ_{st}) is estimated as a weighted average of firm-level productivity (φ_{it}) using labour share (θ_t) as weights.

$$\log \text{Labour productivity} = \sum_{i=1}^N \theta_{it} \varphi_{it}$$

For the first period (equation a), log labour productivity is decomposed into the effect of surviving firms (Φ_{It}) and the effect of firms that exited the market between t and t+1 ($\theta_{Xt1}[\Phi_{Xt1} - \Phi_{Ct1}]$). The last term measures the effect of exiters by computing the difference between exiters’ productivity with the one from survivors, weighted by exiters’ labour share.

$$\Phi_t = \Phi_{It} + \theta_{Xt1}[\Phi_{Xt1} - \Phi_{Ct1}] \quad (a)$$

Furthermore, labour productivity of survivors can be decomposed as in the standard Olley-Pakes decomposition in two terms, the unweighted average of firm’s productivity term, $\bar{\Phi}_t$, and the sectoral allocative efficiency term (corresponding to covariace between firm’s productivity and its labour share).

$$\Phi_{It} = \bar{\Phi}_t + cov_{IC}$$

In the second period (equation b), log labour productivity is decomposed into the effect of surviving firms (Φ_{It+1}) and the effect of firms that entered the market between t and t+1. The last term measures the effect of enters by computing the difference between survivors’ productivity with the productivity from enters, weighted by enters’ labour share. Labour productivity of survivors can also be decomposed as in the standard Olley-Pakes decomposition in two terms as in the first period.

³⁴ In this note, exiters (X) are firms in the market in the first year of the period under consideration and were not in the last year of such period. On the other hand, enters (E) are firms which were in the market in the last year of the period under analysis but not in the first year of the period. Survivors (I) are firms in the market in both years.

$$\Phi_{t+1} = \Phi_{It+1} + \theta_{Et2}[\Phi_{Et2} - \Phi_{Ct2}] \quad (b)$$

To summarize, in this analysis, changes in productivity for sector S are measured as a sum:

- Changes to the unweighted average productivity of survivors. This terms measures the effect of changes to average productivity of incumbent firms (survivors - within effect)
- Changes to the covariance term of surviving firms. This terms measures the effect of changes to the efficiency of resource allocation across incumbent firms (survivors - between effect).
- Two terms that measure the effect of the firms that entered or exited the market in the period under analysis. These terms measure the effect of firm dynamics (enters and exiters net effect)

$$\begin{aligned} \Delta\Phi_S &= (\Phi_{It+1} - \Phi_{It}) + \theta_{Et+1}[\Phi_{Et+1} - \Phi_{It+1}] + \theta_{Xt}[\Phi_{It} - \Phi_{Xt}] \\ \Delta\Phi_S &= \Delta\bar{\Phi}_I + \Delta COV_I + \theta_{Et+1}[\Phi_{Et+1} - \Phi_{It+1}] + \theta_{Xt}[\Phi_{It} - \Phi_{Xt}] \quad (c) \end{aligned}$$

2. Decomposition of aggregate productivity at the macro level

In the second stage, aggregate productivity growth at macro level is decomposed using industry level information. These computations are based on the work of Olley and Pakes (1996), European Commission (2018), Banco de Portugal (2016) and European Commission (2013). The last two papers apply a sector-level variant of the productivity decomposition.

In this analysis, log labour productivity at the macro level is decomposed in two terms. The first term measures improvements in industry labour productivity ($\bar{\Phi}_{st}$), and the second term measures the covariance between industry efficiency and the allocation of labour (AE), i.e. measures how efficient resources are allocated across industries, and if they are going to the most productive sectors in the economy (macro allocative efficiency).

$$\varphi_t = \sum_{S=1}^N \theta_{st} \Phi_{st} = \frac{1}{S} \sum_{S=1}^N \Phi_{st} + \sum_{S=1}^N (\theta_{st} - \bar{\theta}_t)(\Phi_{st} - \bar{\Phi}_t) = \bar{\Phi}_{st} + AE_t \quad (e)$$

3. Decomposition of aggregated productivity growth (dynamic approach)

In the third step, aggregate labour productivity growth at the macro level is decomposed in more detail using the information from the previous steps. This more complex decomposition, can be accomplished by departing from the decomposition at the macro level described in point 2.

$$\begin{aligned} \Delta\varphi_t &= \sum_{S=1}^N \theta_{st2} \Phi_{st2} - \sum_{S=1}^N \theta_{st1} \Phi_{st1} \\ &= \frac{1}{S} \sum_{S=1}^N \Phi_{st2} - \frac{1}{S} \sum_{S=1}^N \Phi_{st1} + \sum_{S=1}^N (\theta_{st2} - \bar{\theta}_{t2})(\Phi_{st2} - \bar{\Phi}_{t2}) - \sum_{S=1}^N (\theta_{st1} - \bar{\theta}_{t1})(\Phi_{st1} - \bar{\Phi}_{t1}) \\ \Delta\varphi_t &= \Delta\bar{\Phi}_S + \Delta AE \quad (f^{35}) \end{aligned}$$

The decomposition of productivity growth at the macro level is represented in equation f. It includes a first term which refers to the unweighted average of labour productivity growth at the industry level, and a second term which includes changes to allocative efficiency across sectors. As seen in point 1, the productivity growth at the sector level can be computed using firm-level information. If productivity growth is computed for all the industries in the economy (as in point 1), the results could be incorporated in the first term of equation f. Moreover, point 1 also shows it is possible to decompose productivity growth at the sector level in three components or effects.

By incorporating this information in equation f, it is possible to decompose aggregate productivity growth at the macro level in four effects. The first term measures the effect of

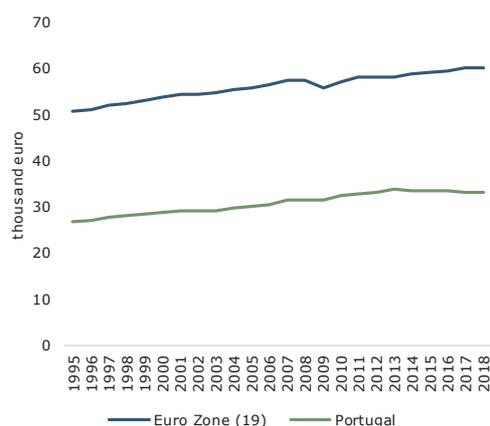
³⁵ Decomposition of aggregate productivity at the macro level applied to labour productivity growth.

changes to the sectoral unweighted productivity of surviving firms (measure if firms are increasing their own LP); the second term measures changes to sectoral allocative efficiency (measures how efficient resources are being allocated in a given economic sector); the third term measures the effect of enters; the third effect measures the effect of exiters and the last term measures changes to macro allocative efficiency (i.e. measures how efficiently resources are allocated across industries).

$$\begin{aligned}\Delta\varphi_t &= \frac{1}{S} \sum_{S=1}^N (\Delta\bar{\Phi}_C + \Delta cov_C + \theta_{Et2}[\Phi_{Et2} - \Phi_{Ct2}] + \theta_{Xt1}[\Phi_{Ct1} - \Phi_{Xt1}]) + \Delta AE & (g) \\ &= \frac{1}{S} \sum_{S=1}^N \Delta\bar{\Phi}_C + \frac{1}{S} \sum_{S=1}^N \Delta cov_C + \frac{1}{S} \sum_{S=1}^N \theta_{Et2}[\Phi_{Et2} - \Phi_{Ct2}] + \frac{1}{S} \sum_{S=1}^N \theta_{Xt1}[\Phi_{Ct1} - \Phi_{Xt1}] + \Delta AE\end{aligned}$$

Annex 3 – Additional results

Figure A.3.1. Labour productivity evolution



Source: authors calculations using Eurostat.

Table A.3.1. Regression results from the Binscatter of labour share and labour productivity represented in figure 3 (includes laggard firms)

Source	SS	df	MS	Number of obs	=	334,780
Model	.007235689	1	.007235689	F(1, 334778)	=	512.59
Residual	4.72568508	334,778	.000014116	Prob > F	=	0.0000
				R-squared	=	0.0015
				Adj R-squared	=	0.0015
				Root MSE	=	.00376
Total	4.73292077	334,779	.000014137			

share_L_av-e	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]
LP_average	1.43e-08	6.32e-10	22.64	0.000	1.31e-08 1.55e-08
_cons	.0001542	.0000109	14.19	0.000	.0001329 .0001754

Source: authors calculations using IES

Table A.3.2. Regression results from the Binscatter of capital share and labour productivity represented in figure 4 (includes laggard firms)

Source	SS	df	MS	Number of obs	=	291,155
Model	.010377154	1	.010377154	F(1, 291153)	=	1606.42
Residual	1.88079037	291,153	6.4598e-06	Prob > F	=	0.0000
				R-squared	=	0.0055
				Adj R-squared	=	0.0055
				Root MSE	=	.00254
Total	1.89116752	291,154	6.4954e-06			

share_K_av-e	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]
LP_average	1.84e-08	4.59e-10	40.08	0.000	1.75e-08 1.93e-08
_cons	-.0000882	8.18e-06	-10.78	0.000	-.0001042 -.0000721

Source: authors calculations using IES

Table A.3.3. Regression results from the Binscatter of labour growth and labour productivity represented in figure 5 (includes laggard firms)

Source	SS	df	MS	Number of obs	=	113,987
Model	3475646.79	1	3475646.79	F(1, 113985)	=	1944.07
Residual	203784232	113,985	1787.81623	Prob > F	=	0.0000
				R-squared	=	0.0168
				Adj R-squared	=	0.0168
				Root MSE	=	42.283
Total	207259879	113,986	1818.29241			

var_L	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]
LP_average	.0005698	.0000129	44.09	0.000	.0005445 .0005951
_cons	-4.526876	.25105	-18.03	0.000	-5.01893 -4.034822

Source: authors calculations using IES

Table A.3.4. Regression results from the Binscatter of capital growth and labour productivity represented in figure 6 (includes laggard firms)

Source	SS	df	MS	Number of obs	=	96,786
Model	14178486.9	1	14178486.9	F(1, 96784)	=	537.20
Residual	2.5544e+09	96,784	26393.2392	Prob > F	=	0.0000
				R-squared	=	0.0055
				Adj R-squared	=	0.0055
				Root MSE	=	162.46
Total	2.5686e+09	96,785	26539.4612			

var_K	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]
LP_average	.0012381	.0000534	23.18	0.000	.0011334 .0013428
_cons	11.52915	1.081236	10.66	0.000	9.409942 13.64836

Source: authors calculations using IES

Figure A.3.2. Regression results from the Binscatter of labour share and labour productivity (includes laggard and frontier firms)

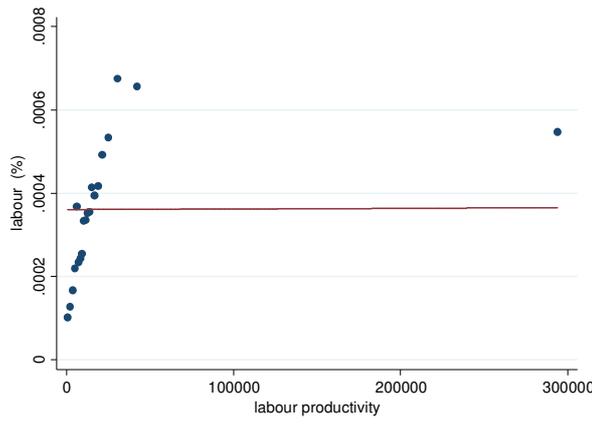
Source	SS	df	MS	Number of obs	=	352,400
Model	8.0762e-06	1	8.0762e-06	F(1, 352398)	=	0.56
Residual	5.10532265	352,398	.000014487	Prob > F	=	0.4553
				R-squared	=	0.0000
				Adj R-squared	=	-0.0000
				Root MSE	=	.00381
Total	5.10533072	352,399	.000014487			

share_L_av-e	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]
LP_average	1.53e-11	2.05e-11	0.75	0.455	-2.49e-11 5.56e-11
_cons	.0003606	6.44e-06	56.02	0.000	.000348 .0003732

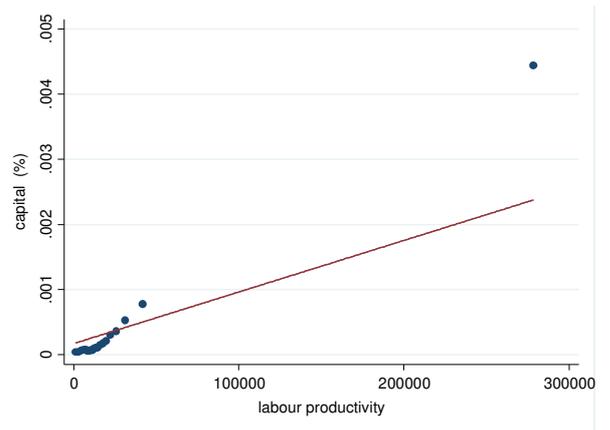
Figure A.3.3. Regression results from the Binscatter of capital share and labour productivity (includes laggard and frontier firms)

Source	SS	df	MS	Number of obs	=	305,447
Model	2.07940659	1	2.07940659	F(1, 305445)	=	7866.99
Residual	80.7353815	305,445	.000264321	Prob > F	=	0.0000
				R-squared	=	0.0251
				Adj R-squared	=	0.0251
				Root MSE	=	.01626
Total	82.814788	305,446	.000271127			

share_K_av-e	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]
LP_average	7.92e-09	8.92e-11	88.70	0.000	7.74e-09 8.09e-09
_cons	.0001714	.0000295	5.81	0.000	.0001135 .0002293



Source: authors calculations using IES



Source: authors calculations using IES

Figure A.3.4. Regression results from the Binscatter of labour share and labour productivity for the top 5% most productive firms

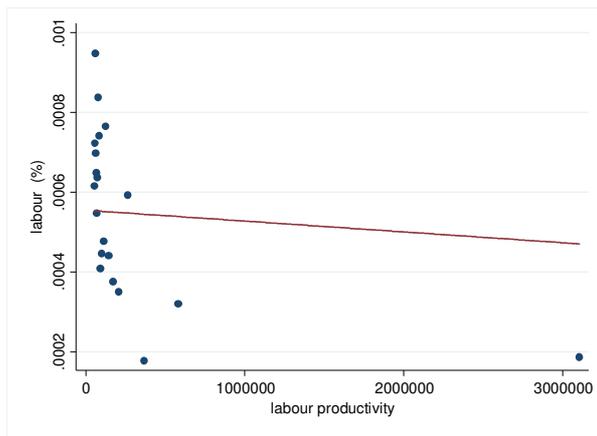
Source	SS	df	MS	Number of obs	=	17,620
Model	.000024326	1	.000024326	F(1, 17618)	=	1.15
Residual	.371746363	17,618	.0000211	Prob > F	=	0.2830
				R-squared	=	0.0001
				Adj R-squared	=	0.0000
				Root MSE	=	.00459
Total	.371770689	17,619	.000021101			

share_L_av-e	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]
LP_average	-2.72e-11	2.53e-11	-1.07	0.283	-7.67e-11 2.24e-11
_cons	.0005547	.0000354	15.67	0.000	.0004853 .0006241

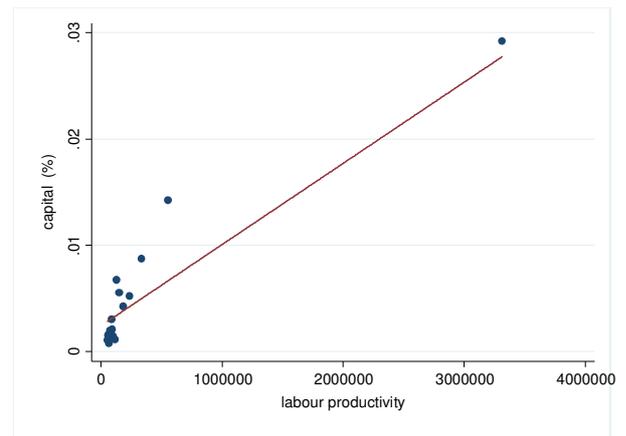
Table A.3.5. Regression results from the Binscatter of capital share and labour productivity for the top 5% most productive firms

Source	SS	df	MS	Number of obs	=	14,292
Model	1.8708451	1	1.8708451	F(1, 14290)	=	339.36
Residual	78.7777037	14,290	.005512785	Prob > F	=	0.0000
				R-squared	=	0.0232
				Adj R-squared	=	0.0231
				Root MSE	=	.07425
Total	80.6485488	14,291	.00564331			

share_K_av-e	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]
LP_average	7.63e-09	4.14e-10	18.42	0.000	6.82e-09 8.45e-09
_cons	.0024298	.0006329	3.84	0.000	.0011893 .0036704



Source: authors calculations using IES



Source: authors calculations using IES

Figure A.3.6. Regression results from the Binscatter of labour growth and labour productivity (includes laggard and frontier firms)

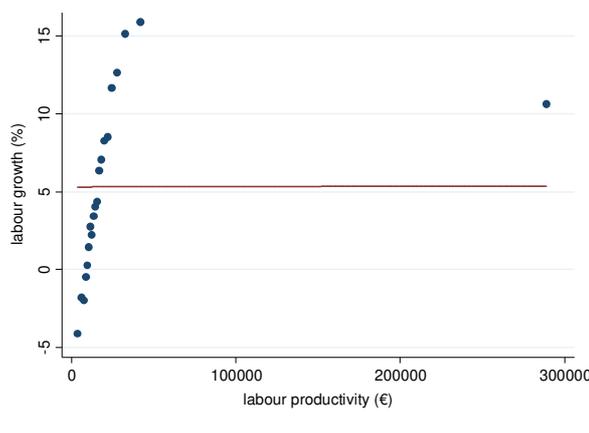
Source	SS	df	MS	Number of obs	=	119,609
Model	461.765577	1	461.765577	F(1, 119607)	=	0.25
Residual	218219010	119,607	1824.46688	Prob > F	=	0.6149
				R-squared	=	0.0000
				Adj R-squared	=	-0.0000
				Root MSE	=	42.714
Total	218219471	119,608	1824.45548			

var_L	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]
LP_average	1.65e-07	3.28e-07	0.50	0.615	-4.78e-07 8.09e-07
_cons	5.306721	.1239063	42.83	0.000	5.063866 5.549575

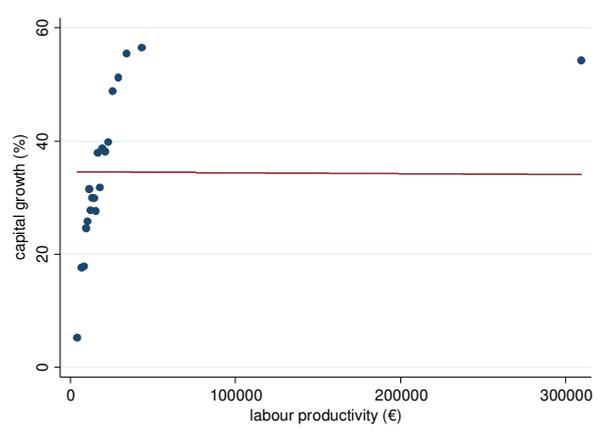
Figure A.3.7. Regression results from the Binscatter of capital growth and labour productivity (includes laggard and frontier firms)

Source	SS	df	MS	Number of obs	=	101,747
Model	55457.5234	1	55457.5234	F(1, 101745)	=	2.06
Residual	2.7342e+09	101,745	26872.7151	Prob > F	=	0.1508
				R-squared	=	0.0000
				Adj R-squared	=	0.0000
				Root MSE	=	163.93
Total	2.7342e+09	101,746	26872.9961			

var_K	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]
LP_average	-1.63e-06	1.14e-06	-1.44	0.151	-3.86e-06 5.95e-07
_cons	34.54748	.5152265	67.05	0.000	33.53764 35.55732



Source: authors calculations using IES



Source: authors calculations using IES

Figure A.3.8. Regression results from the Binscatter of labour growth and labour productivity for the top 5% most productive firms

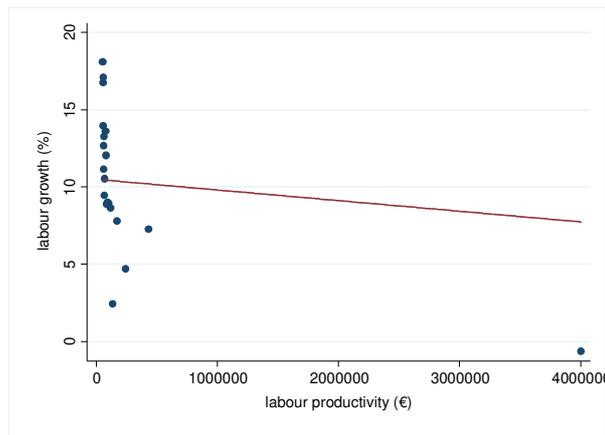
Source	SS	df	MS	Number of obs	=	5,622
Model	7786.20452	1	7786.20452	F(1, 5620)	=	4.05
Residual	10806144.9	5,620	1922.80158	Prob > F	=	0.0442
				R-squared	=	0.0007
				Adj R-squared	=	0.0005
				Root MSE	=	43.85

var_L	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]
LP_average	-6.88e-07	3.42e-07	-2.01	0.044	-1.36e-06 -1.77e-08
_cons	10.48974	.5939681	17.66	0.000	9.325333 11.65415

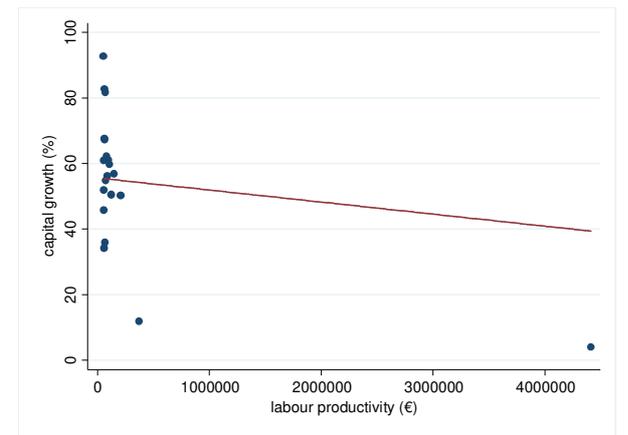
Figure A.3.9. Regression results from the Binscatter of capital growth and labour productivity for the top 5% most productive firms

Source	SS	df	MS	Number of obs	=	4,961
Model	275480.572	1	275480.572	F(1, 4959)	=	8.37
Residual	163250287	4,959	32920.0014	Prob > F	=	0.0038
				R-squared	=	0.0017
				Adj R-squared	=	0.0015
				Root MSE	=	181.44

var_K	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]
LP_average	-3.68e-06	1.27e-06	-2.89	0.004	-6.17e-06 -1.19e-06
_cons	55.59067	2.607128	21.32	0.000	50.47955 60.7018

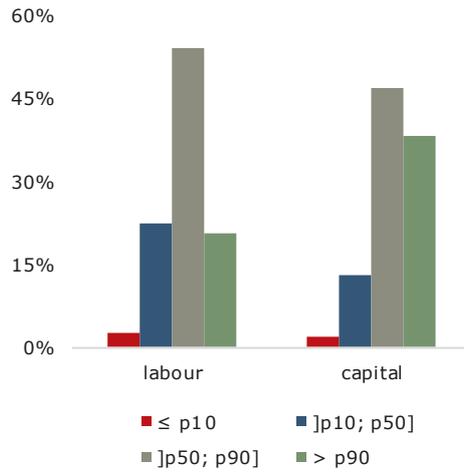


Source: authors calculations using IES



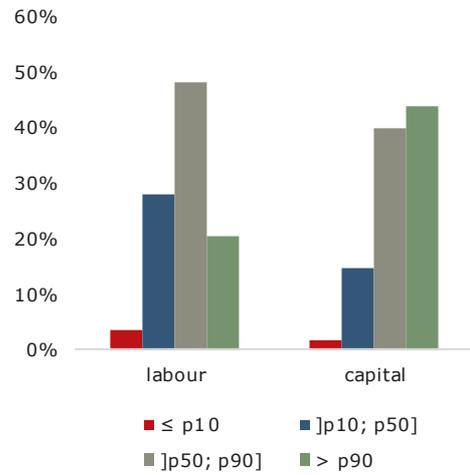
Source: authors calculations using IES

Figure A.3.10. Within-industry allocation of resources across firms by performance³⁶ (average*, 2010-2016) – manufacturing



Source: authors calculations using IES
 *The results correspond to an average of the values obtained for the 59 industries (2-digit disaggregation).

Figure A.3.11. Within-industry allocation of resources across firms by performance³⁷ (average**, 2010-2016) – services



Source: authors calculations using IES
 **The results correspond to an average of the values obtained for the 59 industries (2-digit disaggregation).

³⁶ <p10: includes firms with labour productivity (LP) below 10th percentile (worst performers); >90: includes firms with LP above 90th percentile (best performers);]p10;p50] includes firms with LP below median excluding worst perf.; and]p50;p90] includes firms with LP above median excl. best perf.

³⁷ <p10: includes firms with labour productivity (LP) below 10th percentile (worst performers); >90: includes firms with LP above 90th percentile (best performers);]p10;p50] includes firms with LP below median excluding worst perf.; and]p50;p90] includes firms with LP above median excl. best perf.

Table A.3.5. Within-industry allocation of resources across firms by performance (2006-2016)

ind.	labour					capital				
	≤p10	p10;p50	p50;p90	>p90	>p95	≤p10	p10;p50	p50;p90	>p90	>p95
man. of food prod.	3%	22%	47%	28%	15%	2%	9%	36%	53%	33%
man. of beverages	2%	18%	54%	26%	7%	2%	14%	57%	28%	9%
man. of textiles	3%	25%	57%	15%	6%	4%	17%	57%	22%	11%
man. of wearing apparel	4%	35%	49%	12%	5%	3%	17%	49%	31%	16%
man. of leather and related prod.	4%	31%	53%	12%	4%	3%	17%	56%	24%	12%
man. of wood, prod. wood and cork, exc. furniture	3%	23%	47%	27%	14%	2%	13%	40%	44%	26%
man. of paper and paper prod.	2%	14%	43%	41%	25%	0%	2%	13%	85%	79%
Printing and reproduction of recorded media	2%	21%	51%	26%	15%	0%	8%	45%	46%	32%
man. of chemicals and chemical prod.	2%	16%	59%	23%	11%	1%	5%	39%	55%	37%
man. of basic pharmaceutical prod.and preparations	1%	28%	63%	8%	2%	1%	18%	53%	28%	7%
man. of rubber and plastic prod.	2%	21%	54%	23%	14%	2%	14%	44%	40%	29%
man. of other non-metallic mineral prod.	2%	21%	51%	26%	14%	1%	11%	38%	50%	37%
man. of basic metals	3%	17%	60%	20%	11%	2%	13%	57%	27%	14%
man. of fabricated metal prod., exc. machin. and equip.	3%	23%	53%	20%	8%	3%	13%	49%	36%	18%
man. of computer, electronic and optical prod.	2%	16%	74%	9%	2%	1%	10%	73%	16%	2%
man. of electrical equipment	1%	13%	56%	30%	17%	1%	8%	50%	42%	24%
man. of machinery and equipment n.e.c.	2%	26%	56%	16%	6%	1%	17%	56%	26%	11%
man. of motor vehicles, trailers and semi-trailers	2%	18%	49%	30%	17%	2%	8%	42%	48%	29%
man. of other transport equipment	4%	31%	59%	6%	1%	5%	36%	49%	10%	1%
man. of furniture	3%	26%	53%	18%	6%	2%	14%	51%	32%	11%
Other manu.	3%	29%	49%	19%	11%	3%	17%	46%	34%	23%
Repair and installation of machinery and equipment	2%	21%	57%	19%	7%	1%	8%	30%	61%	50%
Electricity, gas, steam and air conditioning supply	8%	57%	34%	1%	0%	0%	15%	64%	20%	14%
Water collection, treatment and supply	0%	32%	52%	15%	7%	0%	10%	44%	47%	25%
Sewerage	1%	26%	50%	23%	12%	0%	0%	46%	53%	38%
Waste collection, treatment and disposal act.;	2%	31%	59%	9%	3%	1%	6%	66%	28%	8%
Remediation act. and other waste management serv.	5%	62%	31%	2%	0%	1%	74%	23%	2%	0%
Construction of buildings	6%	38%	53%	4%	1%	4%	13%	44%	40%	27%
Civil engineering	6%	25%	59%	11%	2%	4%	21%	53%	22%	12%
Specialised construction act.	4%	27%	47%	21%	11%	3%	15%	45%	37%	24%
Wholesale/retail trade; repair of motor vehicles	4%	25%	50%	20%	9%	3%	14%	49%	35%	21%
Wholesale trade, except of motor vehicles	4%	29%	51%	17%	9%	2%	16%	46%	36%	26%
Retail trade, except of motor vehicles	5%	35%	47%	13%	6%	3%	22%	44%	31%	16%
Land transport and transport via pipelines	3%	17%	57%	23%	9%	1%	5%	40%	53%	42%
Water transport	2%	14%	63%	21%	9%	1%	4%	44%	52%	28%
Air transport	2%	62%	35%	0.5%	0%	1%	52%	43%	4%	1%
Warehousing and support act. for transportation	2%	21%	56%	21%	14%	1%	3%	7%	89%	82%
Postal and courier act.	0%	3%	23%	74%	14%	0%	1%	17%	82%	14%
Accommodation	2%	21%	61%	16%	4%	2%	10%	52%	36%	15%
Food and beverage service act.	4%	25%	55%	16%	8%	3%	20%	45%	32%	20%
Publishing act.	2%	17%	50%	31%	16%	1%	11%	57%	31%	19%
Motion picture, video, television prod., music act.	4%	28%	57%	11%	6%	2%	19%	47%	32%	24%
Programming and broadcasting act.	3%	15%	41%	41%	23%	1%	4%	16%	79%	70%
Telecommunications	1%	5%	11%	84%	64%	0%	0%	0%	100%	83%
Computer program., consultancy and related act.	2%	17%	61%	20%	9%	1%	11%	36%	52%	38%
Information service act.	2%	16%	58%	25%	3%	1%	6%	49%	44%	16%
Legal and accounting act.	5%	32%	48%	16%	8%	3%	23%	48%	26%	17%
Act. of head offices; management consultancy act.	4%	27%	54%	15%	5%	2%	13%	46%	39%	19%
Architectural and engineering act.;	3%	22%	54%	21%	10%	0%	2%	7%	91%	86%
Scientific research and development	4%	24%	55%	18%	8%	3%	15%	55%	27%	15%
Advertising and market research	5%	27%	48%	20%	10%	2%	15%	47%	35%	20%
Other professional, scientific and technical act.	5%	32%	49%	14%	6%	3%	22%	49%	26%	16%
Veterinary act.	5%	34%	51%	10%	4%	3%	25%	54%	17%	8%
Rental and leasing act.	3%	22%	55%	20%	10%	0%	2%	15%	83%	77%
Employment act.	8%	74%	16%	2%	0%	5%	36%	43%	16%	3%
Travel agency, and related act.	3%	23%	61%	13%	6%	2%	19%	61%	17%	8%
Security and investigation act.	3%	22%	73%	2%	1%	1%	9%	68%	22%	7%
Services to buildings and landscape act.	5%	78%	15%	2%	1%	3%	37%	31%	29%	22%
Office administrative, and business support act.	3%	45%	40%	12%	5%	2%	10%	36%	53%	29%
min.	0.3%	2.7%	10.8%	0.5%	0.0%	0.0%	0.1%	0.4%	1.8%	0.0%
p25	2.0%	19.3%	48.0%	11.7%	4.1%	0.8%	8.0%	39.4%	26.9%	12.1%
p50	3.2%	24.7%	53.1%	17.6%	7.5%	1.7%	13.3%	46.3%	35.4%	20.3%
p75	4.3%	30.8%	57.0%	22.8%	11.1%	2.7%	17.1%	52.1%	50.9%	29.3%
máx.	8.1%	77.7%	73.6%	83.6%	64.5%	5.2%	74.1%	72.8%	99.6%	86.3%

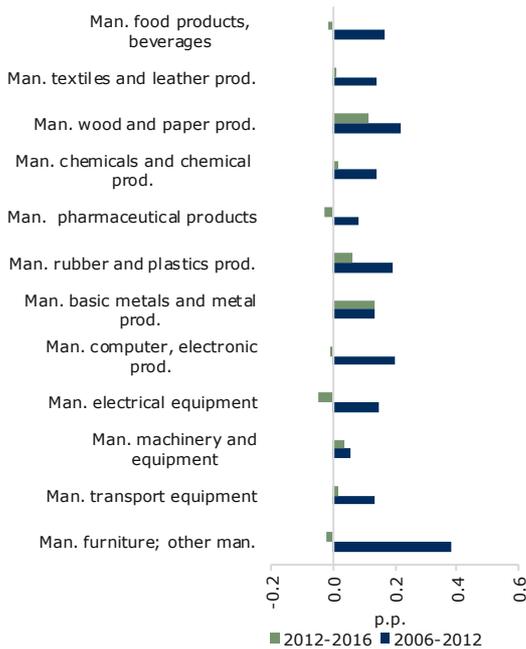
Source: authors calculations using IES

Table A.3.6. Sectoral labour productivity growth decomposition (2006-2016)

	survivors - within eff.	survivors - between eff.	net eff. enters/exiters
man. of food prod.	2%	6%	-2%
man. of beverages	24%	2%	-7%
man. of textiles	15%	5%	9%
man. of wearing apparel	16%	3%	5%
man. of leather and related prod.	22%	2%	-4%
man. of wood, prod. wood and cork, exc. furniture	2%	8%	7%
man. of paper and paper prod.	14%	1%	8%
Printing and reproduction of recorded media	-13%	9%	8%
man. of chemicals and chemical prod.	9%	6%	11%
man. of basic pharmaceutical prod.and preparations	3%	14%	-7%
man. of rubber and plastic prod.	16%	6%	6%
man. of other non-metallic mineral prod.	-6%	9%	11%
man. of basic metals	13%	2%	14%
man. of fabricated metal prod., exc. machin. and equip.	12%	6%	2%
man. of computer, electronic and optical prod.	-5%	10%	10%
man. of electrical equipment	8%	3%	8%
man. of machineryand equipment n.e.c.	12%	2%	8%
man. of motor vehicles, trailers and semi-trailers	8%	1%	9%
man. of other transport equipment	17%	8%	10%
man. of furniture	16%	5%	4%
Other manu.	2%	6%	7%
Repair and installation of machinery and equipment	-3%	9%	7%
Electricity, gas, steam and air conditioning supply	20%	-12%	46%
Water collection, treatment and supply	81%	1%	-34%
Sewerage	31%	-7%	-22%
Waste collection, treatment and disposal act.;	-12%	2%	-5%
Remediation act. and other waste management serv.	-100%	0%	67%
Construction of buildings	-1%	2%	-3%
Civil engineering	-2%	4%	-3%
Specialised construction act.	11%	4%	1%
Wholesale/retail trade; repair of motor vehicles	3%	8%	2%
Wholesale trade, except of motor vehicles	-3%	6%	6%
Retail trade, except of motor vehicles	-9%	8%	10%
Land transport and transport via pipelines	-3%	5%	1%
Water transport	11%	-5%	-27%
Air transport	35%	-18%	20%
Warehousing and support act. for transportation	-4%	6%	-2%
Postal and courier act.	-7%	3%	-13%
Accommodation	21%	5%	-10%
Food and beverage service act.	-17%	10%	2%
Publishing act.	-12%	7%	-7%
Motion picture, video, television prod., music act.	-21%	6%	7%
Programming and broadcasting act.	1%	-2%	12%
Telecommunications	-15%	10%	-53%
Computer program., consultancy and related act.	4%	4%	-8%
Information service act.	3%	2%	-30%
Legal and accounting act.	-2%	2%	-2%
Act. of head offices; management consultancy act.	-15%	3%	0%
Architectural and engineering act.;	-16%	7%	-1%
Scientific research and development	25%	-10%	-42%
Advertising and market research	-7%	5%	-6%
Other professional, scientific and technical act.	-30%	12%	12%
Veterinary act.	28%	7%	-3%
Rental and leasing act.	-10%	8%	3%
Employment act.	11%	1%	-1%
Travel agency, and related act.	3%	3%	-25%
Security and investigation act.	10%	-9%	-11%
Services to buildings and landscape act.	1%	1%	3%
Office administrative, and business support act.	1%	8%	1%

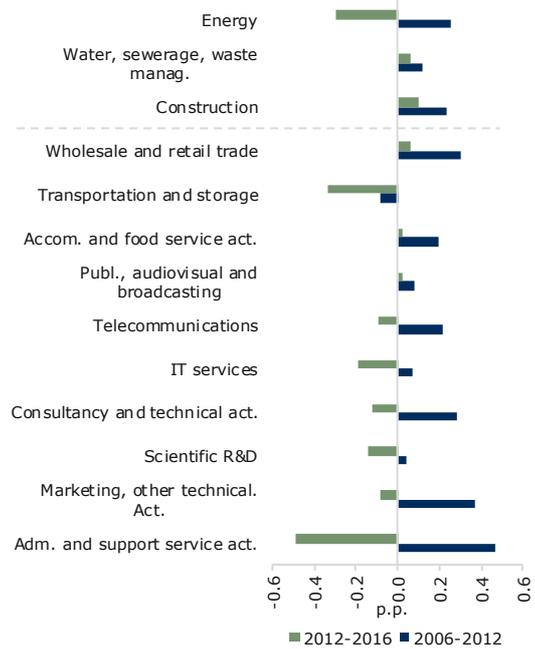
Source: authors calculations using IES

Figure A.3.12. Decomposition of productivity growth by industry - between effect of surviving firms in manufacturing



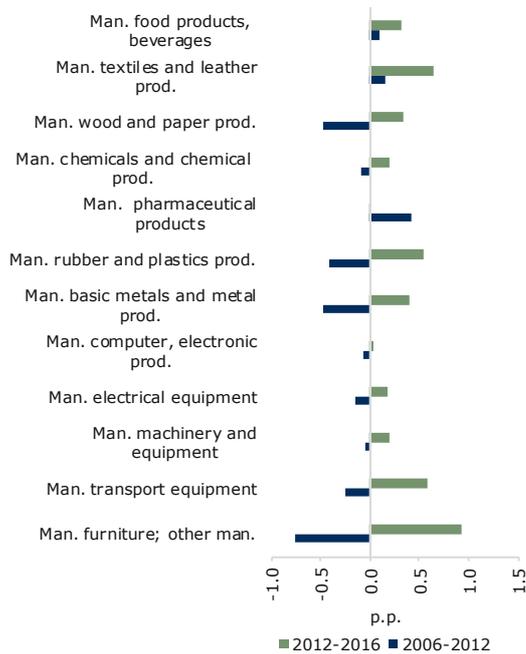
Source: authors calculations using IES

Figure A.3.13. Decomposition of productivity growth by industry - between effect of surviving firms in services, construction and utilities



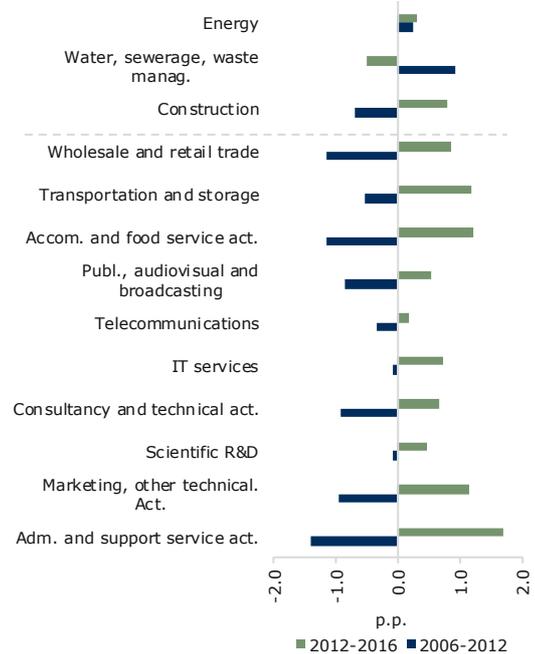
Source: authors calculations using IES

Figure A.3.14. Decomposition of productivity growth by industry - within effect of surviving firms in manufacturing



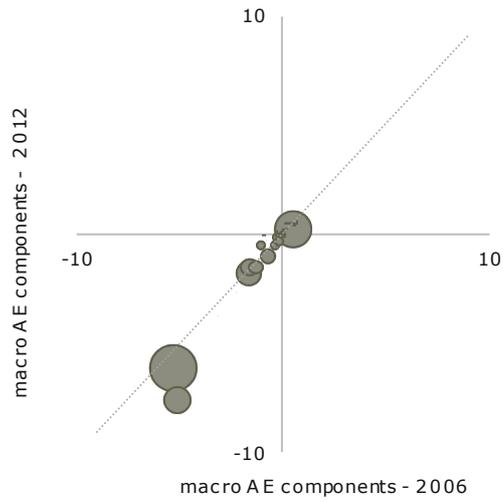
Source: authors calculations using IES

Figure A.3.15. Decomposition of productivity growth by industry - within effect of surviving firms in services, construction and utilities



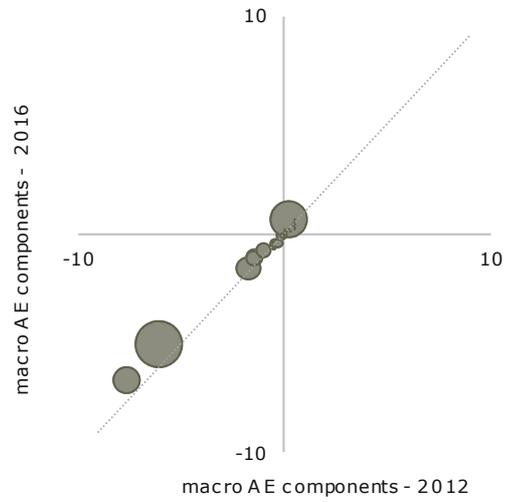
Source: authors calculations using IES

Figure A.3.16. Decomposition of productivity growth - allocative efficiency components (2006-2012)



Source: authors calculations using IES

Figure A.3.17. Decomposition of productivity growth - allocative efficiency components (2012-2016)



Source: authors calculations using IES

Bibliography

- Acharya, V., Baghai, P., & Subramanian, K. (2013). "Labor laws and innovation", *The Journal of Law and Economics*, 56(4), 997-1037.
- Adalet McGowan, M. and Andrews, D. (2015a), "Skill Mismatch and Public Policy in OECD Countries", *OECD Economics Department Working Papers*, No. 1210.
- Adalet McGowan, M. and Andrews, D. (2015b), "Labour Market Mismatch and Labour Productivity: Evidence from PIAAC Data", *OECD Economics Department Working Papers*, No. 1209
- Adalet McGowan, M. and Andrews, D. (2017), "Skills mismatch, productivity and policies: Evidence from the second wave of PIAAC", *OECD Economics Department Working Papers*, No. 1210.
- Adalet McGowan, M., Andrews, D. & Millot, V. (2017a), "The Walking Dead?: Zombie Firms and Productivity Performance in OECD Countries", *OECD Economics Department Working Papers*, No. 1372, OECD Publishing, Paris.
- Adalet McGowan, M., Andrews, D. & Millot, V. (2017b), "Insolvency regimes, zombie firms and capital reallocation", *OECD Economics Department Working Papers*, No. 1399, OECD Publishing, Paris.
- Andrews, D. & Cingano, F. (2014). "Public Policy and Resource Allocation: Evidence from Firms in OECD Countries". *Economic Policy*, 29(78), 253-296.
- Andrews, D., Criscuolo, C., & Gal, P. (2015). "Frontier firms, technology diffusion and public policy: micro evidence from OECD countries". *OECD Productivity Working Papers*, 2015-02, OECD Publishing, Paris.
- Andrews, D., Criscuolo, C. & Gal, P. (2016). "The best versus the rest: the global productivity slowdown, divergence across Firms and the role of public policy", *OECD Productivity Working Papers*.
- Andrews, D., Adalet McGowan, M., & Millot, V. (2017), "Confronting the zombies: Policies for productivity revival", *OECD Economic Policy Papers*, No. 21.
- Azevedo, N., Mateus, M. & Pina, A. (2018). "Bank Credit Allocation and Productivity: Stylised facts for Portugal." *Bank of Portugal Working Paper* n° 25.
- Banco de Portugal (2015). *Economic Bulletin*, October 2015: 35.
- Banco de Portugal (2016). "Productivity and job reallocation in Portugal", *Economic Bulletin*, October 2016, box 5.3: 63-65.
- Bartelsman, E., Haltiwanger, J., & Scarpetta, S. (2013). "Cross-country differences in productivity: The role of allocation and selection". *American Economic Review*, 103(1): 305-34.
- Belot, M., Boone, J., & Van Ours, J. C. (2007). "Welfare effects of employment protection", *Economica*, 74, pp. 381-396
- Buera, F., Kaboski, J. & shin, Y. (2011). "Finance and Development: A Tale of Two Sectors." *American Economic Review*, 103: 305-334.
- Cacciatore, M., Duval, R. & Fiori, G. (2012), "Short-Term Gain or Pain? A DSGE Model-Based Analysis of the Short-Term Effects of Structural Reforms in Labour and Product Markets", *OECD Economics Department Working Papers*, No. 948.

- Carneiro, A., Raposo, P., Portugal, P. (2015). "Decomposing the wage losses of displaced workers: the role of the reallocation of workers into firms and job titles", Bank of Portugal Working Paper no. 11.
- Cingano, F., Leonardi, M., Messina, J., & Pica, G. (2015). "Employment protection legislation, capital investment and access to credit: evidence from Italy", *The Economic Journal*, 126(595): 1798-1822.
- Correia, H. & Gouveia, A. F. (2017), "Is deregulation of product and labour markets promoting employment and productivity? A difference-in-differences approach", ADEMU working paper 73, October 2017.
- Dias, D., Marques, C. & Richmond, C. (2014). "Misallocation and Productivity in the Lead Up to the Eurozone Crisis," Working Paper, Bank of Portugal, 2014.
- Dias, D., Marques, C. & Richmond, C. (2016). "A tale of two sectors: why is misallocation higher in services than in manufacturing?", Working Paper, Bank of Portugal.
- Dias, A. & Robalo Marques, C. (2018). "Every cloud has a silver lining: micro-level evidence on the cleansing effects of the Portuguese financial crisis". Working Paper 18-2018, Banco de Portugal.
- Dias, D., Marques, C. & Richmond, C. (2016) "A tale of two sectors: why is misallocation higher in services than in manufacturing". Working Paper, Bank of Portugal 2016.
- Fernandes, A., Simões, M. & Azevedo Pereira, J. (2019). "Alterações estruturais da economia portuguesa, produto potencial e produtividade", Working Paper, GPEARI (MF).
- Garicano, L., Lelarge, C. & Van Reenen, J. (2016). "Firm Size Distortions and the Productivity Distribution: Evidence from France". *American Economic Review*, 106: 3439-3479.
- Gopinath, G., Kalemli-Ozcan, S., Karabarbounis, L & Villegas-Sanchez, C. 2017. "Capital Allocation and Productivity in South Europe." *Quarterly Journal of Economics* 132 (4): 1915-1967.
- Gourio, F. & Roys, N. (2014). "Size-dependent regulations, firm size distribution, and reallocation." *Quantitative Economics*, 5(2): 377-416.
- Gouveia, A. F., & Osterhold C. (2018). "Fear the walking dead: zombie firms, spillovers and exit barriers", OECD Productivity Working Papers, 2018-13, OECD Publishing, Paris.
- Guner, N., Ventura, G. & Xu, Y. (2008). "Macroeconomic implications of size-dependent policies." *Review of Economic Dynamics*, 11: 721-744.
- Hopenhayn, H. & Rogerson, R. (1993). "Job turnover and policy evaluation: A general equilibrium analysis", *Journal of political economy*, 101(5): 915-938.
- Hopenhayn, H. (2014). "Firms, misallocation, and aggregate productivity: A review", *Annu. Rev. Econ.*, 6(1): 735-770.
- Hsieh, C. T., & Klenow, P. J. (2009). "Misallocation and manufacturing TFP in China and India". *The Quarterly journal of economics*, 124(4), 1403-1448.
- Ichino, A. & Riphahn, R. (2005). "The effect of employment protection on worker effort: Absenteeism during and after probation", *Journal of the European Economic Association*, 3, pp. 120-143.
- La Porta, R. & Shleifer, A. (2014). "Informality and development". *Journal of Economic Perspectives*, 28(3): 109-26.
- Melitz, M. (2003). "The impact of trade on Intra-Industry Reallocations and Aggregate Industry Productivity." *Econometrica*, 71(6): 1695-1725.

- Melitz, M. J., & Polanec, S. (2015). "Dynamic Olley-Pakes productivity decomposition with entry and exit". *The Rand journal of economics*, 46(2), 362-375.
- Midrigan, V. & Xu, D. (2014). "Finance and Misallocation: Evidence from Plant-level data". *American Economic Review*, 104: 422-458.
- Monteiro, G., Gouveia, A. F. & Santos, S. (2017), "Product markets' deregulation: a more productive, more efficient and more resilient economy?" *OECD Productivity Working Papers*, No. 9, OECD Publishing, Paris.
- Olley, G. & Pakes, A. (1996). "The dynamics of productivity in the Telecommunications Equipment Industry." *Econometrica*, 64(6): 1263-1297.
- Pimenta, A. & Manuel, C. (2019). "Desajustamento entre escolarização e ocupações dos trabalhadores portugueses: uma análise agregada", Working paper, Bank of Portugal.
- Restuccia, D. & Rogerson, R. (2013). "Misallocation and Productivity", *Review of Economic Dynamics*, 16(1): 1-10.
- Restuccia, D. (2013). "Factor misallocation and development", *The New Palgrave Dictionary of Economics*, Online Edition, Eds. Steven N. Durlauf and Lawrence E. Blume, Palgrave Macmillan.
- Syverson, C. (2011). "What Determines Productivity?" *Journal of Economic Literature*, 49(2), 326-65.
- Wasmer, E. (2006). "General versus specific skills in labor markets with search frictions and firing costs", *American Economic Review*, 96(3): 811-831.

Iniciativas e Medidas Legislativas

1. Iniciativas

Iniciativa	Sumário
<p>ECOMPENSA – Compensação voluntária de créditos</p> <p>Conselho de Ministros de 1 agosto de 2019</p>	<p>Aprovou, na generalidade, o decreto-lei que regula o "ECOMPENSA", um sistema de compensação voluntária de créditos através de plataformas eletrónicas devidamente credenciadas para o efeito (consulta pública no portal consultas.lex).</p>
<p>Acesso a informação por empresas e cidadãos</p> <p>Conselho de Ministros de 1 agosto de 2019</p>	<p>Aprovou o decreto-lei que disponibiliza melhorias na forma de acesso à informação em registo por parte dos cidadãos e das empresas.</p>
<p>Práticas individuais restritivas do comércio – Transparência e equilíbrio nas relações comerciais</p> <p>Conselho de Ministros de 1 agosto de 2019</p>	<p>Aprovou o decreto-lei que altera o regime jurídico aplicável às Práticas Individuais Restritivas do Comércio, que tem como objetivo assegurar a transparência nas relações comerciais e o equilíbrio das posições negociais entre os operadores económicos.</p>
<p>Economia circular</p> <p>Conselho de Ministros de 1 agosto de 2019</p>	<p>Aprovou o decreto-lei que estabelece o regime jurídico de produção de água para reutilização, permitindo a manutenção de água no ambiente e a respetiva preservação para usos futuros, enquanto se salvaguarda a utilização presente, em linha com os princípios da economia circular.</p>
<p>Empresas de mobilidade e transportes</p> <p>Conselho de Ministros de 1 de agosto de 2019</p>	<p>Aprovou um decreto-lei que habilita as Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto a constituírem empresas de mobilidade e transportes de âmbito metropolitano e regula o seu regime, no contexto da crescente assunção de competências pelas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto.</p>
<p>Medicamentos de uso humano</p> <p>Conselho de Ministros de 1 de agosto de 2019</p>	<p>Aprovou o o decreto-lei que altera o regime jurídico dos medicamentos de uso humano. O diploma visa minimizar as situações de rotura de medicamentos no território nacional, procedendo a alterações ao exercício da atividade de distribuição por grosso de medicamentos, com vista a garantir o acesso ao medicamento.</p>
<p>Emprego científico – Carreiras de investigação e desenvolvimento – Dados sobre ciência e tecnologia</p> <p>Conselho de Ministros de 22 de agosto de 2019</p>	<p>Aprovou o decreto-lei que regula a criação de um sistema de recolha, registo e análise de dados sobre ciência e tecnologia, que potencie o rejuvenescimento da comunidade científica e o desenvolvimento de carreiras científicas, designadamente pela criação de mecanismos de monitorização do emprego científico em Portugal.</p>
<p>Implementação da Prestação Social para a Inclusão</p> <p>Conselho de Ministros de 22 de agosto de 2019</p>	<p>Aprovou hoje o decreto-lei que procede à terceira fase de implementação da Prestação Social para a Inclusão (PSI), definindo o acesso à medida para crianças e jovens com deficiência.</p> <p>O presente diploma alarga o âmbito da proteção social assegurada pela PSI a crianças e jovens com deficiência, sendo substancialmente reforçados os níveis de apoio que existiam noutras prestações, em particular na Bonificação por Deficiência, e introduzida uma abordagem de longevidade, integrada e coerente, que possibilita que a pessoa com deficiência seja apoiada pela Prestação Social para a Inclusão ao longo do seu percurso de vida.</p>

Iniciativa	Sumário
Alienação das participações sociais da Caixa Geral de Depósitos (CGD) no capital social da sociedade Banco Comercial do Atlântico, S.A Conselho de Ministros de 22 de agosto de 2019	Foi aprovado o processo de alienação das participações sociais detidas pela Caixa Geral de Depósitos (CGD) no capital social da sociedade Banco Comercial do Atlântico, S.A. (sociedade de direito cabo-verdiano), por via da transmissão da totalidade ou parte das ações representativas das participações sociais detidas pela CGD no capital social da sociedade referida, na modalidade de venda direta a um ou mais investidores.

2. Seleção de Medidas Legislativas

Assunto/Diploma	Descrição
Cargos políticos e altos cargos públicos Lei n.º 52/2019 - Diário da República n.º 145/2019, Série I de 2019-07-31	Aprova o regime do exercício de funções por titulares de cargos políticos e altos cargos públicos.
Fundo de Coinvestimento 200M – Programa Nacional de Reformas – Programa Capitalizar – Fundos Europeus Estruturais e de Investimento Decreto-Lei n.º 99/2019 - Diário da República n.º 145/2019, Série I de 2019-07-31	Altera o Fundo de Coinvestimento 200M.
Economia Circular – PERSU 2020+ Portaria n.º 241-B/2019 - Diário da República n.º 145/2019, 1º Suplemento, Série I de 2019-07-31	Aprova o PERSU 2020+, que constitui um ajustamento às medidas vertidas no Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2020).
Alienação das participações sociais detidas pela CGD Resolução do Conselho de Ministros n.º 129-B/2019 - Diário da República n.º 146/2019, 1º Suplemento, Série I de 2019-08-01	Aprova o caderno de encargos do processo de alienação das participações sociais detidas direta e indiretamente pela Caixa Geral de Depósitos, S. A., no capital social da sociedade Banco Caixa Geral - Brasil, S. A.
Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas – Alterações climáticas Resolução do Conselho de Ministros n.º 130/2019 - Diário da República n.º 147/2019, Série I de 2019-08-02	Aprova o Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas.
Programa do Governo – Valorização da economia Decreto-Lei n.º 103/2019 - Diário da República n.º 149/2019, Série I de 2019-08-06	Aprova as bases da concessão de exploração, em regime de serviço público, de um novo terminal de contentores no porto de Sines incluindo o seu projeto e construção.
Mercado Grossista da Eletricidade Decreto-Lei n.º 104/2019 - Diário da República n.º 152/2019, Série I de 2019-08-09	Altera o mecanismo regulatório tendente a assegurar o equilíbrio da concorrência no mercado grossista de eletricidade em Portugal.
Garantia de depósitos Decreto-Lei n.º 106/2019 - Diário da República n.º 153/2019, Série I de 2019-08-12	Procede à transferência da vertente de garantia de depósitos do Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo para o Fundo de Garantia de Depósitos.
Exploração do porto de Sines Decreto-Lei n.º 107/2019 - Diário da República n.º 153/2019, Série I de 2019-08-12	Altera as bases da concessão da exploração, em regime de serviço público, de um terminal específico para a movimentação de contentores no porto de Sines.
Programa do Governo – Estatuto da Aposentação e – Aposentação antecipada	Altera o Estatuto da Aposentação e o Estatuto das Pensões de Sobrevivência e cria o novo regime de aposentação antecipada.

Assunto/Diploma	Descrição
Decreto-Lei n.º 108/2019 - Diário da República n.º 154/2019, Série I de 2019-08-13	
<p>Proteção do consumidor – arbitragem de conflitos</p> <p>Lei n.º 63/2019 - Diário da República n.º 156/2019, Série I de 2019-08-16</p>	<p>Sujeita os conflitos de consumo de reduzido valor económico, por opção do consumidor, à arbitragem necessária ou mediação, e obriga à notificação da possibilidade de representação por advogado ou solicitador nesses conflitos, procedendo à quinta alteração à Lei n.º 24/96, de 31 de julho.</p>
<p>Registo automóvel</p> <p>Decreto-Lei n.º 112/2019 - Diário da República n.º 156/2019, Série I de 2019-08-16</p>	<p>Simplifica e atualiza os procedimentos administrativos de registo automóvel.</p>
<p>Conselho de coordenação das instituições financeiras de apoio à economia nacional</p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 140/2019 - Diário da República n.º 158/2019, Série I de 2019-08-20</p>	<p>Cria o conselho de coordenação das instituições financeiras de apoio à economia nacional.</p>
<p>Sistema de informação cadastral</p> <p>Lei n.º 65/2019 - Diário da República n.º 161/2019, Série I de 2019-08-23</p>	<p>Mantém em vigor e generaliza a aplicação do sistema de informação cadastral simplificada.</p>
<p>Programa Nacional de Investimentos 2030 – Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas</p> <p>Resolução da Assembleia da República n.º 154/2019 - Diário da República n.º 161/2019, Série I de 2019-08-23</p>	<p>Programa Nacional de Investimentos 2030.</p>
<p>Capacitação Avançada para os Trabalhadores em Funções Públicas (CAT) – Regulamentação o Programa de CAT</p> <p>Declaração de Retificação n.º 40/2019 - Diário da República n.º 161/2019, Série I de 2019-08-23</p>	<p>Retifica a Portaria n.º 231/2019, de 23 de julho, das Finanças, que regulamentava o Programa de Capacitação Avançada para os Trabalhadores em Funções Públicas (CAT), publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 139, de 23 de julho de 2019</p>
<p>Normas de execução do Orçamento do Estado para 2019 – Orçamento do Estado para 2019</p> <p>Declaração de Retificação n.º 40-A/2019 - Diário da República n.º 163/2019, 1º Suplemento, Série I de 2019-08-27</p>	<p>Retifica o Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho, da Presidência do Conselho de Ministros que estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2019, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 122, de 28 de junho de 2019.</p>
<p>Regulamento UE – Regime para a titularização simples, transparente e padronizada</p> <p>Lei n.º 69/2019 - Diário da República n.º 164/2019, Série I de 2019-08-28</p>	<p>Assegura a execução na ordem jurídica interna do Regulamento (UE) 2017/2402 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2017, que estabelece um regime geral para a titularização e cria um regime específico para a titularização simples, transparente e padronizada.</p>
<p>Bolseiro de Investigação – Estatuto do Bolseiro de Investigação</p> <p>Decreto-Lei n.º 123/2019 - Diário da República n.º 164/2019, Série I de 2019-08-28</p>	<p>Altera o Estatuto do Bolseiro de Investigação.</p>
<p>Inovação e desenvolvimento de modelos de gestão pública – Mecanismo do «direito ao desafio»</p> <p>Decreto-Lei n.º 126/2019 - Diário da República n.º 165/2019, Série I de 2019-08-29</p>	<p>Autoriza a implementação de projetos experimentais desenvolvidos com recurso ao mecanismo do «direito ao desafio».</p>
<p>Fundos europeus estruturais e de investimento</p> <p>Decreto-Lei n.º 127/2019 - Diário da República n.º 165/2019, Série I de 2019-08-29</p>	<p>Altera o modelo de governação e as regras gerais de aplicação dos fundos europeus estruturais e de investimento.</p>

Assunto/Diploma	Descrição
Transparência nas relações comerciais – Equilíbrio entre operadores comerciais Decreto-Lei n.º 128/2019 - Diário da República n.º 165/2019, Série I de 2019-08-29	Altera o regime aplicável às práticas individuais restritivas do comércio.

Lista de Acrónimos

Lista de Acrónimos

Siglas	Descrição	Siglas	Descrição
ACAP	Associação do Comércio Automóvel de Portugal	IRS	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares
ADSE	Direção-geral de Proteção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública	IS	Imposto do Selo
AE	Área do Euro	ISM	<i>Institute for Supply Management</i>
AL	Administração Local	ISP	Imposto sobre os Produtos Petrolíferos e Energéticos
AR	Administração Regional	ISTAT	Instituto Nacional de Estatística da Itália
B&S	Bens e Serviços	ISV	Imposto sobre Veículos
BBL	Barrel	IUC	Imposto Único de Circulação
BCE	Banco Central Europeu	IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
BdP	Banco de Portugal	IVNCR	Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho
BEA	<i>Bureau of Economic Analysis</i>	MC	Ministério da Cultura
BGFRES	<i>Board of Governors of the Federal Reserve System</i>	MC	<i>Ministry of Commerce of China</i>
BLS	<i>Bureau of Labour Statistic</i>	MTSSS	Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
BT	Bilhetes do Tesouro	NBSC	<i>National Bureau of Statistics of China</i>
BVLP	Bolsa de Valores de Lisboa e Porto	OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
CE	Comissão Europeia	OE	Orçamento do Estado
CEDIC	Certificados Especiais da Dívida Pública de Curto Prazo	OMC	Organização Mundial do Comércio
CGA	Caixa Geral de Aposentações, I.P.	ONS	Instituto Nacional de Estatística do Reunido Unido
CMVM	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários	OT	Obrigações do Tesouro
CN	Contas Nacionais	PAEF	Programa de Assistência Económica e Financeira
COGJ	<i>Cabinet Office Government of Japan</i>	PIB	Produto Interno Bruto
CPB	<i>Bureau for Economic Policy Analysis</i>	PSI	<i>Portuguese Stock Exchange</i> (Economia)
DGEG	Direção-geral de Energia e Geologia	SDDS	<i>Special Data Dissemination Standard</i>
DGO	Direção-geral do Orçamento	SFA	Serviços e Fundos Autónomos
DGT	Direção-geral do Tesouro	SNS	Serviço Nacional de Saúde
E.P.E.	Entidade Pública Empresarial	SS	Segurança Social
EPA	<i>Economic Planning Agency</i>	UE	União Europeia
EUROSTAT	Instituto de Estatística da União Europeia	USD	<i>United States Dollar</i>
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo	VAB	Valor Acrescentado Bruto
FMI	Fundo Monetário Internacional	Yahoo	<i>Finance Yahoo</i>
FSO	Instituto Nacional de Estatística da Alemanha		
GEE	Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia	Siglas	Unidades
GPEARI	Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais	%	Porcentagem
IAPMEI	Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação	MM3	Média móvel de três termos
IEFP	Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I.P.	p.b.	Pontos base
IFAP	Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P.	p.p.	Pontos percentuais
IGCP	Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, E.P.E.	SRE	Saldo de respostas extremas
IGFSS	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social	VA	Valores acumulados
IHPC	Índice Harmonizado de Preços no Consumidor	VC	Varição em cadeia
INE	Instituto Nacional de Estatística, I.P.	VCS	Valor corrigido de sazonalidade
INSEE	Instituto Nacional de Estatística da França	VE	Valor efetivo
IPC	Índice de Preços no Consumidor	VH	Varição homóloga
IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	VHA	Varição homóloga acumulada
IRCT	Instrumentos de Regulação Coletiva de Trabalho	VITA	Varição intertabelas anualizada. Refere-se a IRCT publicados desde o início do ano até ao mês em referência e com início de eficácia no respetivo ano.

Notas Gerais

Unidade – unidade/medida em que a série se encontra expressa.

: representa valor não disponível.

- não se aplica.